



Moçambique: Avaliação Independente do Desempenho dos PAP em 2009 e Tendências de Desempenho no Período 2004-2009

Relatório preparado para a Revisão Anual de 2010 por uma equipa do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), composta por Carlos Nuno Castel-Branco, Rogério Ossemane e Sofia Amarcy.

Relatório Final
9 de Abril de 2010

Índice

1.	Sumário Executivo	1
2.	Introdução, Principais Conclusões, Metodologia e Indicadores	7
2.1.	Introdução	7
2.3.	Metodologia	9
3.	Avaliação do Grupo	11
3.1.	Desempenho com relação ao QAD/PAP	11
3.1.1.	<i>PAPs sem Membros Associados</i>	11
3.1.2.	<i>PAPs com Membros Associados</i>	12
3.2.	Avaliação qualitativa do desempenho dos PAP feita pelo GdM e pelos PAP	14
3.2.1.	<i>Avaliação dos PAP feita pelo GdM</i>	14
3.2.2.	<i>Avaliação dos PAP feita pelos PAP</i>	17
4.	Avaliação Individual	23
4.1.	Alemanha	23
4.2.	Áustria	24
4.3.	Banco Africano de Desenvolvimento	26
4.4.	Banco Mundial	27
4.5.	Bélgica	28
4.6.	Canadá	30
4.7.	Comissão Europeia	31
4.8.	DFID	33
4.9.	Dinamarca	34
4.10.	Espanha	36
4.11.	Finlândia	37
4.12.	França	38
4.13.	Holanda	40
4.14.	Irlanda	41
4.15.	Itália	43
4.16.	Noruega	45
4.17.	Portugal	46
4.18.	Suécia	48
4.19.	Suíça	49
4.20.	Ordenamento geral dos PAPs por pontos	51
4.21.	Avaliação geral por posição e por escala	51
5.	Tendências no desempenho dos PAP no período 2004-2009	54
5.1.	Desempenho relativamente aos indicadores do QAD/PAP	54
5.2.	Evolução do ordenamento por desempenho e escala do doador	60
6.	Comentários Finais e Conclusões	62
6.1.	Recomendações gerais	62
6.2.	Comentários sobre a avaliação	64
6.2.1.	<i>Comentários do GdM ao estudo de avaliação do desempenho dos PAP</i>	64
6.2.2.	<i>Comentários dos PAP ao estudo de avaliação do desempenho dos PAP</i>	65
6.3.	Comentários sobre os indicadores que necessitam ser ajustados para o futuro	67

Anexos	68
Anexo 1: Resumo do desempenho do grupo em 2009	69
Anexo 2: Resumo do desembolso da ajuda total pelos PAPs para Moçambique	72
Anexo 3: Composição do Portfólio	74
Anexo 4: Harmonização e condicionalismos	86
Anexo 5: Utilização dos sistemas de gestão de finanças do GdM	88
Anexo 6: Trabalho conjunto	91
Anexo 7: Unidades de Implementação de Projectos (UIPs)	94
Anexo 8: Cooperação Técnica	96
Anexo 9: Impostos	100
Anexo 10: Questionário dos PAPs	102
Anexo 11: Indicadores da Declaração de Paris	114
Anexo 12: Termos de Referência	115
Anexo 13: Dados comparativos de desempenho 2004-2009	122

1. Sumário Executivo

Esta é sexta avaliação anual independente do desempenho dos Parceiros de Ajuda Programática (PAP) em Moçambique. Esta avaliação é parte da prestação de contas mútua entre o Governo de Moçambique (GdM) e os seus parceiros de cooperação internacional. À semelhança do relatório sobre o desempenho dos PAP em 2008, o relatório de 2009 também inclui a análise das tendências para o período abrangido pelas avaliações conjuntas, desta feita cobrindo seis anos (2004-2009).

As partes substantivas do relatório incluem a análise do grupo dos PAP, com e sem membros associados; a avaliação individual dos PAP; a análise das tendências de desempenho dos PAP, com e sem membros associados; e uma série de anexos com a informação estatística detalhada que foi usada para a avaliação. Outras secções do relatório explicam a metodologia utilizada e resumem as principais conclusões e recomendações.

Em 2009 os PAP mantiveram o seu desempenho relativamente a 2008. Globalmente, **em média**: (i) os PAP atingiram 77% dos pontos disponíveis por indicador; (ii) por indicador, 15 dos 19 PAP (79%) atingiram a meta. Se pontos fossem atribuídos ao grupo, globalmente os PAP teriam alcançado 24 de 36 pontos, isto é, 67% dos pontos (1 ponto percentual mais do que em 2008). Como grupo, o desempenho dos PAP foi *"Médio"*, o que é idêntico ao de 2008.

Os PAP melhoraram em dois indicadores, nomeadamente: (i) uso dos sistemas nacionais de auditoria e (ii) coordenação da cooperação técnica. Dado que nestas componentes do QAD o desempenho dos PAP como grupo não piorou em nenhum indicador, o desempenho do grupo na utilização de sistemas nacionais de gestão financeira (indicadores 12 a 15) e cooperação técnica (20 e 21) melhoraram.

Quanto à composição do portfólio (indicadores 1a, 1b e 2), o grupo não atingiu as metas nem melhorou a sua pontuação, mas melhorou ligeiramente em relação a 2008: a percentagem de AGO na ajuda ao GdM subiu de 38% em 2008 para 39% em 2009 (para uma meta de 40%); e a percentagem de ajuda programática no total da ajuda ao GdM subiu de 66% em 2008 para 67% em 2009 (para uma meta de 75%).

No que diz respeito à previsibilidade (indicadores 3 a 8), o desempenho de 2009 foi idêntico ao de 2008: dois PAP não têm acordos multianuais para AGO de 3 anos ou mais; e 5 não desembolsaram a totalidade dos seus compromissos de acordo com o calendário de desembolso (6 haviam falhado em 2008). No entanto, dois PAP já adoptaram acordos multianuais para AGO rolantes (DFID e Cooperação Holandesa), o que cria precedentes interessantes para que outros PAPs possam seguir o mesmo caminho (em 2008, apenas um destes PAP tinha um acordo rolante).

No entanto, a previsibilidade geral dos fluxos de ajuda piorou por duas razões fundamentais: (i) a maior parte das estratégias e acordos dos PAP com o GdM aproximavam-se do fim, e novas estratégias e acordos estavam a ser esboçados. Logo, a previsibilidade de médio prazo em face de acordos não rolantes na sua fase final de implementação aproxima-se de zero; (ii) o impacto da crise económica internacional na capacidade fiscal dos parceiros aumenta a incerteza sobre as opções e possibilidades de manter ou aumentar os fluxos de ajuda a médio prazo. Logo, enquanto todos os parceiros declararam ter fornecido a tempo os dados para o Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP), os oficiais do GdM indicam que a informação de médio prazo sobre a ajuda externa é limitada, e mais limitada se torna a distâncias temporais maiores.

Os indicadores com pior desempenho ao nível global são a proporção de ajuda programática na ajuda total ao GdM (indicador 2), cuja meta foi atingida por apenas 53% dos PAP (contra 58% em 2008) e a utilização de sistemas nacionais de auditoria (indicador 12b), cuja meta foi atingida por apenas 58% dos PAP (apesar de ser um substancial melhoria em relação a 2008, ano em que a meta deste indicador havia sido atingida por apenas 42% dos PAP).

Quando avaliado o desempenho dos PAP e dos membros associados em conjunto, a pontuação do grupo (PAP+NU+EUA) deteriora-se relativamente ao desempenho dos PAP sem os associados:

- Previsibilidade (indicadores 3 a 8) e utilização dos sistemas de gestão financeira do GdM (indicadores 9 a 15) pioram significativamente, de tal modo que as metas são atingidas em apenas 2 dos 11 indicadores em análise (os PAP sem associados atingiram as metas em 9 deste 11 indicadores).
- A composição do portfólio também piora relativamente às metas do QAD/PAP e ao desempenho dos PAP sem associados: o peso de AGO na ajuda total ao GdM baixa para 30% (de 39% dos PAP sem associados) e o peso de ajuda programática no total de ajuda ao GdM desce para 52% (de 67% dos PAP sem associados).

Dos 19 indicadores analisados, em apenas 5 (26%) as metas são atingidas por este grupo, enquanto os PAP sem associados atingiram as metas em 13 (68%). Os PAP mais associados alcançaram 8 dos 36 pontos disponíveis (22% dos pontos), pelo que o seu desempenho é *"Fraco"*.

Os membros associados não fornecem apoio geral ao orçamento do Estado (AGO) e o seu apoio a Moçambique, em forma de assistência técnica ou ajuda financeira e em géneros, é dominado por projectos. Logo, a inclusão dos membros associados muda substancialmente os resultados da análise quando esta é comparada com a análise apenas dos PAP. Apesar destas diferenças, o modelo de avaliação dos membros associados foi igual ao dos PAP, o que necessária e naturalmente resultou que os membros associados são os que têm pior desempenho. No entanto, a avaliação dos membros

associados pela primeira vez deve ser entendida no seu contexto próprio, nomeadamente: (i) permite estabelecer uma linha de base para verificar onde é que os associados se encontram no processo de harmonização e alinhamento *vis-à-vis* os PAP; (ii) permite identificar as áreas em que os membros associados podem melhorar significativamente sem terem que mudar as modalidades da ajuda; e (iii) permite adquirir experiências para melhor enquadrar os membros associados no processo de avaliação mútua. Portanto, esta primeira avaliação dos membros associados foi um processo de aprendizagem para todos e é neste sentido que esta experiência pode ser melhor entendida.

Não deixa de ser importante realçar que a inclusão dos membros associados evidencia cinco pontos: (i) quão diferentes são as práticas de ajuda externa; (ii) quão menos alinhada e harmonizada é a ajuda externa global comparada com a exclusivamente fornecida pelos PAP; (iii) quão importante é alargar o processo de avaliação mútua e a experiência de alinhamento e harmonização – até onde for possível – a todos os parceiros e outros parceiros de cooperação fundamentais do GdM; (iv) quão importante é a adaptação do sistema de avaliação de desempenho às condições e características dos diferentes parceiros (principalmente dos que não são PAP); e (v) quão importante é ter uma clara estratégia nacional de ajuda externa que permita ao GdM definir o que pretende obter de cada tipo de parceiro e que compromissos de desempenho devem, portanto, ser assumidos e medidos.

A inclusão de membros associados com características tão diferentes dos PAP deveria, no futuro, ser antecedido de um processo de identificação e descrição das modalidades, práticas e arquitecturas seguidas pelos associados, das áreas em que estes podem e devem fazer progresso rápido (por exemplo: coordenação e alinhamento da cooperação técnica, maior utilização dos sistemas nacionais de gestão das finanças públicas, não introdução de novos condicionalismos, minimização dos custos de transacção e de coordenação do GdM, entre outros).

A ajuda programática constitui o grosso dos desembolsos dos PAP e associados. No entanto, um terço dos desembolsos dos PAP e 48% dos desembolsos dos PAP mais associados são em projectos. Como a componente “projectos” não é avaliada em detalhe, os PAP e o GdM continuam a ter pouca informação precisa e consolidada sobre o esforço de alinhamento e harmonização que eventualmente esteja a acontecer ao nível de projectos. É importante identificar o que está a acontecer com os projectos no que diz respeito às modalidades, práticas e experiências de alinhamento e harmonização (por exemplo, utilização dos sistemas nacionais de finanças públicas, coordenação da assistência técnica, capacidade de absorção e implementação, se os desembolsos dos fundos são ou não “amarrados” (*tied aid*), entre outras questões).

Comparando a evolução do tamanho e do desempenho dos PAP de 2008 para 2009 constata-se que um maior número de PAP, mais concretamente sete, melhoraram a sua posição na escala de desempenho, contra cinco que pioraram o seu desempenho. Os restantes cinco mantiveram as suas posições. Os parceiros multilaterais (com excepção do BAD) continuam a ajustar-se ao sistema, sendo

de destacar o progresso regular do Banco Mundial e o grande salto da Comissão Europeia. Em relação ao tamanho, apesar da mudança dos países em cada grupo, o número de PAP “muito grandes” e “grandes” manteve-se o mesmo (4 e 7, respectivamente). O número de PAP “médios” duplicou de 2 para 4 e o número de PAP “pequenos” reduziu de 6 para 4.

A avaliação dinâmica do desempenho dos PAP no período 2004-2009, mostra que a ajuda externa dos PAP continuou a crescer, e que a componente programática dessa ajuda cresceu mais depressa. De facto, o AGO e programas sectoriais determinaram o crescimento da ajuda dos PAP ao GdM, já que os montantes para projectos sectoriais diminuíram ligeiramente. A ajuda ao GdM como percentagem da ajuda dos PAP ao País aumentou (de 88% em 2008 para 90% em 2009).

As entrevistas qualitativas com o governo e com os PAP revelaram uma série de preocupações e recomendações em relação a evolução da parceria entre o governo e os PAP e entre os PAP. De um modo geral, o governo e vários parceiros, consideram que a relação entre o GdM e os PAP deixou de ser de parceria. Acusações mútuas, legalismo para prosseguir agendas fora do MdE, substituição do método de discussão aberta pelas respostas por escrito às acusações mútuas, acabaram por tornar as avaliações mútuas numa espécie de tribunal para julgar o GdM. O espírito de parceria foi enfraquecido;

O novo Memorandum de Entendimento (MdE), cuja assinatura foi mencionada por vários parceiros como um dos principais marcos positivos na relação com o governo ao longo do ano, é percebido pelos parceiros como sendo assimétrico a favor dos PAP, e que foi produzido sob grande pressão sendo que o GdM aceitou-o para garantir os desembolsos.

A questão da divisão de trabalho mereceu destaque nas considerações tanto do governo como dos PAP. Os parceiros deveriam considerar avançar mais rapidamente na concepção e implementação da divisão de trabalho, podendo assim também garantir maior especialização e foco do seu próprio pessoal, de modo a que o seu contributo seja útil e prático e não apenas um fardo pesado para o GdM. Para que os Grupos de Trabalho tenham utilidade, será necessário racionalizá-los, simplificar a arquitectura de forma muito substancial, ter muito menos pessoas em cada grupo (o que requer especialização dos parceiros) e afectar pessoal com capacidade técnica para discutir as questões concretas de cada grupo.

Um dos aspectos particulares do ponto anterior é o conceito de coordenação. Geralmente, pensa-se em coordenação *ex-post*, entre actividades desarticuladas e interesses diferenciados, onde coordenação surge como uma imposição institucional de fora, acarretando, por consequência, altos custos. Um dos exemplos deste problema é o trabalho analítico coordenado – não seria mais fácil, eficaz e eficiente tomar decisões colectivas (GdM e parceiros) sobre o trabalho analítico que deve ser feito para apoiar e viabilizar as reformas e outras políticas que o GdM pretende aplicar – isto é, coordenar *ex-ante* em torno das necessidades do programa do GdM – em vez de posteriormente

tentar coordenar estudos decididos por vários parceiros individualmente e em função das suas agendas próprias? Como diria um doador, coordenação está ligada com estratégia e plano, não com reuniões apenas.

A coordenação depende também da capacidade de manutenção da memória institucional. A rotação do pessoal dos parceiros reduz as possibilidades de manter esta memória se não houver um forte secretariado profissionalizado e estável, ainda que pequeno, capaz de manter a memória institucional da parceria e prosseguir as conclusões e recomendações dos vários estudos e avaliações. Os PAP devem criar um secretariado para a parceria do grupo com o GdM, pequeno, mas forte e operacional, com tarefas claras.

O aumento do peso do diálogo político relativamente ao técnico, nas relações entre os PAP e o GdM tem tido interpretações divergentes. Alguns parceiros indicaram este facto como grande sucesso, mas pelo menos metade dos PAP e associados indicaram ter reservas em relação a esta evolução do diálogo e vêem esta mudança como um perigo e um problema. Alguns parceiros mencionam que este assunto está a dividir o grupo e reflecte tensões e conflitos sobre os centros em torno dos quais o diálogo político é estruturado. A polarização das posições está a conduzir ao enfraquecimento da unidade do grupo. No entanto, nenhum parceiro indicou discordar da existência de diálogo político sobre as direcções fundamentais do desenvolvimento social, económico e político de Moçambique. O conflito tem sido sobre como estruturar esse diálogo, a que níveis e como integrá-lo positivamente no quadro da parceria entre os PAP (e outros parceiros) e o GdM.

Do lado do governo, os pontos principais levantados relacionados com o diálogo político foram a necessidade de se clarificar o que significa diálogo político, a que nível se pode fazer diálogo político, com quem e sobre o quê. Neste momento, qualquer técnico do lado dos parceiros quer fazer diálogo político em qualquer momento, o que não é admissível. Técnicos não podem envolver-se neste tipo de diálogo e muito menos tentar dar instruções a directores nacionais e ministros. Outra preocupação levantada foi o facto de, de acordo com o MoU, os compromissos para 2010 terem sido definidos em função da avaliação em 2008. No entanto, em 2009, os parceiros tentaram mudar os compromissos de 2010 em função da sua percepção do que aconteceu em 2009 durante o diálogo político.

Em relação à adesão dos membros associados, a maioria dos parceiros considera que o alargamento do grupo dos PAP é positivo. No entanto, chamam a atenção para o facto de este assunto não estar devidamente analisado e não haver critérios claros nem para a admissão de membros associados, nem para o tipo de compromissos que estes podem assumir e com base nos quais o seu desempenho possa ser avaliado.

Por último, é preciso repisar a necessidade aprovar e por em prática uma estratégia nacional de ajuda externa que guie o desenvolvimento da parceria e do engajamento entre parceiros e GdM, que permita

reduzir a pobreza e a dependência externa e ajude a criar uma economia mais robusta, articulada, diversificada e sustentável. Neste sentido, os assuntos e temas de desenvolvimento económico e social devem dominar o processo da ajuda externa a Moçambique. O desafio consiste em melhorar a eficácia e eficiência do uso da ajuda para reduzir a dependência externa de Moçambique, tornar a economia mais eficaz a reduzir pobreza, mais diversificada e articulada, e melhorar a articulação entre as áreas sociais e económicas. Isto implica, também, melhorar o papel da ajuda externa no desenvolvimento da planificação e orçamentação estratégicas, e no desenvolvimento da qualidade e articulação dos seus instrumentos (planos, cenários fiscais, orçamentos, relatórios, entre outros).

2. Introdução, Metodologia e Principais Conclusões

2.1. Introdução

Esta é sexta avaliação anual independente do desempenho dos Parceiros de Ajuda Programática (PAP) em Moçambique.¹ Esta avaliação é parte da prestação de contas mútua entre o Governo de Moçambique (GdM) e os seus parceiros de cooperação internacional. À semelhança do relatório sobre o desempenho dos PAP em 2008, o relatório de 2009 também inclui a análise das tendências para o período abrangido pelas avaliações conjuntas, desta feita cobrindo seis anos (2004-2009).

A avaliação sobre o desempenho em 2009 inclui, além dos 19 PAP, dois membros associados nomeadamente as Nações Unidas (NU) e os Estados Unidos da América (EUA). Os membros associados não fornecem apoio geral ao orçamento do Estado (AGO) e o seu apoio a Moçambique, em forma de assistência técnica ou ajuda financeira e em géneros, é dominado por projectos. Logo, a inclusão dos membros associados muda substancialmente os resultados da análise quando esta é comparada com a análise apenas dos PAP. Apesar destas diferenças, o modelo de avaliação dos membros associados foi igual ao dos PAP, o que necessária e naturalmente resultou que os membros associados são os que têm pior desempenho.

No entanto, a avaliação, pela primeira vez, dos membros associados deve ser entendida no seu contexto próprio, nomeadamente: (i) o estabelecimento de uma linha de base para verificar onde é que os associados se encontram no processo de harmonização e alinhamento *vis-à-vis* os PAP; (ii) a identificação das áreas em que os membros associados podem melhorar significativamente sem terem que mudar as modalidades da ajuda; e (iii) a aquisição de experiências para melhor enquadrar os membros associados no processo de avaliação mútua. Portanto, esta primeira avaliação dos membros associados foi um processo de aprendizagem para todos e é neste sentido que esta experiência pode ser melhor entendida.

¹ A primeira avaliação foi realizada em 2005 por uma equipa composta por Tonny Killick (chefe da equipa), Carlos Castel-Branco e Richard Gester (*T. Killick, C. Castel-Branco and R. Gester. 2005. Perfect Partners? The Performance of Programme Aid Partners in Mozambique 2004*). A segunda avaliação foi realizada em 2006 por uma equipa da Ernst & Young chefiada por Carlos Castel-Branco (*Ernst & Young. 2006. Review of PAP' Performance in 2005 and PAP' PAF Matrix Targets for 2006*). A terceira avaliação foi realizada em 2007 por uma equipa composta por Carlos Castel-Branco (chefe da equipa), Nelsa Massingue e Tonecas Rafael (*C. Castel-Branco (with research support from N.Massingue and T.Rafael). 2007. Mozambique Programme Aid Partners Performance Review 2006*). A quarta avaliação foi realizada em 2008 por uma equipa do IESE composta por Carlos Castel-Branco (chefe da equipa), Carlos Vicente e Nelsa Massingue (*C.Castel-Branco, C.Vicente and N.Massingue. 2008. Mozambique Programme Aid Partner Review 2007*). A quinta avaliação foi realizada em 2009 por uma equipa do IESE composta por Carlos Castel-Branco (chefe da equipa), Rogério Ossemene, Nelsa Massingue e Rosimina Ali (*C. Castel-Branco, R. Ossemene, N. Massingue and R. Ali. 2009. Mozambique independent review of PAP' Performance in 2008 and Trends in PAP' performance over the period 2004-2008*). Estes relatórios podem ser descarregados do website dos Parceiros de Ajuda Programática www.pap.org.mz. Ligações para estes relatórios estão também disponíveis através do website do IESE www.iese.ac.mz.

Não deixa de ser importante realçar que a inclusão dos membros associados evidencia cinco pontos: (i) quão diferentes são as práticas de ajuda externa; (ii) quão menos alinhada e harmonizada é a ajuda externa global comparada com a exclusivamente fornecida pelos PAP; (iii) quão importante é alargar o processo de avaliação mútua e a experiência de alinhamento e harmonização – até onde for possível – a todos os parceiros e outros parceiros de cooperação fundamentais do GdM; (iv) quão importante é a adaptação do sistema de avaliação de desempenho às condições e características dos diferentes parceiros (principalmente dos que não são PAP); e (v) quão importante é ter uma clara estratégia nacional de ajuda externa que permita ao GdM definir o que pretende obter de cada tipo de parceiro e que compromissos de desempenho devem, portanto, ser assumidos e medidos.

À semelhança das avaliações anteriores, a de 2009 também é organizada de acordo com o Quadro de Avaliação de Desempenho (QAD) dos PAP, pois este corporiza os compromissos do grupo dos PAP e de cada PAP individualmente perante o GdM e a sociedade moçambicana. O QAD/PAP é focado em processos, é inspirado pela Declaração de Paris sobre a eficiência da ajuda externa e pela experiência moçambicana, mas não cobre todos os aspectos, ângulos, áreas e temas que podem ser discutidos acerca da ajuda externa em Moçambique. O GdM, os PAP e os avaliadores estão conscientes destas limitações, pelo que este relatório se limita a avaliar o desempenho contra os compromissos e indicadores do QAD e não tem a intenção de ser uma avaliação completa da experiência com ajuda externa em Moçambique em 2009.

Sendo produzido por uma equipa independente, que trabalhou com um quadro definido pelos compromissos e indicadores dos QAD e pelos termos de referência, este relatório não reflecte necessariamente as opiniões nem do GdM nem dos seus parceiros de cooperação, embora tenha beneficiado com as suas contribuições dadas através das entrevistas e respostas aos questionários. A utilidade e utilização deste relatório dependem do GdM e dos seus parceiros de cooperação – como o vão ler, entender e utilizar.

As partes substantivas do relatório incluem a análise do grupo dos PAP, com e sem membros associados; a avaliação individual dos PAP; a análise das tendências de desempenho dos PAP, com e sem membros associados; e uma série de anexos com a informação estatística detalhada que foi usada para a avaliação. Outras secções do relatório explicam a metodologia utilizada e resumem as principais conclusões e recomendações.

Os autores agradecem a colaboração do grupo de referência do estudo, coordenado por Lotta Valtonen, dos directores nacionais António Laíce e Momad Piaraly, de Arginaldo Muandula (quadro do Ministério das Finanças), de Benilde Garrine (secretária dos PAP) e dos chefes de cooperação e economistas das diferentes agências de desenvolvimento participantes no estudo. Um agradecimento especial vai para os chefes e outros quadros das agências das Nações Unidas e das várias agências

que compõem a cooperação dos EUA com Moçambique pela sua paciência e disponibilidade para enfrentarem um exercício complexo, novo e não adequado às suas características.

2.2. *Metodologia*

Para realizar este estudo, a equipa de consultores adoptou a mesma metodologia do estudo de 2008. Nomeadamente:

- Administrou um questionário quantitativo e outro qualitativo para todos os PAP e membros associados. O questionário quantitativo foi baseado no QAD dos PAP e inclui informação adicional que permite ao GdM e PAP identificar as diferentes aplicações da ajuda externa (por exemplo, a solicitação de informação detalhada sobre os projectos sectoriais não programáticos). Apesar de ter estado claro para todas as partes que o questionário baseado no QAD dos PAP era inadequado para os membros associados, este foi usado também para as NU e EUA pelas seguintes razões: (i) não existir uma base de informação de partida para formular um novo questionário; (ii) não ter havido tempo para o fazer antes do início do estudo; e (iii) por este questionário permitir gerar uma primeira fotografia da situação dos membros associados *vis-à-vis* os PAP. Antes de ser administrado, o questionário foi discutido e aprovado pelo grupo de referência e apresentado, discutido e melhorado em reunião com todos os PAP, membros associados e GdM.

O questionário qualitativo tinha perguntas de referência que incidiam sobre a avaliação da evolução da cooperação e relação entre GdM e PAP, e entre os PAP, em 2009, avaliação da utilidade do estudo sobre o desempenho dos PAP, e a identificação e discussão dos desafios para o futuro.

- Realizou entrevistas individuais com todos os PAP e com os membros associados, e uma entrevista colectiva com representantes do Ministério da Planificação e Desenvolvimento e das Finanças (por razões fora do conhecimento e controlo da equipa de consultores, representantes do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Banco de Moçambique não participaram neste encontro).
- Submeteu uma primeira versão da informação quantitativa processada para apreciação dos PAP e GdM e para correcção; tendo, posteriormente, produzido o relatório final.

Com base na experiência das avaliações anteriores, a equipa, com aprovação do grupo de referência, fez ajustamentos aos indicadores, nomeadamente:

- Os indicadores 6, 7, 11 e 17 não foram avaliados (por razões explicadas em Castel-Branco, Ossemane, Massingue e Ali 2009: pp 5-7). O indicador 18 não foi avaliado por o período calmo já estar definido no MdE. O indicador 14 foi avaliado mas não tem pontuação atribuída na matriz pelo que não entrou no cálculo do desempenho quantitativo. Por estes motivos, o número máximo de pontos disponíveis é 36 (contra 38 em 2008). Porque o máximo de pontos diminuiu, a pontuação para ordenar os PAP por categorias de desempenho também mudou.
- O indicador 16a. foi avaliado da seguinte forma: parceiros bilaterais recebem os pontos se atingirem a meta de 40% de missões conjunta ou se tiverem duas missões individuais ou menos sem que alguma seja conjunta. Parceiros multilaterais recebem os pontos com 40% de missões conjuntas ou seis ou menos individuais sem que alguma seja conjunta. O tecto de missões foi definido de acordo com o número limite máximo global da meta dos PAP (100 missões para todo o ano), usando o princípio de alocação diferenciada entre bilaterais e multilaterais explicado em Castel-Branco, Ossemane, Massingue e Ali 2009: pp. 6-7.

Os membros associados não foram reportados no capítulo sobre a avaliação individual nem entram na classificação dos parceiros de acordo com o desempenho. Esta decisão foi tomada porque o QAD/PAP é inadequado às práticas dos associados e estes não assumiram a maior parte dos compromissos que compõem o QAD. Todavia, os resultados globais são analisados com e sem membros associados.

3. Avaliação do Grupo

3.1. Desempenho com relação ao QAD/PAP

3.1.1. PAP sem Membros Associados

O anexo 1a mostra o desempenho dos PAP como grupo relativo ao QAD/PAP 2009. Relativamente a 2008, o desempenho dos PAP melhorou em dois indicadores, nomeadamente: (i) uso dos sistemas nacionais de auditoria e (ii) coordenação da cooperação técnica. Dado que nestas componentes do QAD o desempenho dos PAP como grupo não piorou em nenhum indicador, o desempenho do grupo na utilização de sistemas nacionais de gestão financeira (indicadores 12 a 15) e cooperação técnica (20 e 21) melhoraram.

Pela primeira vez foi avaliada a utilização de sistemas nacionais de finanças públicas ao nível dos programas sectoriais (indicador 14). Dos 14 programas sectoriais, 11 (79%) cumprem simultaneamente com as regras de execução orçamental (indicador 12a), procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros (indicador 12c) e *procurement* (indicador 13). Os restantes 3 programas sectoriais não cumprem com pelo menos um destes indicadores (INE e ASAS não cumprem com o indicador 12c, e CNCS não cumpre nem com o indicador 12c, nem com o indicador 13). Embora a meta (85%) não tenha sido atingida, é notável que mais de $\frac{3}{4}$ dos programas sectoriais já fazem utilização dos sistemas nacionais de finanças públicas. É importante consolidar e expandir este progresso.

Quanto à composição do portfólio (indicadores 1a, 1b e 2), o grupo não atingiu as metas mas melhorou ligeiramente em relação a 2008: a percentagem de AGO na ajuda ao GdM subiu de 38% em 2008 para 39% em 2009 (para uma meta de 40%); e a percentagem de ajuda programática no total da ajuda ao GdM subiu de 66% em 2008 para 67% em 2009 (para uma meta de 75%).

Apesar da ajuda programática constituir o grosso dos desembolsos dos PAP e associados, um terço dos desembolsos dos PAP e 48% dos desembolsos dos PAP mais associados são em projectos. Como a componente "projectos" não é avaliada em detalhe, os PAP e o GdM continuam a ter pouca informação precisa e consolidada sobre o esforço de alinhamento e harmonização que eventualmente esteja a acontecer ao nível de projectos. É importante identificar o que está a acontecer com os projectos no que diz respeito às modalidades, práticas e experiências de alinhamento e harmonização (por exemplo, utilização dos sistemas nacionais de finanças públicas, coordenação da assistência técnica, capacidade de absorção e implementação, se os desembolsos dos fundos são ou não "amarrados" (*tied aid*), entre outras questões).

No que diz respeito à previsibilidade (indicadores 3 a 8), o desempenho de 2009 foi idêntico ao de 2008: dois PAP não têm acordos multianuais para AGO de 3 anos ou mais; e 5 não desembolsaram a totalidade dos seus compromissos de acordo com o calendário de desembolso (6 haviam falhado em 2008). No entanto, dois PAP já adoptaram acordos multianuais para AGO rolantes (DFID e Cooperação Holandesa), o que cria precedentes interessantes para que outros PAP possam seguir o mesmo caminho (em 2008, apenas um destes PAP tinha um acordo rolante).

No entanto, a previsibilidade geral dos fluxos de ajuda piorou por duas razões fundamentais: (i) a maior parte das estratégias e acordos dos PAP com o GdM aproximavam-se do fim, e novas estratégias e acordos estavam a ser esboçados. Logo, a previsibilidade de médio prazo em face de acordos não rolantes na sua fase final de implementação aproxima-se de zero; (ii) o impacto da crise económica internacional na capacidade fiscal dos parceiros aumenta a incerteza sobre as opções e possibilidades de manter ou aumentar os fluxos de ajuda a médio prazo. Logo, enquanto todos os parceiros declararam ter fornecido a tempo os dados para o Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP), os oficiais do GdM indicam que a informação de médio prazo sobre a ajuda externa é limitada, e mais limitada se torna a distâncias temporais maiores.

Os indicadores com pior desempenho ao nível global são a proporção de ajuda programática na ajuda total ao GdM (indicador 2), cuja meta foi atingida por apenas 53% dos PAP (contra 58% em 2008) e a utilização de sistemas nacionais de auditoria (indicador 12b), cuja meta foi atingida por apenas 58% dos PAP (apesar de ser um substancial melhoria em relação a 2008, ano em que a meta deste indicador havia sido atingida por apenas 42% dos PAP).

Globalmente, **em média**: (i) os PAP atingiram 77% dos pontos disponíveis por indicador; (ii) por indicador, 15 dos 19 PAP (79%) atingiram a meta. Estes dados são idênticos aos de 2008.

Se pontos fossem atribuídos ao grupo, globalmente os PAP teriam alcançado 24 de 36 pontos, isto é, 67% dos pontos. Como grupo, o desempenho dos PAP foi *“Médio”*, o que é idêntico ao de 2008.

3.1.2. PAP com Membros Associados

O anexo 1b mostra o desempenho dos PAP e dos membros associados em conjunto. Como seria de esperar, a pontuação do grupo (PAP+NU+EUA) deteriora-se relativamente ao desempenho dos PAP sem os associados:

- Previsibilidade (indicadores 3 a 8) e utilização dos sistemas de gestão financeira do GdM (indicadores 9 a 15) pioram significativamente, de tal modo que as metas são atingidas em

apenas 2 dos 11 indicadores em análise (os PAP sem associados atingiram as metas em 9 deste 11 indicadores).

- A composição do portfólio também piora relativamente às metas do QAD/PAP e ao desempenho dos PAP sem associados: o peso do AGO na ajuda total ao GdM baixa para 30% (de 39% dos PAP sem associados) e o peso de ajuda programática no total de ajuda ao GdM desce para 52% (de 67% dos PAP sem associados).

Dos 19 indicadores analisados, em apenas 5 (26%) as metas são atingidas por este grupo, enquanto os PAP sem associados atingiram as metas em 13 (68%). Os PAP mais associados alcançaram 8 dos 36 pontos disponíveis (22% dos pontos), pelo que o seu desempenho é *"Fraco"*.

É evidente que as diferenças de desempenho são, também, o resultado de utilizar uma metodologia de avaliação comum para avaliar parceiros muito diferentes nas suas práticas, experiências, interesses e possibilidades de harmonização e alinhamento. Dado que os membros associados não assumiram nem têm intenções de assumir compromissos idênticos aos dos PAP, inevitavelmente a sua inclusão conduzirá à deterioração do desempenho médio do grupo em proporção ao peso da ajuda dos associados na ajuda total do grupo, e ao grau de desvio das práticas dos associados em relação aos compromissos dos PAP.

No entanto, não deixa de ser importante realçar que a inclusão dos membros associados evidencia cinco pontos: (i) quão diferentes são as práticas de ajuda externa; (ii) quão menos alinhada e harmonizada é a ajuda externa global comparada com a exclusivamente fornecida pelos PAP; (iii) quão importante é alargar o processo de avaliação mútua e a experiência de alinhamento e harmonização – até onde for possível – a todos os parceiros e outros parceiros de cooperação fundamentais do GdM; (iv) quão importante é a adaptação do sistema de avaliação de desempenho às condições e características dos diferentes parceiros (principalmente dos que não são PAP); e (v) quão importante é ter uma clara estratégia nacional de ajuda externa que permita ao GdM definir o que pretende obter de cada tipo de parceiro e que compromissos de desempenho devem, portanto, ser assumidos e medidos.

A inclusão de membros associados com características tão diferentes das dos PAP deveria, no futuro, ser antecedido de um processo de identificação e descrição das modalidades, práticas e arquitecturas por eles seguidas, das áreas em que estes podem e devem fazer progresso rápido (por exemplo: coordenação e alinhamento da cooperação técnica, maior utilização dos sistemas de nacionais de gestão das finanças públicas, não introdução de novos condicionalismos, minimização dos custos de transacção e de coordenação do GdM, entre outros).

3.2. Avaliação qualitativa do desempenho dos PAP feita pelo GdM e pelos PAP

3.2.1. Avaliação dos PAP feita pelo GdM

A equipa de consultores do IESE reuniu-se com directores nacionais e técnicos dos Ministérios da Planificação e Desenvolvimento e das Finanças. Ao contrário de anos anteriores, e por razões desconhecidas da equipa de consultores, não participaram neste encontro quadros do Ministério dos Negócios Estrangeiros nem do Banco de Moçambique.

Na opinião dos oficiais do GdM entrevistados, em 2009 o progresso no desenvolvimento da parceria entre o GdM e os PAP foi marginal, limitando-se a acréscimos marginais no desempenho em alguns indicadores.

Em contrapartida, muitos dos problemas anteriormente referidos, reportados no relatório de avaliação de 2008 (Castel-Branco, Ossemame, Massingue and Ali 2009: pp. 12-18) mantiveram-se. Em especial, de entre os vários problemas foram destacados os seguintes:

- De um modo geral, a relação entre o GdM e os PAP deixou de ser de parceria. Acusações mútuas, legalismo para prosseguir agendas fora do MdE, substituição do método de discussão aberta pelas respostas por escrito às acusações mútuas, acabaram por tornar as avaliações mútuas numa espécie de tribunal para julgar o GdM. O espírito de parceria foi enfraquecido;
- O novo Memorandum de Entendimento (MdE) foi produzido sob grande pressão e o GdM aceitou-o para garantir os desembolsos. O MdE é desequilibrado a favor dos parceiros;

- Capacidade técnica dos parceiros:
 - Parceiros continuam a envolver-se nos detalhes de certas áreas e sectores para os quais não estão qualificados. Por isso, querem o impossível feito em tempo impossível, e por vezes o diálogo é minado por falta de capacidade técnica para entender as questões;
 - Entre os parceiros não existe coerência e unidade no que diz respeito a matérias técnicas: uns dizem uma coisa, outros querem outra, frequentemente ambas têm elementos fortes e fracos, e o GdM fica entalado no meio destas disputas (questionados por que é que os técnicos do GdM não dizem isto aos parceiros e ajudam a resolver os impasses, foi dada a resposta de que o GdM também tem capacidades limitadas e às vezes tudo o que quer é o desembolso);
 - **Os parceiros deveriam considerar avançar mais rapidamente na concepção e implementação da divisão de trabalho, podendo assim também garantir maior especialização e foco do seu próprio pessoal, de modo a que o seu contributo seja útil e prático e não apenas um fardo pesado para o GdM;**
- Grupos de trabalho
 - A arquitectura dos grupos de trabalho é excessivamente pesada, consome muito tempo e produz pouco, e dilui e confunde o diálogo;
 - Além disso, os Embaixadores fazem as suas avaliações políticas finais independentemente das conclusões dos grupos de trabalho, e as avaliações dos Embaixadores é que contam;
 - Os quadros dos parceiros também participam em muitos grupos de trabalho e não são especialistas dos assuntos em discussão;
 - Existe uma concepção entre muitos técnicos dos parceiros segundo a qual se o director nacional não está então não está ninguém, o que para eles significa que o GdM não presta atenção ao assunto. Por outro lado, por vezes os parceiros enviam apenas técnicos para encontros com directores nacionais ou ministros, o que é entendido como desrespeito dos parceiros relativamente à hierarquia do GdM;
 - **Para que os Grupos de Trabalho tenham utilidade, será necessário racionalizá-los, simplificar a arquitectura de forma muito substancial, ter muito menos**

peessoas em cada grupo (o que requer especialização dos parceiros) e afectar pessoal com capacidade técnica para discutir as questões concretas de cada grupo.

- Diálogo político:
 - Muitos estudos fazem boas análises, chegam a conclusões relevantes e apresentam propostas interessantes, mas depois os parceiros querem tudo feito ao mesmo tempo, sem pensar em fases e nas capacidades reais, o que danifica o alcance dos objectivos dos estudos. O PEFA é um exemplo destes estudos com boas intenções, boas conclusões, mas com implementação apressada para satisfazer as pressões postas por pessoas que não estão qualificadas para saber o que se pode fazer, quando e como.
 - Deve ser clarificado o que significa diálogo político, a que nível se pode fazer diálogo político, com quem e sobre o quê. Neste momento, qualquer técnico do lado dos parceiros quer fazer diálogo político em qualquer momento, o que não é admissível. Técnicos não podem envolver-se neste tipo de diálogo e muito menos tentar dar instruções a directores nacionais e ministros.
 - De acordo com o MoU, os compromissos para 2010 foram definidos em função da avaliação em 2008. Em 2009, os parceiros tentaram mudar os compromissos de 2010 em função da sua percepção do que aconteceu em 2009 durante o diálogo político. Isto é uma violação do espírito e da letra do MoU?
- Harmonização e organização dos parceiros:
 - Missões e estudos continuam muitos e custos de transacção para o GdM, em geral, continuam muito altos;
 - Parceiros não estão harmonizados: cada um tem os seus indicadores de desempenho e critérios e o GdM fica entalado entre as disputas dos parceiros sobre que critérios e que resultados medir, se priorizar processos ou impactos, que impactos são mais importantes, etc. Por vezes, há parceiros que à última da hora introduzem novos critérios e alteram todo o processo de negociação, alinhamento, harmonização e coordenação;

- As Maurícias tem 10 indicadores de desempenho, enquanto o GdM tem 40 com alíneas, e que vão aumentando à medida que uns parceiros decidem que já não aceitam apenas os indicadores comuns e introduzem outros específicos para si;
- A rotação do pessoal dos parceiros reduz as possibilidades de manter uma memória institucional se não houver um forte secretariado profissionalizado e estável, ainda que pequeno, capaz de manter a memória institucional da parceria e prosseguir as conclusões e recomendações dos vários estudos e avaliações. **Os PAP devem criar um secretariado para a parceria do grupo com o GdM, pequeno, mas forte e operacional, com tarefas claras.**
- Relatório da Conta Geral do Estado:
 - Por que é que os parceiros querem ter o relatório da Conta Geral do Estado ao mesmo tempo que o Tribunal Administrativo (TA)? Em princípio, o GdM dialoga com o TA: envia o relatório, recebe os comentários e faz o contraditório. Os parceiros, tal como o Parlamento, devem receber os documentos nesta fase (relatório avaliado pelo TA e com o contraditório do GdM), em vez de exigirem o relatório ao mesmo tempo que o TA o recebe.
- Política e estratégia de ajuda externa:
 - A contínua inexistência de uma clara política e estratégia de ajuda externa por parte do GdM, que permita ajudar a estruturar, guiar e resolver muitos dos problemas acima mencionados, é um problema cujas implicações vão aumentando. A questão central não é ter um documento diplomático, mas definir claramente as balizas e parâmetros para que GdM e parceiros possam dialogar, negociar e melhorar significativamente a eficácia e a eficiência da ajuda externa em Moçambique.

3.2.2. Avaliação dos PAP feita pelos PAP

As 21 entrevistas com parceiros foram desiguais no que diz respeito à avaliação geral do processo da parceria para o desenvolvimento entre os PAP e o GdM. Alguns PAP e membros associados manifestaram interesse em analisar questões mais globais e estratégicas e as direcções e opções para o desenvolvimento da parceria mais geral entre parceiros e GdM, mas outros limitaram-se às suas próprias agências ou a questões pontuais e técnicas ligadas com o processo. Portanto, o foco e a amplitude das análises são muito variados.

Muitas das questões colocadas pelos parceiros fazem já parte dos relatórios anteriores, em especial do relatório de avaliação do desempenho em 2008 (Castel-Branco, Ossemane, Massingue e Ali 2009: pp. 18-22). Neste relatório, só serão reportadas as questões novas ou as que receberam destaque especial (mesmo que já tenham sido reportadas).

No que diz respeito às áreas de maior progresso em 2009 relativamente a períodos anteriores, os parceiros apontaram o seguinte:

- O diálogo sobre sistemas de gestão de finanças públicas melhorou bastante e é de boa qualidade;
- A qualidade do diálogo a nível técnico em geral melhorou;
- O novo MdE foi aprovado;
- A implementação de medidas para melhorar a divisão de trabalho entre parceiros já começou a ter efeito na racionalização do trabalho e dos grupos;
- Foi feito um levantamento exaustivo da situação dos grupos de trabalho com o intuito de racionalizar e simplificar o sistema;
- O grupo dos PAP manteve-se unido, apesar das tensões, e a avaliação dos parceiros estendeu-se para dois associados com grande peso no programa de ajuda ao GdM.

Alguns parceiros indicaram como grande sucesso o facto de o diálogo entre os PAP e o GdM se ter tornado mais político e menos técnico, mas pelo menos metade dos PAP e associados indicaram ter reservas em relação a esta evolução do diálogo e vêem esta mudança como um perigo e um problema. Alguns parceiros mencionam que este assunto está a dividir o grupo e reflecte tensões e conflitos sobre os centros em torno dos quais o diálogo político é estruturado. A polarização das posições está a conduzir ao enfraquecimento da unidade do grupo.

Alguns dos parceiros com menores contribuições para o AGO e com menor peso na arquitectura corrente da ajuda em Moçambique consideram que o debate para estruturar o diálogo político em torno da Comissão Europeia e dos acordos de Cotonou deve prosseguir por ser essa a tendência e a obrigação dos membros da União Europeia. A maioria dos parceiros, mesmo sendo membros da União Europeia, não concorda com esta posição e considera que o diálogo político deve prosseguir entre os PAP (alargado ou não) e o GdM.

Alguns parceiros mencionam que o tipo de diálogo político que se está desenvolvendo contribui para concentrar o debate em AGO, porque este é o instrumento preferido dos parceiros para pressionar o GdM. Mas AGO é uma pequena porção do orçamento do Estado e menos de 40% da ajuda ao GdM. O debate e a análise acabam por marginalizar todas as outras modalidades e aspectos relacionados com as finanças públicas.

Portanto, nenhum parceiro indicou discordar da existência de diálogo político sobre as direcções fundamentais do desenvolvimento social, económico e político de Moçambique. O conflito é sobre como estruturar esse diálogo, a que níveis e como integrá-lo positivamente no quadro da parceria entre os PAP (e outros parceiros) e o GdM.

A maioria dos parceiros considera que o alargamento do grupo dos PAP com a entrada de membros associados é positivo. No entanto, chamam a atenção para o facto de este assunto não estar devidamente analisado e não haver critérios claros nem para a admissão de membros associados, nem para o tipo de compromissos que estes podem assumir e com base nos quais o seu desempenho possa ser avaliado.

No que diz respeito às áreas problemáticas, os parceiros mencionaram uma série de questões:

- O diálogo político precisa de ser clarificado e hierarquizado (quando, onde, quem, como e sobre que assuntos pode engajar-se em diálogo político), e também é necessário clarificar como é que o diálogo político se relaciona com as restantes questões. Dado que a ajuda externa, em especial a AGO, tem uma forte natureza política, é lógico que o debate político seja importante. Mas é importante clarificar como deve decorrer este diálogo político, sobre que assuntos, e que relação tem com as restantes questões. Por outro lado, o diálogo político deve ser tão objectivo quanto possível, ser baseado em informação detalhada e precisa e num conhecimento e entendimento claro e profundo das questões em análise.
- O foco da parceria PAP/GdM e das avaliações subsequentes continua a ser o processo, com pouca atenção prestada à substância real das questões de desenvolvimento económico e social, incluindo aquelas que têm a ver com o financiamento do orçamento do Estado e prioridades de despesa pública. O padrão de crescimento económico em Moçambique é pouco eficaz a reduzir pobreza e dependência externa, e a robustez da economia de Moçambique depende muito da ajuda externa, mas este problema continua a ser posto em plano secundário relativamente aos processos (foco na maneira de fazer sem atenção suficiente ao que fazer). Este foco em processos cria um problema comportamental ao gerar a tendência entre os parceiros para proteger o processo em que estão já envolvidos e que já conhecem, em vez de ajudar a criar uma dinâmica de analisar as tensões e tendências de mudança e procurar os melhores caminhos para a frente;

- O QAD/PAP precisa de ser revisitado e, provavelmente, revisto. É preciso avaliar os indicadores, o foco sectorial e temático do QAD à luz das mudanças que tendem a acontecer e da avaliação do progresso já realizado e das áreas de maior dificuldade. Por outro lado, a revisão do QAD deve receber um grande impulso e contributo por parte do GdM, para que reflecta não só acordos gerais diplomáticos internacionais, mas as realidades, desafios e prioridades concretos de Moçambique.
- Há tendências de mudança de orientação política nos países parceiros, o que necessariamente vai afectar as abordagens e decisões sobre a ajuda externa. Este assunto continua pouco discutido e analisado, apesar do grande impacto que pode ter no futuro próximo. Os PAP e o GdM devem trabalhar em conjunto sobre esta questão, partilhar informação e análises e, por via de abordagens mais flexíveis e adaptáveis, mais colaboração e uma clara estratégia nacional de ajuda externa, minimizar os impactos negativos e maximizar os impactos positivos das tendências e oportunidades de mudança;
- A organização e arquitectura do aparelho da ajuda externa em Moçambique é excessivamente formal, pesado, legalista e ineficiente. Um doador afirmou que existe uma “abordagem bíblica” sobre interpretações de parágrafos e alíneas, conceitos e palavras, os quais por vezes não significam absolutamente nada fora do contexto e do léxico burocrático da ajuda externa. Isto não é, obviamente, uma boa base para parceria pois é ineficaz, é ineficiente e desvia a atenção das questões importantes.
- Relacionado com o ponto anterior, e apesar do esforço realizado no sentido de resolver estes problemas, persistem dificuldades de alteração da estrutura pesada e ineficaz dos grupos de trabalho e de definição e implementação de um código de conduta e de divisão de trabalho. Por um lado, estas dificuldades reflectem problemas de natureza organizacional e deficiências de gestão e de abordagem e concepção da organização do trabalho. Mas, por outro lado, também reflectem a tensão entre a procura de eficiência e eficácia num universo onde os instintos e as decisões também reflectem interesses individuais e concorrência de e entre parceiros;
- Um dos aspectos particulares do ponto anterior é o conceito de coordenação. Geralmente, pensa-se em coordenação *ex-post*, entre actividades desarticuladas e interesses diferenciados, onde coordenação surge como uma imposição institucional de fora, acarretando, por consequência, altos custos. Um dos exemplos deste problema é o trabalho analítico coordenado – não seria mais fácil, eficaz e eficiente tomar decisões colectivas (GdM e parceiros) sobre o trabalho analítico que deve ser feito para apoiar e viabilizar as reformas e outras políticas que o GdM pretende aplicar – isto é, coordenar *ex-ante* em torno das

necessidades do programa do GdM – em vez de posteriormente tentar coordenar estudos decididos por vários parceiros individualmente e em função das suas agendas próprias? Como diria um doador, coordenação está ligada com estratégia e plano, não com reuniões apenas.

- O sistema de informação sobre ajuda externa (ODAMoz) está montado, está na posse e controlo do GdM, mas persistem dúvidas sobre se serve os objectivos de gestão e controlo da ajuda por parte do GdM e sobre a fiabilidade e cobertura da informação e sua actualização. Além disso, ou como corolário disso, o sistema continua a ser apenas marginalmente utilizado;
- A ausência da política e estratégia de ajuda externa continua a constituir um enorme obstáculo para definir os passos a seguir. Sem clareza acerca da visão e das prioridades e interesses do GdM sobre a organização da ajuda e da parceria com os parceiros, o debate tende a cingir-se aos parceiros e a reflectir puramente as tensões e conflitos entre eles.

Quanto aos desafios para o futuro, as respostas dos PAP replicam o que foi dito em 2009 (Castel-Branco, Ossemane, Massingue and Ali 2009: pp. 20-22). Em especial, os PAP mencionaram os seguintes desafios:

- Os assuntos e temas de desenvolvimento económico e social devem dominar o processo da ajuda externa a Moçambique. Neste sentido, o desafio consiste em melhorar a eficácia e eficiência do uso da ajuda para reduzir a dependência externa de Moçambique, tornar a economia mais eficaz a reduzir pobreza, mais diversificada e articulada, e melhorar a articulação entre as áreas sociais e económicas. Isto implica, também, melhorar o papel da ajuda externa no desenvolvimento da planificação e orçamentação estratégicas, e no desenvolvimento da qualidade e articulação dos seus instrumentos (planos, cenários fiscais, orçamentos, relatórios, entre outros).
- Aprofundar o carácter programático e a previsibilidade da ajuda externa, e melhorar o uso dos sistemas nacionais em linha com o desenvolvimento destes sistemas;
- Alargar o processo de harmonização e alinhamento da ajuda e de avaliação mútua, sem o fragilizar e banalizar, e aproveitando as tensões e conflitos deste processo para avaliar novas oportunidades e novas ideias que permitam inovar e andar para a frente, em vez meramente permanecer na defesa do sistema estabelecido.
- Aprofundar a análise que permita respostas adequadas e atempadas para as previsíveis tendências de mudança no ambiente internacional de ajuda externa, produto dos efeitos da crise económica e de mudanças políticas nos países parceiros;

- Desenvolver uma visão pragmática e realista sobre o que de facto é possível e necessário harmonizar e coordenar, como fazê-lo de forma eficaz e eficiente, como aprender a lidar com as diferenças e a aproveitá-las em benefício do conjunto.
- Aprovar e por em prática uma estratégia nacional de ajuda externa que guie o desenvolvimento da parceria e do engajamento entre parceiros e GdM, que permita reduzir a pobreza e a dependência externa e ajude a criar uma economia mais robusta, articulada, diversificada e sustentável.
- Ajudar a desenvolver as capacidades estratégicas e o poder de intervenção da sociedade civil como parte do processo de aprofundamento e desenvolvimento da cidadania, democracia e da qualidade da governação política, social e económica.

4. Avaliação Individual

4.1. Alemanha

A tabela 4.1. mostra o desempenho da Alemanha em relação à matriz do QAD dos PAP. O desempenho da Alemanha recebeu 23 dos 36 pontos possíveis, ou seja 64%. Assim, a Alemanha simultaneamente aumentou a sua assistência financeira ao país, passando de um doador “grande” para “muito grande”, e melhorou o seu desempenho em quase 10 pontos percentuais. A Alemanha, a par de Portugal protagonizou o maior aumento da ajuda ao país em termos absolutos (mais de US\$ 40 milhões, ou mais de 60%). A melhoria do desempenho é resultado do desembolso a tempo dos fundos para o AGO e da eliminação de excepções no anexo 10. A pontuação da Alemanha poderia ter sido bastante mais alta, atingindo um desempenho “médio”, no entanto, tal só não aconteceu porque a Alemanha falhou as metas dos indicadores 2 e 12a por apenas 2 pontos percentuais. cada. Esta perda de pontos está directamente relacionada com a redução da proporção de ajuda programática por parte deste PAP de 74% do total da ajuda ao GdM para 63%.

Tabela 4.1. Alemanha

Objectivos	Actividades	No.	Indicadores	Metas	Executado	Pontos
Estrutura da Ajuda (19% da pontuação total)	AGO	1	PAP concede pelo menos 40% de AGO (como % da ajuda ao Governo).	Sim se >20% (1) > 30% (2) >40% (3)	21	1
	Ajuda programática	2	Ajuda programática como % da ajuda total ao governo desembolsada pelo PAP.	>66% (2) >75% (4)	63	0
Previsibilidade (31% da pontuação total)	Compromisso de financiamento	3	O PAP possui um acordo multi-anual para um período não inferior a 3 anos.	Sim (3)	NÃO	0
		4	Compromissos de AGO para o ano n+1 dentro das 4 semanas da revisão conjunta no ano n.	Sim (3)	SIM	3
	Desembolsos	5	Desembolsos dos compromissos confirmados de AGO no ano fiscal para o qual foram calendarizados, de acordo com o calendário mensal de desembolsos acordado com o GdM.	Sim. (1) para dentro do trimestre; (3) para dentro do mês.	Dentro do Mês	3
		8	Compromissos para o CFMP.	Sim (2)	SIM	2
Harmonização e Alinhamento (36% da pontuação)	Consolidação e harmonização	9	O PAP adere aos condicionalismos comuns de AGO.	Sim (2)	SIM	2
		10	O PAP NÃO possui excepções no anexo 10 do MoU.	Sim (1)	SIM	1

total)	Utilização de sistemas do governo	12a	% da ajuda desembolsada pelo PAP que segue os procedimentos nacionais de execução orçamental.	65% (2)	63	0
		12b	% da ajuda que é auditada usando APENAS sistemas nacionais de auditoria.	45% (1)	21	0
		12c	% Ajuda que requer APENAS procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros.	60% (2)	63	2
		13	% da ajuda desembolsada que utiliza APENAS sistemas nacionais de procurement.	55% (2)	63	2
		15	% da ajuda que não impõe isenção de impostos.	33% (2)	90	2
		16a	% de missões do PAP que são conjuntas.	40% (1)	62	1
Reforço da capacidade (14% da pontuação total)	Unidades de Implementação de Projectos	18	Número de Unidades de Implementação de Projectos paralelas	Zero ou reduzido o número (2)	0	2
	Cooperação Técnica (CT)	19	% de CT do PAP providenciada através de programas coordenados.	55% (2)	100	2
		20	CT sectorial (alargada) como percentagem do total da CT providenciada pelo PAP.	25% (1)	19	0
Pontuação Total						23

4.2. *Áustria*

A tabela 4.2 mostra o desempenho da Áustria em relação a matriz do QAD dos PAP. A Áustria recebeu 32 dos 36 pontos possíveis, ou seja 89%. Isto representa uma melhoria na ordem dos 7 pontos percentuais em relação ao desempenho do ano anterior, como resultado da fragilização do seu uso dos sistemas do governo. Esta melhoria deve-se sobretudo a uma melhor coordenação da sua cooperação técnica que garantiu o alcance das metas dos indicadores respectivos.

Tabela 4.2. Áustria

Objectivos	Actividades	No.	Indicadores	Metas	Executado	Pontos
Estrutura da Ajuda (19% da pontuação total)	AGO	1	PAP concede pelo menos 40% de AGO (como % da ajuda ao Governo).	Sim se >20% (1) > 30% (2) >40% (3)	50	3
	Ajuda programática	2	Ajuda programática como % da ajuda total ao governo desembolsada pelo	>66% (2) >75% (4)	65	2

			PAP.			
Previsibilidade (31% da pontuação total)	Compromisso de financiamento	3	O PAP possui um acordo multi-anual para um período não inferior a 3 anos.	Sim (3)	SIM	3
		4	Compromissos de AGO para o ano n+1 dentro das 4 semanas da revisão conjunta no ano n.	Sim (3)	SIM	3
	Desembolsos	5	Desembolsos dos compromissos confirmados de AGO no ano fiscal para o qual foram calendarizados, de acordo com o calendário mensal de desembolsos acordado com o GdM.	Sim. (1) para dentro do trimestre; (3) para dentro do mês.	Dentro do Mês	3
		8	Compromissos para o CFMP.	Sim (2)	SIM	2
Harmonização e Alinhamento (36% da pontuação total)	Consolidação e harmonização	9	O PAP adere aos condicionalismos comuns de AGO.	Sim (2)	SIM	2
		10	O PAP NÃO possui excepções no anexo 10 do MoU.	Sim (1)	SIM	1
	Utilização de sistemas do governo	12a	% da ajuda desembolsada pelo PAP que segue os procedimentos nacionais de execução orçamental.	65% (2)	65	2
		12b	% da ajuda que é auditada usando APENAS sistemas nacionais de auditoria.	45% (1)	50	1
		12c	% Ajuda que requer APENAS procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros.	60% (2)	65	2
		13	% da ajuda desembolsada que utiliza APENAS sistemas nacionais de procurement.	55% (2)	65	2
		15	% da ajuda que não impõe isenção de impostos.	80% (2)	100	2
16a	% de missões do PAP que são conjuntas.	40% (1)	0 missões	1		
Reforço da capacidade (14% da pontuação total)	Unidades de Implementação de Projectos	18	Número de Unidades de Implementação de Projectos paralelas	Zero ou reduzido o número (2)	Não	0
	Cooperação Técnica (CT)	19	% de CT do PAP providenciada através de programas coordenados.	55% (2)	100	2
		20	CT sectorial (alargada) como percentagem do total da CT providenciada pelo PAP.	25% (1)	100	1
Pontuação Total						32

4.3. Banco Africano de Desenvolvimento

A tabela 4.3 mostra o desempenho do BAD em relação a matriz do QAD dos PAP. O BAD recebeu 19 dos 36 pontos possíveis, isto é 53%. Esta deterioração do desempenho em 2 pontos percentuais significa que o BAD piorou, ainda que ligeiramente, o seu já fraco desempenho.

Tabela 4.3. Banco Africano de Desenvolvimento

Objectivos	Actividades	No.	Indicadores	Metas	Executado	Pontos
Estrutura da Ajuda (19% da pontuação total)	AGO	1	PAP concede pelo menos 40% de AGO (como % da ajuda ao Governo).	Sim se >20% (1) >30% (2) >40% (3)	40	3
	Ajuda programática	2	Ajuda programática como % da ajuda total ao governo desembolsada pelo PAP.	>66% (2) >75% (4)	40	0
Previsibilidade (31% da pontuação total)	Compromisso de financiamento	3	O PAP possui um acordo multi-anual para um período não inferior a 3 anos.	Sim (3)	SIM	3
		4	Compromissos de AGO para o ano n+1 dentro das 4 semanas da revisão conjunta no ano n.	Sim (3)	SIM	3
	Desembolsos	5	Desembolsos dos compromissos confirmados de AGO no ano fiscal para o qual foram calendarizados, de acordo com o calendário mensal de desembolsos acordado com o GdM.	Sim. (1) para dentro do trimestre; (3) para dentro do mês.	Dentro do Mês	3
		8	Compromissos para o CFMP.	Sim (2)	SIM	2
Harmonização e Alinhamento (36% da pontuação total)	Consolidação e harmonização	9	O PAP adere aos condicionalismos comuns de AGO.	Sim (2)	SIM	2
		10	O PAP NÃO possui excepções no anexo 10 do MoU.	Sim (1)	SIM	1
	Utilização de sistemas do governo	12a	% da ajuda desembolsada pelo PAP que segue os procedimentos nacionais de execução orçamental.	65% (2)	40	0
		12b	% da ajuda que é auditada usando APENAS sistemas nacionais de auditoria.	45% (1)	40	0
		12c	% Ajuda que requer APENAS procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros.	60% (2)	40	0
		13	% da ajuda desembolsada que utiliza APENAS sistemas nacionais de procurement.	55% (2)	40	0
15	% da ajuda que não impõe isenção de impostos.	10% (2)	0	0		

		16a	% de missões do PAP que são conjuntas.	40% (1)	19	0
Reforço da capacidade (14% da pontuação total)	Unidades de Implementação de Projectos	18	Número de Unidades de Implementação de Projectos paralelas	Zero ou reduzido o número (2)	Não	0
	Cooperação Técnica (CT)	19	% de CT do PAP providenciada através de programas coordenados.	55% (2)	91	2
		20	CT sectorial (alargada) como percentagem do total da CT providenciada pelo PAP.	25% (1)	0	0
Pontuação Total						19

4.4. Banco Mundial

A tabela 4.4 mostra o desempenho do Banco Mundial em relação a matriz do QAD dos PAP. O Banco Mundial recebeu 24 dos 36 pontos possíveis, representando 67%. Assim, o Banco Mundial melhora o seu desempenho pelo segundo ano consecutivo, desta vez em significativos 14 pontos percentuais. O Banco aumentou substancialmente a composição programática da sua ajuda de 47% para 60% e melhorou a coordenação da sua cooperação técnica tendo alcançado as metas dos indicadores respectivos. A área mais fraca do Banco Mundial continua a ser o uso dos sistemas do governo que resulta do seu foco em grandes projectos em infra-estruturas dirigidos pelo GdM.

Tabela 4.4. Banco Mundial

Objectivos	Actividades	No.	Indicadores	Metas	Executado	Pontos
Estrutura da Ajuda (19% da pontuação total)	AGO	1	PAP concede pelo menos 40% de AGO (como % da ajuda ao Governo).	Sim se >20% (1) > 30% (2) >40% (3)	43	3
	Ajuda programática	2	Ajuda programática como % da ajuda total ao governo desembolsada pelo PAP.	>66% (2) >75% (4)	60	0
Previsibilidade (31% da pontuação total)	Compromisso de financiamento	3	O PAP possui um acordo multi-anual para um período não inferior a 3 anos.	Sim (3)	SIM	3
		4	Compromissos de AGO para o ano n+1 dentro das 4 semanas da revisão conjunta no ano n.	Sim (3)	SIM	3

	Desembolsos	5	Desembolsos dos compromissos confirmados de AGO no ano fiscal para o qual foram calendarizados, de acordo com o calendário mensal de desembolsos acordado com o GdM.	Sim. (1) para dentro do trimestre; (3) para dentro do mês.	Dentro do Mês	3
		8	Compromissos para o CFMP.	Sim (2)	SIM	2
Harmonização e Alinhamento (36% da pontuação total)	Consolidação e harmonização	9	O PAP adere aos condicionalismos comuns de AGO.	Sim (2)	SIM	2
		10	O PAP NÃO possui excepções no anexo 10 do MoU.	Sim (1)	Não	0
	Utilização de sistemas do governo	12a	% da ajuda desembolsada pelo PAP que segue os procedimentos nacionais de execução orçamental.	65% (2)	60	0
		12b	% da ajuda que é auditada usando APENAS sistemas nacionais de auditoria.	45% (1)	43	0
		12c	% Ajuda que requer APENAS procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros.	60% (2)	55	0
		13	% da ajuda desembolsada que utiliza APENAS sistemas nacionais de procurement.	55% (2)	55	2
		15	% da ajuda que não impõe isenção de impostos.	66% (2)	0	0
16a	% de missões do PAP que são conjuntas.	40% (1)	42	1		
Reforço da capacidade (14% da pontuação total)	Unidades de Implementação de Projectos	18	Número de Unidades de Implementação de Projectos paralelas	Zero ou reduzido o número (2)	0	2
	Cooperação Técnica (CT)	19	% de CT do PAP providenciada através de programas coordenados.	55% (2)	100	2
		20	CT sectorial (alargada) como percentagem do total da CT providenciada pelo PAP.	25% (1)	27	1
Pontuação Total						24

4.5. *Bélgica*

A tabela 4.5 mostra o desempenho da Bélgica em relação a matriz do QAD dos PAP. A Bélgica recebeu 26 dos 36 pontos possíveis, isto é 72%. Depois de vários anos de melhoria, em 2009 a Bélgica registou a segunda maior queda no desempenho individual dos PAP na ordem dos 23 pontos percentuais (a seguir a Finlândia que teve a maior queda na ordem dos 25 pontos percentuais). Esta

queda é totalmente explicada pelo não desembolso do seu apoio geral ao orçamento no ano fiscal para o qual foi calendarizado. Este atraso deveu-se à mudança do mecanismo de desembolso do AGO que a partir de 2009 passa a ser feito por via da Comissão Europeia.

Esta decisão da Bélgica, de delegar na CE o desembolso do seu AGO, é, no mínimo, estranha, pois AGO é a modalidade mais simples de desembolsar e de gerir. Será que a Bélgica pretende delegar na CE a responsabilidade do diálogo político relacionado com AGO? Como é que os restantes PAP e o GdM entendem esta questão?

Tabela 4.5. Bélgica

Objectivos	Actividades	No.	Indicadores	Metas	Executado	Pontos
Estrutura da Ajuda (19% da pontuação total)	AGO	1	PAP concede pelo menos 40% de AGO (como % da ajuda ao Governo).	Sim se >20% (1) >30% (2) >40% (3)	0	0
	Ajuda programática	2	Ajuda programática como % da ajuda total ao governo desembolsada pelo PAP.	>66% (2) >75% (4)	31	0
Previsibilidade (31% da pontuação total)	Compromisso de financiamento	3	O PAP possui um acordo multi-anual para um período não inferior a 3 anos.	Sim (3)	SIM	3
		4	Compromissos de AGO para o ano n+1 dentro das 4 semanas da revisão conjunta no ano n.	Sim (3)	SIM	3
	Desembolsos	5	Desembolsos dos compromissos confirmados de AGO no ano fiscal para o qual foram calendarizados, de acordo com o calendário mensal de desembolsos acordado com o GdM.	Sim. (1) para dentro do trimestre; (3) para dentro do mês.	NÃO	0
		8	Compromissos para o CFMP.	Sim (2)	SIM	2
Harmonização e Alinhamento (36% da pontuação total)	Consolidação e harmonização	9	O PAP adere aos condicionalismos comuns de AGO.	Sim (2)	SIM	2
		10	O PAP NÃO possui excepções no anexo 10 do MoU.	Sim (1)	SIM	1
	Utilização de sistemas do governo	12a	% da ajuda desembolsada pelo PAP que segue os procedimentos nacionais de execução orçamental.	65% (2)	83	2
		12b	% da ajuda que é auditada usando APENAS sistemas nacionais de auditoria.	45% (1)	52	1
		12c	% Ajuda que requer APENAS procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros.	60% (2)	83	2

		13	% da ajuda desembolsada que utiliza APENAS sistemas nacionais de procurement.	55% (2)	100	2
		15	% da ajuda que não impõe isenção de impostos.	90% (2)	100	2
		16a	% de missões do PAP que são conjuntas.	40% (1)	50	1
Reforço da capacidade (14% da pontuação total)	Unidades de Implementação de Projectos	18	Número de Unidades de Implementação de Projectos paralelas	Zero ou reduzido o número (2)	0	2
	Cooperação Técnica (CT)	19	% de CT do PAP providenciada através de programas coordenados.	55% (2)	80	2
		20	CT sectorial (alargada) como percentagem do total da CT providenciada pelo PAP.	25% (1)	80	1
Pontuação Total						26

4.6. Canadá

A tabela 4.6 mostra o desempenho do Canadá em relação a matriz do QAD dos PAP. O Canadá recebeu 30 dos 36 pontos possíveis, ou seja 83%. Desta forma o Canadá continua na senda de melhoria anual do desempenho. De realçar o aumento da composição programática da sua ajuda de 49% para 84% do total da sua ajuda ao GdM.

Tabela 4.6. Canadá

Objectivos	Actividades	No.	Indicadores	Metas	Executado	Pontos
Estrutura da Ajuda (19% da pontuação total)	AGO	1	PAP concede pelo menos 40% de AGO (como % da ajuda ao Governo).	Sim se >20% (1) > 30% (2) >40% (3)	21	1
	Ajuda programática	2	Ajuda programática como % da ajuda total ao governo desembolsada pelo PAP.	>66% (2) >75% (4)	84	4
Previsibilidade (31% da pontuação total)	Compromisso de financiamento	3	O PAP possui um acordo multi-anual para um período não inferior a 3 anos.	Sim (3)	SIM	3
		4	Compromissos de AGO para o ano n+1 dentro das 4 semanas da revisão conjunta no ano n.	Sim (3)	SIM	3

	Desembolsos	5	Desembolsos dos compromissos confirmados de AGO no ano fiscal para o qual foram calendarizados, de acordo com o calendário mensal de desembolsos acordado com o GdM.	Sim. (1) para dentro do trimestre; (3) para dentro do mês.	Dentro do Trimestre	1
		8	Compromissos para o CFMP.	Sim (2)	SIM	2
Harmonização e Alinhamento (36% da pontuação total)	Consolidação e harmonização	9	O PAP adere aos condicionalismos comuns de AGO.	Sim (2)	SIM	2
		10	O PAP NÃO possui excepções no anexo 10 do MoU.	Sim (1)	SIM	1
	Utilização de sistemas do governo	12a	% da ajuda desembolsada pelo PAP que segue os procedimentos nacionais de execução orçamental.	65% (2)	84	2
		12b	% da ajuda que é auditada usando APENAS sistemas nacionais de auditoria.	45% (1)	35	0
		12c	% Ajuda que requer APENAS procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros.	60% (2)	79	2
		13	% da ajuda desembolsada que utiliza APENAS sistemas nacionais de procurement.	55% (2)	81	2
		15	% da ajuda que não impõe isenção de impostos.	90% (2)	100	2
16a	% de missões do PAP que são conjuntas.	40% (1)	0	0		
Reforço da capacidade (14% da pontuação total)	Unidades de Implementação de Projectos	18	Número de Unidades de Implementação de Projectos paralelas	Zero ou reduzido o número (2)	0	2
	Cooperação Técnica (CT)	19	% de CT do PAP providenciada através de programas coordenados.	55% (2)	100	2
		20	CT sectorial (alargada) como percentagem do total da CT providenciada pelo PAP.	25% (1)	86	1
Pontuação Total						30

4.7. Comissão Europeia

A tabela 4.7 mostra o desempenho da Comissão Europeia em relação a matriz do QAD dos PAP. A Comissão Europeia recebeu 33 dos 36 pontos possíveis, ou seja 92%. Esta é a melhoria mais significativa de desempenho individual registada este ano, e na ordem dos 24 pontos percentuais. A

CE melhorou na composição programática da sua ajuda (tendo obtido a pontuação máxima possível de 7 pontos), no desembolso atempado, e na coordenação das suas missões.

Tabela 4.7. Comissão Europeia

Objectivos	Actividades	No.	Indicadores	Metas	Executado	Pontos
Estrutura da Ajuda (19% da pontuação total)	AGO	1	PAP concede pelo menos 40% de AGO (como % da ajuda ao Governo).	Sim se >20% (1) >30% (2) >40% (3)	57	3
	Ajuda programática	2	Ajuda programática como % da ajuda total ao governo desembolsada pelo PAP.	>66% (2) >75% (4)	77	4
Previsibilidade (31% da pontuação total)	Compromisso de financiamento	3	O PAP possui um acordo multi-anual para um período não inferior a 3 anos.	Sim (3)	SIM	3
		4	Compromissos de AGO para o ano n+1 dentro das 4 semanas da revisão conjunta no ano n.	Sim (3)	SIM	3
	Desembolsos	5	Desembolsos dos compromissos confirmados de AGO no ano fiscal para o qual foram calendarizados, de acordo com o calendário mensal de desembolsos acordado com o GdM.	Sim. (1) para dentro do trimestre; (3) para dentro do mês.	Dentro do Mês	3
		8	Compromissos para o CFMP.	Sim (2)	SIM	2
Harmonização e Alinhamento (36% da pontuação total)	Consolidação e harmonização	9	O PAP adere aos condicionalismos comuns de AGO.	Sim (2)	SIM	2
		10	O PAP NÃO possui excepções no anexo 10 do MoU.	Sim (1)	NÃO	0
	Utilização de sistemas do governo	12a	% da ajuda desembolsada pelo PAP que segue os procedimentos nacionais de execução orçamental.	65% (2)	77	2
		12b	% da ajuda que é auditada usando APENAS sistemas nacionais de auditoria.	45% (1)	65	1
		12c	% Ajuda que requer APENAS procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros.	60% (2)	77	2
		13	% da ajuda desembolsada que utiliza APENAS sistemas nacionais de procurement.	55% (2)	77	2
		15	% da ajuda que não impõe isenção de impostos.	46% (2)	47	2
16a	% de missões do PAP que são conjuntas.	40% (1)	42	1		

Reforço da capacidade (14% da pontuação total)	Unidades de Implementação de Projectos	18	Número de Unidades de Implementação de Projectos paralelas	Zero ou reduzido o número (2)	0	2
	Cooperação Técnica (CT)	19	% de CT do PAP providenciada através de programas coordenados.	55% (2)	25	0
		20	CT sectorial (alargada) como percentagem do total da CT providenciada pelo PAP.	25% (1)	25	1
Pontuação Total						33

4.8. DFID

A tabela 4.8 mostra o desempenho do DFID em relação a matriz do QAD dos PAP. Mais uma vez o DFID recebeu 36 dos 36 pontos possíveis, ou seja 100%.

Tabela 4.8. DFID

Objectivos	Actividades	No.	Indicadores	Metas	Executado	Pontos
Estrutura da Ajuda (19% da pontuação total)	AGO	1	PAP concede pelo menos 40% de AGO (como % da ajuda ao Governo).	Sim se >20% (1) >30% (2) >40% (3)	66	3
	Ajuda programática	2	Ajuda programática como % da ajuda total ao governo desembolsada pelo PAP.	>66% (2) >75% (4)	98	4
Previsibilidade (31% da pontuação total)	Compromisso de financiamento	3	O PAP possui um acordo multi-anual para um período não inferior a 3 anos.	Sim (3)	SIM	3
		4	Compromissos de AGO para o ano n+1 dentro das 4 semanas da revisão conjunta no ano n.	Sim (3)	SIM	3
	Desembolsos	5	Desembolsos dos compromissos confirmados de AGO no ano fiscal para o qual foram calendarizados, de acordo com o calendário mensal de desembolsos acordado com o GdM.	Sim. (1) para dentro do trimestre; (3) para dentro do mês.	Dentro do Mês	3
		8	Compromissos para o CFMP.	Sim (2)	SIM	2
Harmonização e Alinhamento (36% da pontuação)	Consolidação e harmonização	9	O PAP adere aos condicionalismos comuns de AGO.	Sim (2)	SIM	2
		10	O PAP NÃO possui excepções no anexo 10 do MoU.	Sim (1)	SIM	1

total)	Utilização de sistemas do governo	12a	% da ajuda desembolsada pelo PAP que segue os procedimentos nacionais de execução orçamental.	65% (2)	98	2
		12b	% da ajuda que é auditada usando APENAS sistemas nacionais de auditoria.	45% (1)	77	1
		12c	% Ajuda que requer APENAS procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros.	60% (2)	98	2
		13	% da ajuda desembolsada que utiliza APENAS sistemas nacionais de procurement.	55% (2)	98	2
		15	% da ajuda que não impõe isenção de impostos.	90% (2)	95	2
		16a	% de missões do PAP que são conjuntas.	40% (1)	1 missão	1
Reforço da capacidade (14% da pontuação total)	Unidades de Implementação de Projectos	18	Número de Unidades de Implementação de Projectos paralelas	Zero ou reduzido o número (2)	0	2
	Cooperação Técnica (CT)	19	% de CT do PAP providenciada através de programas coordenados.	55% (2)	100	2
		20	CT sectorial (alargada) como percentagem do total da CT providenciada pelo PAP.	25% (1)	65	1
Pontuação Total						36

4.9. Dinamarca

A tabela 4.9 mostra o desempenho da Dinamarca em relação a matriz do QAD dos PAP. A Dinamarca recebeu 23 dos 36 pontos possíveis, ou seja 64%. A Dinamarca protagonizou uma queda bastante acentuada no seu desempenho individual na ordem dos 15 pontos percentuais. O uso dos sistemas nacionais, o uso de unidades paralelas de implementação de projectos e a coordenação das missões foram as áreas que registaram piorias. A Dinamarca continua a obter 0 pontos dos indicadores referentes a composição programática da ajuda. Do lado positivo, é preciso notar que a Dinamarca aumentou em mais de ¼ o montante da sua ajuda ao país.

Tabela 4.9. Dinamarca

Objectivos	Actividades	No.	Indicadores	Metas	Executado	Pontos
Estrutura da Ajuda (19% da pontuação)	AGO	1	PAP concede pelo menos 40% de AGO (como % da ajuda ao Governo).	Sim se >20% (1) > 30% (2) >40% (3)	15	0

total)	Ajuda programática	2	Ajuda programática como % da ajuda total ao governo desembolsada pelo PAP.	>66% (2) >75% (4)	49	0
Previsibilidade (31% da pontuação total)	Compromisso de financiamento	3	O PAP possui um acordo multi-anual para um período não inferior a 3 anos.	Sim (3)	SIM	3
		4	Compromissos de AGO para o ano n+1 dentro das 4 semanas da revisão conjunta no ano n.	Sim (3)	SIM	3
	Desembolsos	5	Desembolsos dos compromissos confirmados de AGO no ano fiscal para o qual foram calendarizados, de acordo com o calendário mensal de desembolsos acordado com o GdM.	Sim. (1) para dentro do trimestre; (3) para dentro do mês.	Dentro do Mês	3
		8	Compromissos para o CFMP.	Sim (2)	SIM	2
Harmonização e Alinhamento (36% da pontuação total)	Consolidação e harmonização	9	O PAP adere aos condicionalismos comuns de AGO.	Sim (2)	SIM	2
		10	O PAP NÃO possui excepções no anexo 10 do MoU.	Sim (1)	SIM	1
	Utilização de sistemas do governo	12a	% da ajuda desembolsada pelo PAP que segue os procedimentos nacionais de execução orçamental.	65% (2)	50	0
		12b	% da ajuda que é auditada usando APENAS sistemas nacionais de auditoria.	45% (1)	33	0
		12c	% Ajuda que requer APENAS procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros.	60% (2)	69	2
		13	% da ajuda desembolsada que utiliza APENAS sistemas nacionais de procurement.	55% (2)	84	2
		15	% da ajuda que não impõe isenção de impostos.	80% (2)	93	2
		16a	% de missões do PAP que são conjuntas.	40% (1)	0	0
Reforço da capacidade (14% da pontuação total)	Unidades de Implementação de Projectos	18	Número de Unidades de Implementação de Projectos paralelas	Zero ou reduzido o número (2)	NÃO	0
	Cooperação Técnica (CT)	19	% de CT do PAP providenciada através de programas coordenados.	55% (2)	95	2
		20	CT sectorial (alargada) como percentagem do total da CT providenciada pelo PAP.	25% (1)	31	1
Pontuação Total						23

4.10. Espanha

A tabela 4.10 mostra o desempenho da Espanha em relação a matriz do QAD dos PAP. A Espanha recebeu 32 dos 36 pontos possíveis, ou seja 89%, uma ligeira queda em relação ao ano anterior que resulta da deterioração da coordenação da sua cooperação técnica. No entanto é preciso notar que a Espanha foi o PAP que procedeu à maior redução nos montantes de ajuda ao país. Esta redução incidu sobre a ajuda não para o Governo em quase US\$ 30 milhões (aproximadamente 70%), tendo a ajuda ao governo aumentado em cerca de US\$ 5 milhões (aproximadamente 30%).

Tabela 4.10. Espanha

Objectivos	Actividades	No.	Indicadores	Metas	Executado	Pontos
Estrutura da Ajuda (19% da pontuação total)	AGO	1	PAP concede pelo menos 40% de AGO (como % da ajuda ao Governo).	Sim se >20% (1) >30% (2) >40% (3)	44	3
	Ajuda programática	2	Ajuda programática como % da ajuda total ao governo desembolsada pelo PAP.	>66% (2) >75% (4)	75	4
Previsibilidade (31% da pontuação total)	Compromisso de financiamento	3	O PAP possui um acordo multi-anual para um período não inferior a 3 anos.	Sim (3)	SIM	3
		4	Compromissos de AGO para o ano n+1 dentro das 4 semanas da revisão conjunta no ano n.	Sim (3)	SIM	3
	Desembolsos	5	Desembolsos dos compromissos confirmados de AGO no ano fiscal para o qual foram calendarizados, de acordo com o calendário mensal de desembolsos acordado com o GdM.	Sim. (1) para dentro do trimestre; (3) para dentro do mês.	Dentro do Mês	3
		8	Compromissos para o CFMP.	Sim (2)	SIM	2
Harmonização e Alinhamento (36% da pontuação total)	Consolidação e harmonização	9	O PAP adere aos condicionalismos comuns de AGO.	Sim (2)	SIM	2
		10	O PAP NÃO possui excepções no anexo 10 do MoU.	Sim (1)	SIM	1
	Utilização de sistemas do governo	12a	% da ajuda desembolsada pelo PAP que segue os procedimentos nacionais de execução orçamental.	65% (2)	75	2
		12b	% da ajuda que é auditada usando APENAS sistemas nacionais de auditoria.	45% (1)	62	1
		12c	% Ajuda que requer APENAS procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros.	60% (2)	75	2

		13	% da ajuda desembolsada que utiliza APENAS sistemas nacionais de procurement.	55% (2)	75	2
		15	% da ajuda que não impõe isenção de impostos.	89% (2)	100	2
		16a	% de missões do PAP que são conjuntas.	40% (1)	1 missões	1
Reforço da capacidade (14% da pontuação total)	Unidades de Implementação de Projectos	18	Número de Unidades de Implementação de Projectos paralelas	Zero ou reduzido o número (2)	Não	0
	Cooperação Técnica (CT)	19	% de CT do PAP providenciada através de programas coordenados.	55% (2)	50	0
		20	CT sectorial (alargada) como percentagem do total da CT providenciada pelo PAP.	25% (1)	50	1
Pontuação Total						32

4.11. Finlândia

A tabela 4.11 mostra o desempenho da Finlândia em relação a matriz do QAD dos PAP. A Finlândia recebeu 26 dos 36 pontos possíveis, ou seja 72%. Esta é uma queda vertiginosa no seu desempenho e na ordem dos 20 pontos percentuais. A Finlândia piorou o desempenho em relação ao indicador 1 (% da ajuda dada em forma de AGO); ao indicador 3 (acordo para período não inferior a 3 anos) e ao indicador 19 (proporção de cooperação técnica que é coordenada).

Tabela 4.11. Finlândia

Objectivos	Actividades	No.	Indicadores	Metas	Executado	Pontos
Estrutura da Ajuda (19% da pontuação total)	AGO	1	PAP concede pelo menos 40% de AGO (como % da ajuda ao Governo).	Sim se >20% (1) > 30% (2) >40% (3)	27	1
	Ajuda programática	2	Ajuda programática como % da ajuda total ao governo desembolsada pelo PAP.	>66% (2) >75% (4)	90	4
Previsibilidade (31% da pontuação total)	Compromisso de financiamento	3	O PAP possui um acordo multi-anual para um período não inferior a 3 anos.	Sim (3)	NÃO	0
		4	Compromissos de AGO para o ano n+1 dentro das 4 semanas da revisão conjunta no ano n.	Sim (3)	SIM	3

	Desembolsos	5	Desembolsos dos compromissos confirmados de AGO no ano fiscal para o qual foram calendarizados, de acordo com o calendário mensal de desembolsos acordado com o GdM.	Sim. (1) para dentro do trimestre; (3) para dentro do mês.	Dentro do Trimestre	1
		8	Compromissos para o CFMP.	Sim (2)	SIM	2
Harmonização e Alinhamento (36% da pontuação total)	Consolidação e harmonização	9	O PAP adere aos condicionalismos comuns de AGO.	Sim (2)	SIM	2
		10	O PAP NÃO possui excepções no anexo 10 do MoU.	Sim (1)	SIM	1
	Utilização de sistemas do governo	12a	% da ajuda desembolsada pelo PAP que segue os procedimentos nacionais de execução orçamental.	65% (2)	90	2
		12b	% da ajuda que é auditada usando APENAS sistemas nacionais de auditoria.	45% (1)	51	1
		12c	% Ajuda que requer APENAS procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros.	60% (2)	90	2
		13	% da ajuda desembolsada que utiliza APENAS sistemas nacionais de procurement.	55% (2)	92	2
		15	% da ajuda que não impõe isenção de impostos.	90% (2)	100	2
16a	% de missões do PAP que são conjuntas.	40% (1)	0	0		
Reforço da capacidade (14% da pontuação total)	Unidades de Implementação de Projectos	18	Número de Unidades de Implementação de Projectos paralelas	Zero ou reduzido o número (2)	0	2
	Cooperação Técnica (CT)	19	% de CT do PAP providenciada através de programas coordenados.	55% (2)	46	0
		20	CT sectorial (alargada) como percentagem do total da CT providenciada pelo PAP.	25% (1)	46	1
Pontuação Total						26

4.12. França

A tabela 4.12 mostra o desempenho da França em relação a matriz do QAD dos PAP. A França recebeu 24 dos 36 pontos possíveis, ou seja 67%, o que representa uma ligeira melhoria no desempenho deste PAP. A França ganhou com a retirada de excepções no anexo 10 do memorando de entendimento (indicador 10), e com o aumento da proporção da sua ajuda que usa apenas

sistemas nacionais de auditoria (indicador 12b). As áreas de maior fraqueza da França continuam a ser a composição de carteira de ajuda² e a coordenação da sua assistência técnica. A França falhou igualmente o alcance da meta do indicador 15 referente a isenção no pagamento de impostos.

Tabela 4.12. França

Objectivos	Actividades	No.	Indicadores	Metas	Executado	Pontos
Estrutura da Ajuda (19% da pontuação total)	AGO	1	PAP concede pelo menos 40% de AGO (como % da ajuda ao Governo).	Sim se >20% (1) > 30% (2) >40% (3)	13	0
	Ajuda programática	2	Ajuda programática como % da ajuda total ao governo desembolsada pelo PAP.	>66% (2) >75% (4)	33	0
Previsibilidade (31% da pontuação total)	Compromisso de financiamento	3	O PAP possui um acordo multi-anual para um período não inferior a 3 anos.	Sim (3)	SIM	3
		4	Compromissos de AGO para o ano n+1 dentro das 4 semanas da revisão conjunta no ano n.	Sim (3)	SIM	3
	Desembolsos	5	Desembolsos dos compromissos confirmados de AGO no ano fiscal para o qual foram calendarizados, de acordo com o calendário mensal de desembolsos acordado com o GdM.	Sim. (1) para dentro do trimestre; (3) para dentro do mês.	Dentro do Mês	3
		8	Compromissos para o CFMP.	Sim (2)	SIM	2
Harmonização e Alinhamento (36% da pontuação total)	Consolidação e harmonização	9	O PAP adere aos condicionalismos comuns de AGO.	Sim (2)	SIM	2
		10	O PAP NÃO possui excepções no anexo 10 do MoU.	Sim (1)	SIM	1
	Utilização de sistemas do governo	12a	% da ajuda desembolsada pelo PAP que segue os procedimentos nacionais de execução orçamental.	65% (2)	81	2
		12b	% da ajuda que é auditada usando APENAS sistemas nacionais de auditoria.	45% (1)	54	1

² Estritamente falando, a modalidade francesa de financiamento do AGO não é qualificável como AID pelos critérios da OECD, por se tratar de reciclagem da dívida. Este assunto já foi mencionado nos últimos três relatórios mas nem os doadores nem o GdM parecem interessados na questão. É óbvio que as modalidades de financiamento do orçamento de Estado têm implicações macroeconómicas. Neste caso, o AGO da França, que reflecte a intenção do governo francês de abdicar receber o serviço da dívida não cancelada de Moçambique, é financiado pelo orçamento de Estado moçambicano e, por consequência, é financiado parcialmente pelos outros doadores. No entanto, parece ser politicamente mais importante, para os PAP e para o GdM, manter a França como PAP do que tomar uma decisão que afecta apenas marginalmente o orçamento de Estado – tão marginalmente que a França poderia facilmente cancelar a dívida pública moçambicana, o que terminaria a sua participação no grupo dos doadores que fornecem AGO.

		12c	% Ajuda que requer APENAS procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros.	60% (2)	79	2
		13	% da ajuda desembolsada que utiliza APENAS sistemas nacionais de procurement.	55% (2)	90	2
		15	% da ajuda que não impõe isenção de impostos.	90% (2)	40	0
		16a	% de missões do PAP que são conjuntas.	40% (1)	42	1
Reforço da capacidade (14% da pontuação total)	Unidades de Implementação de Projectos	18	Número de Unidades de Implementação de Projectos paralelas	Zero ou reduzido o número (2)	0	2
	Cooperação Técnica (CT)	19	% de CT do PAP providenciada através de programas coordenados.	55% (2)	27	0
		20	CT sectorial (alargada) como percentagem do total da CT providenciada pelo PAP.	25% (1)	14	0
Pontuação Total						24

4.13 Holanda

A tabela 4.13 mostra o desempenho da Holanda em relação a matriz do QAD dos PAP. A Holanda recebeu 33 dos 36 pontos possíveis, ou seja 92%, uma ligeira queda no, ainda assim, excelente desempenho que a Holanda consegue manter. Em relação ao ano anterior a Holanda perdeu um ponto no indicador referente à percentagem de missões conjuntas ao não ter alcançado a meta de 40%. No entanto, vale a pena notar a redução no número total de missões que a Holanda realizou de 7 em 2008 para 3 em 2009.

Tabela 4.13. Holanda

Objectivos	Actividades	No.	Indicadores	Metas	Executado	Pontos
Estrutura da Ajuda (19% da pontuação total)	AGO	1	PAP concede pelo menos 40% de AGO (como % da ajuda ao Governo).	Sim se >20% (1) > 30% (2) >40% (3)	32	2
	Ajuda programática	2	Ajuda programática como % da ajuda total ao governo desembolsada pelo PAP.	>66% (2) >75% (4)	85	4
Previsibilidade (31% da pontuação)	Compromisso de financiamento	3	O PAP possui um acordo multi-anual para um período não inferior a 3 anos.	Sim (3)	SIM	3

total)		4	Compromissos de AGO para o ano n+1 dentro das 4 semanas da revisão conjunta no ano n.	Sim (3)	SIM	3
	Desembolsos	5	Desembolsos dos compromissos confirmados de AGO no ano fiscal para o qual foram calendarizados, de acordo com o calendário mensal de desembolsos acordado com o GdM.	Sim. (1) para dentro do trimestre; (3) para dentro do mês.	Dentro do Mês	3
		8	Compromissos para o CFMP.	Sim (2)	SIM	2
Harmonização e Alinhamento (36% da pontuação total)	Consolidação e harmonização	9	O PAP adere aos condicionalismos comuns de AGO.	Sim (2)	SIM	2
		10	O PAP NÃO possui excepções no anexo 10 do MoU.	Sim (1)	SIM	1
	Utilização de sistemas do governo	12a	% da ajuda desembolsada pelo PAP que segue os procedimentos nacionais de execução orçamental.	65% (2)	100	2
		12b	% da ajuda que é auditada usando APENAS sistemas nacionais de auditoria.	45% (1)	38	0
		12c	% Ajuda que requer APENAS procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros.	60% (2)	90	2
		13	% da ajuda desembolsada que utiliza APENAS sistemas nacionais de procurement.	55% (2)	100	2
		15	% da ajuda que não impõe isenção de impostos.	90% (2)	100	2
		16a	% de missões do PAP que são conjuntas.	40% (1)	0	0
Reforço da capacidade (14% da pontuação total)	Unidades de Implementação de Projectos	18	Número de Unidades de Implementação de Projectos paralelas	Zero ou reduzido o número (2)	0	2
	Cooperação Técnica (CT)	19	% de CT do PAP providenciada através de programas coordenados.	55% (2)	100	2
		20	CT sectorial (alargada) como percentagem do total da CT providenciada pelo PAP.	25% (1)	51	1
Pontuação Total						33

4.14. Irlanda

A tabela 4.14 mostra o desempenho da Irlanda em relação a matriz do QAD dos PAP. A Irlanda recebeu 30 dos 36 pontos possíveis, ou seja 83%. Desta forma, a Irlanda perde em 2009 os 11 pontos percentuais de ganhos no desempenho registados em 2008. A perda de pontos por parte da Irlanda

deve-se ao desembolso tardio do seu apoio geral ao orçamento. A Irlanda perdeu igualmente pontos no indicador referente à isenção no pagamento de impostos introduzido na avaliação deste ano. Entretanto, vale a pena fazer referência aos 2 pontos ganhos, um resultante do aumento da proporção do AGO na composição da sua ajuda ao GdM e outro do aumento da proporção da ajuda que usa apenas sistemas nacionais de auditoria.

Tabela 4.14. Irlanda

Objectivos	Actividades	No.	Indicadores	Metas	Executado	Pontos
Estrutura da Ajuda (19% da pontuação total)	AGO	1	PAP concede pelo menos 40% de AGO (como % da ajuda ao Governo).	Sim se >20% (1) >30% (2) >40% (3)	32	2
	Ajuda programática	2	Ajuda programática como % da ajuda total ao governo desembolsada pelo PAP.	>66% (2) >75% (4)	94	4
Previsibilidade (31% da pontuação total)	Compromisso de financiamento	3	O PAP possui um acordo multi-anual para um período não inferior a 3 anos.	Sim (3)	SIM	3
		4	Compromissos de AGO para o ano n+1 dentro das 4 semanas da revisão conjunta no ano n.	Sim (3)	SIM	3
	Desembolsos	5	Desembolsos dos compromissos confirmados de AGO no ano fiscal para o qual foram calendarizados, de acordo com o calendário mensal de desembolsos acordado com o GdM.	Sim. (1) para dentro do trimestre; (3) para dentro do mês.	NÃO	0
		8	Compromissos para o CFMP.	Sim (2)	SIM	2
Harmonização e Alinhamento (36% da pontuação total)	Consolidação e harmonização	9	O PAP adere aos condicionalismos comuns de AGO.	Sim (2)	SIM	2
		10	O PAP NÃO possui excepções no anexo 10 do MoU.	Sim (1)	SIM	1
	Utilização de sistemas do governo	12a	% da ajuda desembolsada pelo PAP que segue os procedimentos nacionais de execução orçamental.	65% (2)	94	2
		12b	% da ajuda que é auditada usando APENAS sistemas nacionais de auditoria.	45% (1)	73	1
		12c	% Ajuda que requer APENAS procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros.	60% (2)	92	2
		13	% da ajuda desembolsada que utiliza APENAS sistemas nacionais de procurement.	55% (2)	92	2
15	% da ajuda que não impõe isenção	90% (2)	1	0		

			de impostos.			
		16a	% de missões do PAP que são conjuntas.	40% (1)	1 missão	1
Reforço da capacidade (14% da pontuação total)	Unidades de Implementação de Projectos	18	Número de Unidades de Implementação de Projectos paralelas	Zero ou reduzido o número (2)	0	2
	Cooperação Técnica (CT)	19	% de CT do PAP providenciada através de programas coordenados.	55% (2)	100	2
		20	CT sectorial (alargada) como percentagem do total da CT providenciada pelo PAP.	25% (1)	94	1
Pontuação Total						30

4.15. Itália

A tabela 4.15 mostra o desempenho da Itália em relação a matriz do QAD dos PAP. A Itália recebeu 30 dos 36 pontos possíveis, isto é 83%, melhorando 15 pontos percentuais. Em relação ao seu desempenho no ano anterior. A Itália ganhou 3 pontos nos indicadores de estrutura da ajuda graças a duplicação da composição programática da ajuda de 33% para 66%, 2 pontos por ter desembolsado o seu AGO dentro do mês para o qual tinha sido calendarizado, 1 ponto na proporção de ajuda que usa apenas sistemas nacionais de auditoria e 3 pontos na coordenação da sua cooperação técnica. Entretanto, perdeu 2 pontos no indicador referente ao uso de sistemas nacionais de apresentação de relatórios financeiros e outros 2 no indicador referente ao número de UPI de projectos. É preciso notar que a Itália procedeu a um corte de cerca de US\$ 16 milhões (~40%) na sua ajuda ao país, dos quais cerca de US\$ 5 milhões (~30%) reduzidos na ajuda ao GdM e cerca de US\$ 11 milhões (mais de 50%) reduzidos na ajuda não para o GdM.

Tabela 4.15. Itália

Objectivos	Actividades	No.	Indicadores	Metas	Executado	Pontos
Estrutura da Ajuda (19% da pontuação total)	AGO	1	PAP concede pelo menos 40% de AGO (como % da ajuda ao Governo).	Sim se >20% (1) > >30% (2) >40% (3)	48	3
	Ajuda programática	2	Ajuda programática como % da ajuda total ao governo desembolsada pelo PAP.	>66% (2) >75% (4)	67	2
Previsibilidade (31% da pontuação)	Compromisso de financiamento	3	O PAP possui um acordo multi-anual para um período não inferior a 3 anos.	Sim (3)	SIM	3

total)		4	Compromissos de AGO para o ano n+1 dentro das 4 semanas da revisão conjunta no ano n.	Sim (3)	SIM	3
	Desembolsos	5	Desembolsos dos compromissos confirmados de AGO no ano fiscal para o qual foram calendarizados, de acordo com o calendário mensal de desembolsos acordado com o GdM.	Sim. (1) para dentro do trimestre; (3) para dentro do mês.	Dentro do Mês	3
		8	Compromissos para o CFMP.	Sim (2)	SIM	2
Harmonização e Alinhamento (36% da pontuação total)	Consolidação e harmonização	9	O PAP adere aos condicionalismos comuns de AGO.	Sim (2)	SIM	2
		10	O PAP NÃO possui excepções no anexo 10 do MoU.	Sim (1)	SIM	1
	Utilização de sistemas do governo	12a	% da ajuda desembolsada pelo PAP que segue os procedimentos nacionais de execução orçamental.	65% (2)	100	2
		12b	% da ajuda que é auditada usando APENAS sistemas nacionais de auditoria.	45% (1)	48	1
		12c	% Ajuda que requer APENAS procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros.	60% (2)	48	0
		13	% da ajuda desembolsada que utiliza APENAS sistemas nacionais de procurement.	55% (2)	67	2
		15	% da ajuda que não impõe isenção de impostos.	70% (2)	100	2
		16a	% de missões do PAP que são conjuntas.	40% (1)	2 missões	1
Reforço da capacidade (14% da pontuação total)	Unidades de Implementação de Projectos	18	Número de Unidades de Implementação de Projectos paralelas	Zero ou reduzido o número (2)	NÃO	0
	Cooperação Técnica (CT)	19	% de CT do PAP providenciada através de programas coordenados.	55% (2)	100	2
		20	CT sectorial (alargada) como percentagem do total da CT providenciada pelo PAP.	25% (1)	100	1
Pontuação Total						30

4.16. Noruega

A tabela 4.16 mostra o desempenho da Noruega em relação a matriz do QAD dos PAP. A Noruega recebeu 27 dos 36 pontos possíveis, ou seja 75%. A Noruega perde assim 7 pontos percentuais em relação ao desempenho em 2008, como resultado da redução da composição programática da sua ajuda e do uso dos sistemas nacionais de auditoria e de prestação de relatórios financeiros. A Noruega não conseguiu alcançar a meta do indicador 15 relativo aos impostos. Entretanto, este PAP ganhou com a maior coordenação das suas missões e da sua cooperação técnica.

Tabela 4.16. Noruega

Objectivos	Actividades	No.	Indicadores	Metas	Executado	Pontos
Estrutura da Ajuda (19% da pontuação total)	AGO	1	PAP concede pelo menos 40% de AGO (como % da ajuda ao Governo).	Sim se >20% (1) >30% (2) >40% (3)	44	3
	Ajuda programática	2	Ajuda programática como % da ajuda total ao governo desembolsada pelo PAP.	>66% (2) >75% (4)	65	0
Previsibilidade (31% da pontuação total)	Compromisso de financiamento	3	O PAP possui um acordo multi-anual para um período não inferior a 3 anos.	Sim (3)	SIM	3
		4	Compromissos de AGO para o ano n+1 dentro das 4 semanas da revisão conjunta no ano n.	Sim (3)	SIM	3
	Desembolsos	5	Desembolsos dos compromissos confirmados de AGO no ano fiscal para o qual foram calendarizados, de acordo com o calendário mensal de desembolsos acordado com o GdM.	Sim. (1) para dentro do trimestre; (3) para dentro do mês.	Dentro do Mês	3
		8	Compromissos para o CFMP.	Sim (2)	SIM	2
Harmonização e Alinhamento (36% da pontuação total)	Consolidação e harmonização	9	O PAP adere aos condicionalismos comuns de AGO.	Sim (2)	SIM	2
		10	O PAP NÃO possui excepções no anexo 10 do MoU.	Sim (1)	SIM	1
	Utilização de sistemas do governo	12a	% da ajuda desembolsada pelo PAP que segue os procedimentos nacionais de execução orçamental.	65% (2)	65	2
		12b	% da ajuda que é auditada usando APENAS sistemas nacionais de auditoria.	45% (1)	44	0
		12c	% Ajuda que requer APENAS procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros.	60% (2)	58	0

		13	% da ajuda desembolsada que utiliza APENAS sistemas nacionais de procurement.	55% (2)	65	2
		15	% da ajuda que não impõe isenção de impostos.	56% (2)	38	0
		16a	% de missões do PAP que são conjuntas.	40% (1)	100	1
Reforço da capacidade (14% da pontuação total)	Unidades de Implementação de Projectos	18	Número de Unidades de Implementação de Projectos paralelas	Zero ou reduzido o número (2)	0	2
	Cooperação Técnica (CT)	19	% de CT do PAP providenciada através de programas coordenados.	55% (2)	100	2
		20	CT sectorial (alargada) como percentagem do total da CT providenciada pelo PAP.	25% (1)	100	1
Pontuação Total						27

4.17. Portugal

A tabela 4.17 mostra o desempenho de Portugal em relação a matriz do QAD dos PAP. Portugal recebeu 13 dos 36 pontos possíveis, ou seja 36%. Portugal continua sendo assim o PAP com o pior desempenho e adicionalmente piorou o seu desempenho em relação ao ano anterior. Portugal continua a falhar por completo o alcance das metas dos indicadores relativos à composição da ajuda, ao prazo de desembolso do AGO, ao uso dos sistemas do governo, e à coordenação das missões e da cooperação técnica. Uma mudança positiva assinalável no programa de cooperação deste PAP foi o facto de ter protagonizado a maior subida nos montantes da ajuda ao país tanto em termos absolutos (mais de US\$ 40 milhões, a par da Alemanha) como em termos relativos (mais de 300%). Este aumento foi resultado do aumento da ajuda em forma de créditos concessionais ao GdM.

Tabela 4.17. Portugal

Objectivos	Actividades	No.	Indicadores	Metas	Executado	Pontos
Estrutura da Ajuda (19% da pontuação total)	AGO	1	PAP concede pelo menos 40% de AGO (como % da ajuda ao Governo).	Sim se >20% (1) > >30% (2) >40% (3)	3	0
	Ajuda programática	2	Ajuda programática como % da ajuda total ao governo desembolsada pelo PAP.	>66% (2) >75% (4)	4	0
Previsibilidade (31% da pontuação)	Compromisso de financiamento	3	O PAP possui um acordo multi-anual para um período não inferior a 3 anos.	Sim (3)	SIM	3

total)		4	Compromissos de AGO para o ano n+1 dentro das 4 semanas da revisão conjunta no ano n.	Sim (3)	SIM	3
	Desembolsos	5	Desembolsos dos compromissos confirmados de AGO no ano fiscal para o qual foram calendarizados, de acordo com o calendário mensal de desembolsos acordado com o GdM.	Sim. (1) para dentro do trimestre; (3) para dentro do mês.	NÃO	0
		8	Compromissos para o CFMP.	Sim (2)	SIM	2
Harmonização e Alinhamento (36% da pontuação total)	Consolidação e harmonização	9	O PAP adere aos condicionalismos comuns de AGO.	Sim (2)	SIM	2
		10	O PAP NÃO possui excepções no anexo 10 do MoU.	Sim (1)	SIM	1
	Utilização de sistemas do governo	12a	% da ajuda desembolsada pelo PAP que segue os procedimentos nacionais de execução orçamental.	65% (2)	4	0
		12b	% da ajuda que é auditada usando APENAS sistemas nacionais de auditoria.	45% (1)	3	0
		12c	% Ajuda que requer APENAS procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros.	60% (2)	3	0
		13	% da ajuda desembolsada que utiliza APENAS sistemas nacionais de procurement.	55% (2)	4	0
		15	% da ajuda que não impõe isenção de impostos.	15% (2)	0	0
		16a	% de missões do PAP que são conjuntas.	40% (1)	0	0
Reforço da capacidade (14% da pontuação total)	Unidades de Implementação de Projectos	18	Número de Unidades de Implementação de Projectos paralelas	Zero ou reduzido o número (2)	0	2
	Cooperação Técnica (CT)	19	% de CT do PAP providenciada através de programas coordenados.	55% (2)	16	0
		20	CT sectorial (alargada) como percentagem do total da CT providenciada pelo PAP.	25% (1)	1	0
Pontuação Total						13

4.18. Suécia

A tabela 4.18 mostra o desempenho da Suécia em relação a matriz do QAD dos PAP. A Suécia recebeu 33 dos 36 pontos possíveis, representando 92%, ou seja outra melhoria anual significativa em relação ao ano anterior (10 pontos percentuais em 2009 e 13 pontos percentuais em 2008). A Suécia mantém-se desta forma no grupo dos parceiros com “muito bom” desempenho. No entanto, cai do grupo dos “muito grandes” para o grupo dos “grandes” parceiros devido à redução de cerca de US\$ 20 milhões (cerca de 20%) na sua ajuda ao governo, principalmente por efeito da depreciação da coroa sueca. Calculada à taxa de câmbio de 2008, a redução da ajuda sueca é muito menor e a Suécia permaneceria no grupo dos “muito grandes”. A Suécia perde pontos apenas no indicador 2 referente à proporção da ajuda que é programática (ficando apenas a 3 pontos percentuais da meta), e no indicador 16a referente a proporção de missões que são conjuntas.

Tabela 4.18. Suécia

Objectivos	Actividades	No.	Indicadores	Metas	Executado	Pontos
Estrutura da Ajuda (19% da pontuação total)	AGO	1	PAP concede pelo menos 40% de AGO (como % da ajuda ao Governo).	Sim se >20% (1) > 30% (2) >40% (3)	53	3
	Ajuda programática	2	Ajuda programática como % da ajuda total ao governo desembolsada pelo PAP.	>66% (2) >75% (4)	72	2
Previsibilidade (31% da pontuação total)	Compromisso de financiamento	3	O PAP possui um acordo multi-anual para um período não inferior a 3 anos.	Sim (3)	SIM	3
		4	Compromissos de AGO para o ano n+1 dentro das 4 semanas da revisão conjunta no ano n.	Sim (3)	SIM	3
	Desembolsos	5	Desembolsos dos compromissos confirmados de AGO no ano fiscal para o qual foram calendarizados, de acordo com o calendário mensal de desembolsos acordado com o GdM.	Sim. (1) para dentro do trimestre; (3) para dentro do mês.	Dentro do Mês	3
		8	Compromissos para o CFMP.	Sim (2)	SIM	2
Harmonização e Alinhamento (36% da pontuação total)	Consolidação e harmonização	9	O PAP adere aos condicionalismos comuns de AGO.	Sim (2)	SIM	2
		10	O PAP NÃO possui excepções no anexo 10 do MoU.	Sim (1)	SIM	1
	Utilização de sistemas do governo	12a	% da ajuda desembolsada pelo PAP que segue os procedimentos nacionais de execução orçamental.	65% (2)	72	2

		12b	% da ajuda que é auditada usando APENAS sistemas nacionais de auditoria.	45% (1)	54	1
		12c	% Ajuda que requer APENAS procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros.	60% (2)	71	2
		13	% da ajuda desembolsada que utiliza APENAS sistemas nacionais de procurement.	55% (2)	71	2
		15	% da ajuda que não impõe isenção de impostos.	42% (2)	98	2
		16a	% de missões do PAP que são conjuntas.	40% (1)	8	0
Reforço da capacidade (14% da pontuação total)	Unidades de Implementação de Projectos	18	Número de Unidades de Implementação de Projectos paralelas	Zero ou reduzido o número (2)	0	2
	Cooperação Técnica (CT)	19	% de CT do PAP providenciada através de programas coordenados.	55% (2)	100	2
		20	CT sectorial (alargada) como percentagem do total da CT providenciada pelo PAP.	25% (1)	60	1
Pontuação Total						33

4.19. Suíça

A tabela 4.19 mostra o desempenho da Suíça em relação a matriz do QAD dos PAP. A Suíça recebeu 36 dos 36 pontos possíveis, ou seja 100%. Desta forma, a Suíça melhora em relação ao seu já excelente desempenho.

Tabela 4.19. Suíça

Objectivos	Actividades	No.	Indicadores	Metas	Executado	Pontos
Estrutura da Ajuda (19% da pontuação total)	AGO	1	PAP concede pelo menos 40% de AGO (como % da ajuda ao Governo).	Sim se >20% (1) > 30% (2) >40% (3)	48	3
	Ajuda programática	2	Ajuda programática como % da ajuda total ao governo desembolsada pelo PAP.	>66% (2) >75% (4)	83	4
Previsibilidade (31% da pontuação)	Compromisso de financiamento	3	O PAP possui um acordo multi-anual para um período não inferior a 3 anos.	Sim (3)	SIM	3

total)		4	Compromissos de AGO para o ano n+1 dentro das 4 semanas da revisão conjunta no ano n.	Sim (3)	SIM	3
	Desembolsos	5	Desembolsos dos compromissos confirmados de AGO no ano fiscal para o qual foram calendarizados, de acordo com o calendário mensal de desembolsos acordado com o GdM.	Sim. (1) para dentro do trimestre; (3) para dentro do mês.	Dentro do Mês	3
		8	Compromissos para o CFMP.	Sim (2)	SIM	2
Harmonização e Alinhamento (36% da pontuação total)	Consolidação e harmonização	9	O PAP adere aos condicionalismos comuns de AGO.	Sim (2)	SIM	2
		10	O PAP NÃO possui excepções no anexo 10 do MoU.	Sim (1)	SIM	1
	Utilização de sistemas do governo	12a	% da ajuda desembolsada pelo PAP que segue os procedimentos nacionais de execução orçamental.	65% (2)	83	2
		12b	% da ajuda que é auditada usando APENAS sistemas nacionais de auditoria.	45% (1)	74	1
		12c	% Ajuda que requer APENAS procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros.	60% (2)	83	2
		13	% da ajuda desembolsada que utiliza APENAS sistemas nacionais de procurement.	55% (2)	83	2
		15	% da ajuda que não impõe isenção de impostos.	90% (2)	100	2
		16a	% de missões do PAP que são conjuntas.	40% (1)	40	1
Reforço da capacidade (14% da pontuação total)	Unidades de Implementação de Projectos	18	Número de Unidades de Implementação de Projectos paralelas	Zero ou reduzido o número (2)	0	2
	Cooperação Técnica (CT)	19	% de CT do PAP providenciada através de programas coordenados.	55% (2)	92	2
		20	CT sectorial (alargada) como percentagem do total da CT providenciada pelo PAP.	25% (1)	52	1
Pontuação Total						36

4.20. Ordenamento geral dos PAP por pontos

Tabela 4.20 – Ordenamento dos PAP por pontuação alcançada em 2009

	PAP	Pontos
1	DFID, Suíça	36
3	Comissão Europeia, Holanda e Suécia	33
6	Áustria e Espanha	32
8	Canadá, Itália e Irlanda	30
11	Noruega	27
12	Bélgica e Finlândia	26
13	França e Banco Mundial	24
16	Alemanha e Dinamarca	23
18	BAD	19
19	Portugal	13

4.21. Avaliação geral por posição e por escala

Se o desempenho dos PAP em 2009 fosse classificado em:

- Muito bom: 32 ou mais dos 36 pontos;
- Médio alto: 28 a 31 pontos;
- Médio: 23 a 27 pontos;
- Médio baixo: 19 a 22 pontos;
- Fraco: menos de 19 pontos.

...Então:

- 7 PAP são muito bons;
- 3 são médios altos;
- 7 são médios;

- 1 é médio baixo;
- 1 é fraco.

Como grupo o desempenho dos PAP é médio (24 pontos).

Se os PAP forem classificados em grupos por tamanho (montante de AID ao GdM) haverá:

- 4 PAP muito grandes (mais de US\$ 90 milhões em 2009), nomeadamente o Banco Mundial, a Comissão Europeia, o DFID e a Alemanha.
- 7 PAP grandes (mais de US\$ 50 milhões e menos de US\$ 90 milhões em 2009), nomeadamente o BAD, o Canadá, a Dinamarca, a Holanda, a Noruega, Portugal e a Suécia.
- 4 PAP médios (entre US\$ 20 milhões e US\$ 50 milhões em 2009), nomeadamente a Finlândia, a França, a Irlanda e a Espanha.
- 4 PAP pequenos (menos de US\$ 20 milhões) nomeadamente a Áustria, a Bélgica, a Itália e a Suíça.

A tabela 4.21, abaixo, mostra como os PAP se ordenam por tamanho e desempenho.

Tabela 4.21 – Tamanho e desempenho relacionados

	<i>Muito bom</i>	<i>Médio Alto</i>	<i>Médio (Classificação)</i>	<i>Médio baixo</i>	<i>Fraco</i>	<i>Total</i>
<i>Muito grande</i>	DFID, CE		Alemanha, Banco Mundial			4
<i>Grande</i>	Holanda, Suécia	Canadá,	Dinamarca, Noruega	BAD	Portugal	7
<i>Médio (Tamanho)</i>	Espanha	Irlanda	Finlândia, França			4
<i>Pequeno</i>	Suíça, Áustria	Itália	Bélgica			4
<i>Total</i>	7	3	7	1	1	19

Comparando com 2008, 7 PAP melhoraram a sua posição subindo de um nível mais baixo de desempenho para um (ou mais) nível mais alto, nomeadamente: a Comissão Europeia de “médio” para “muito bom”; a Áustria e a Suécia de “médio alto” para “muito bom”; a Itália de “médio” para “médio alto”; a Alemanha, o Banco Mundial e a França de “médio baixo” para “médio”. Cinco

países pioraram a sua posição, nomeadamente: a Bélgica de “muito bom” para “médio”; a Dinamarca de “médio alto” para “médio”; a Finlândia de “muito bom” para “médio”; a Irlanda de “muito bom” para “médio alto”; a Noruega de “médio alto” para “médio”.

Em 2009, ocorreram também mudanças nos “tamanho” dos PAP, definidos pelo montante da AID para o GdM, em relação a 2008. A Alemanha subiu de “grande” para “muito grande”; Portugal de “pequeno” para “grande”; a Irlanda passou de “grande” para “médio”; e a Suécia de “muito grande” para “grande”. Não houve mudança no tamanho dos outros PAP. Desta forma, e apesar da mudança dos países em cada grupo, o número de PAP “muito grandes” e “grandes” manteve-se o mesmo (4 e 7, respectivamente). O número de PAP “médios” duplicou de 2 para 4 e o número de PAP “pequenos” reduziu de 6 para 4.

Não parece existir relação entre o “tamanho” do parceiro e o nível de desempenho. O único marco visível é o facto de os parceiros “pequenos”, “médios” e “muito grandes” (em tamanho) terem bom desempenho variando entre “médio” e “muito bom”, com metade destes a terem desempenho “muito bom”, e 85% a terem desempenho entre “médio alto” e “muito bom”. Por outro lado, os parceiros “grandes” em tamanho (maior grupo, com 7 membros) estão espalhados pelas várias categorias de desempenho, com um terço destes em cada um de 3 grupos de baixo, médio e alto desempenho. Os parceiros multilaterais (com excepção do BAD) continuam a ajustar-se ao sistema, sendo de destacar o progresso regular do Banco Mundial, o grande salto da Comissão Europeia e a relativa estagnação do BAD.

5. Tendências no desempenho dos PAP no período 2004-2009

5.1. Desempenho relativamente aos indicadores do QAD/PAP

A avaliação das tendências dos PAP no período 2004-2009 não difere substancialmente das tendências descritas no relatório de 2009 (Castel-Branco, Ossemame, Massingue and Ali 2009: pp 48-59).

A tabela 5.1 mostra as tendências de evolução do desempenho dos PAP em 2004-2009 no que diz respeito a indicadores comparáveis ao longo do período, e ilustra a melhoria gradual de desempenho que os PAP têm registado. Estas tendências são confirmadas pela tabela 5.2.

O gráfico 5.1 mostra que a ajuda externa dos PAP continuou a crescer, e que a componente programática dessa ajuda cresceu mais depressa. De facto, AGO e programas sectoriais determinaram o crescimento da ajuda dos PAP ao GdM, já que os montantes para projectos sectoriais diminuíram ligeiramente. O gráfico 5.2 mostra que a ajuda ao GdM como percentagem da ajuda dos PAP ao País aumentou (de 88% em 2008 para 90% em 2009). O gráfico 5.3 ilustra que este aumento do peso da ajuda ao GdM resulta inteiramente de AGO e programas sectoriais, confirmando as indicações do gráfico 5.1.

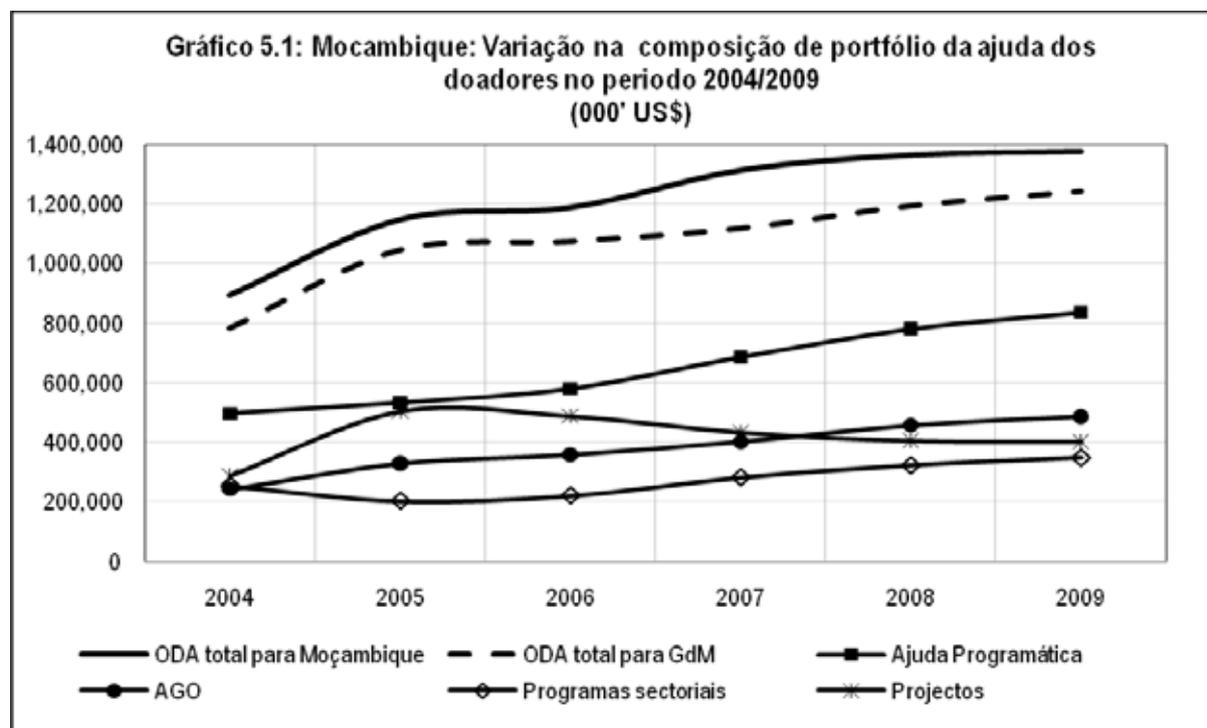


Tabela 5.1: Moçambique: Resumo do desempenho dos doadores no período 2004-2009

	Indicadores do desempenho do grupo													Pontuação total	% de pontuação máxima disponível
	Composição de Carteira			Previsibilidade			Harmonização e Alinhamento				Fortalecimento de capacidades				
	AGO		Ajuda Programática	Compromisso de AGO		Desembolso de AGO	Condicionallismos		Utilização de Sistemas do GdM		Missões		Cooperação Técnica		
	1a	1b	2	3	4	5	9	10	12a	13	16a	16b	20		
	PAP's individuais contribuem com pelo menos 40% para a AGO (como % do ODA para o Governo)	% AGO	% Ajuda Programática	Acordos multi- anuais > 3 anos	Compromissos no ano n para o ano n+1	Desembolso do compromisso confirmado de AGO no ano fiscal para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	Aderência dos PAPs ao condicionallismo comum do AGO	Número de PAPs sem excepções no Anexo 10	% do ODA desembolsada pelos PAPs que usa os procedimentos nacionais de execução orçamental	% do ODA desembolsada pelos PAPs que usa os sistemas nacionais de <i>procurement</i>	% do total das missões que são conjuntas	número total de missões	% Cooperação técnica coordenada		
2004	<i>Meta do grupo</i>	S			70%		60%	87%	53%						
	<i>Desempenho do Grupo</i>	N	31%	63%	81%		80%	87%	50%						
	<i>Pontos do grupo</i>	0													
	<i>Nr de doadores que atingiram as metas</i>														
2005	<i>Meta do grupo</i>	S	Tbm		80%		80%	90%	55%						
	<i>Desempenho do Grupo</i>	N	32%	51%	100%		100%	100%	47%						
	<i>Pontos do grupo</i>	0													
	<i>Nr de doadores que atingiram as metas</i>														
2006	<i>Meta do grupo</i>	S	40%	70%	100%	100%	100%	95%	13 NO exception, 2 reducing	45%	45%	20%	AGO < 7; Não-AGO < 160	Concordou com as orientações e aderiu a elas	36
	<i>Desempenho do Grupo</i>	S	34%	55%	72% (5 falharam)	94% (1 falhou)	Ano Fiscal=88%; Agendado=78%	94% (1 falhou)	12 No exceptions, 2 eliminating	44%	52%	10%	Não-AGO = 203	discordou	69%
	<i>Pontos do grupo</i>	0	0	0	0	0	0			0	1	0	0	0	25
	<i>Nr de doadores que atingiram as metas</i>		6/18 = 33%	8/18 = 44%	13/18 = 72%	17/18 = 94%	14/18 = 78%	17/18 = 94%		10/18 = 56%	13/18 = 72%	12/18 = 66%			

2007	<i>Meta do grupo</i>	S	40%	72%	100%	100%	100%	100%	14 sem exceções	45%	45%	30%	< 140	50%	36	39%
	<i>Desempenho do Grupo</i>	N	36%	61%	89% (2 falharam)	100%	Ano Fiscal 100%. Agendado 94% (1 falhou)	94% (1 falhou)	12	61%	52%	18%	191	38%		
	<i>Pontos do grupo</i>	0	0	0	0	3	0		0	2	2	0	0	0	15	
	<i>Nr de doadores que atingiram as metas</i>		7/18 = 39%	6/18 = 33%	16/18 = 89%	18/18 = 100%	17/18 = 94%	17/18 = 94%		15/18 = 83%	14/18 = 78%	9/18 = 50%				

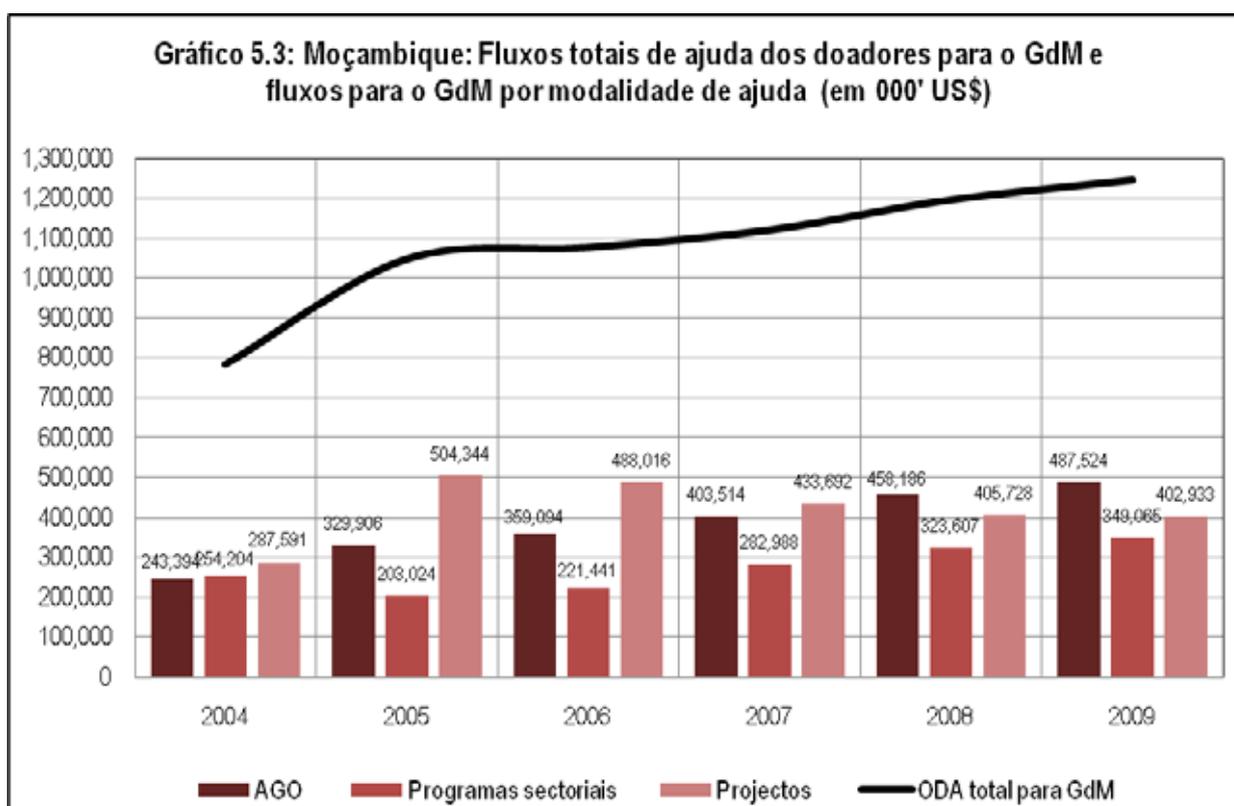
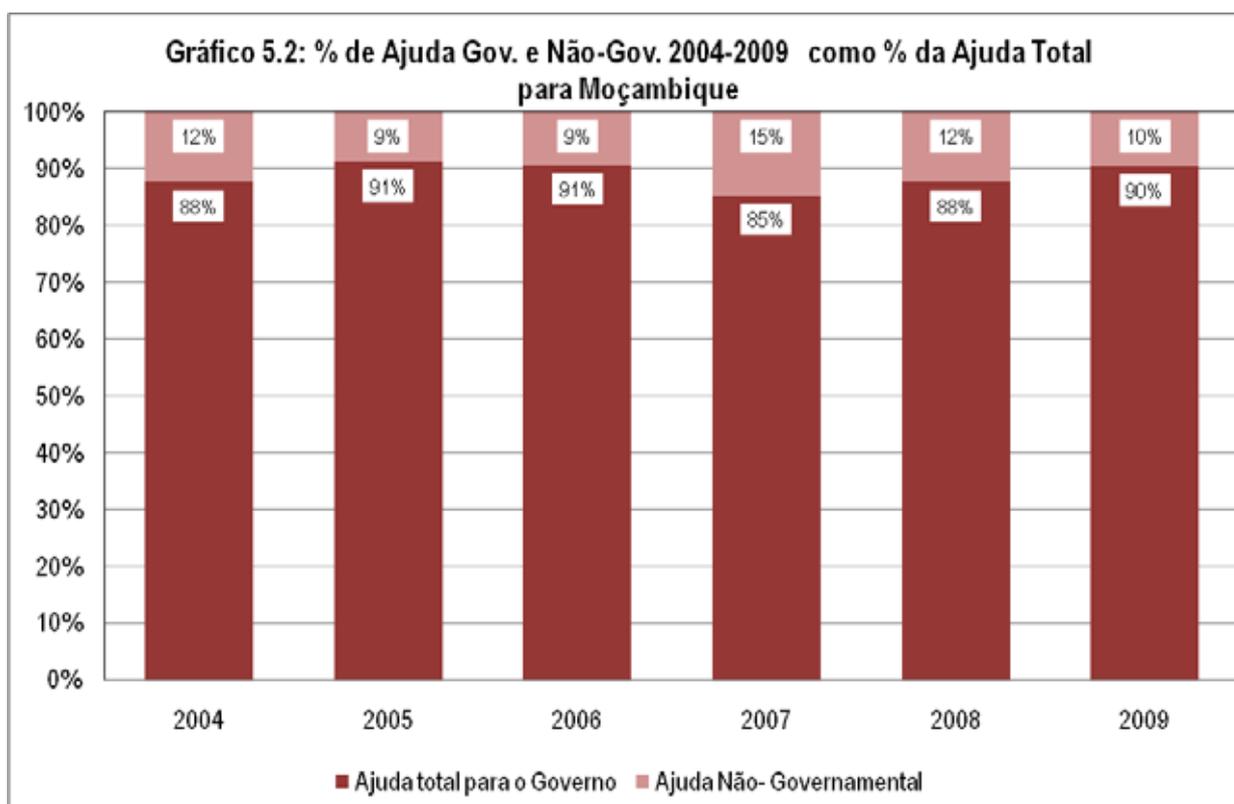
2008	<i>Meta do grupo</i>	S	40%	75%	100%	100%	100%	100%	14 PAPs sem exceções	55%	55%	35%	< 120	55%	38	66%
	<i>Desempenho do Grupo</i>	N	38%	66%	89% (2 falharam)	100%	Ano Fiscal=100%, Agendado=68% (6 falharam)	100%	14	68%	65%	24%	165	47%		
	<i>Pontos do grupo</i>	0	2	2	0	3	0	2	1	2	2	0	0	0	25	
	<i>Nr de doadores que atingiram as metas</i>		8/19 = 42%	7/19 = 37%	17/19 = 89%	19/19 = 100%	17/19 = 89%	19/19 = 100%	14	16/19 = 84%	16/19 = 84%	13/19 = 68%		9/19 = 47%		

2009	<i>Meta do grupo</i>	S	40%	75%	100%	100%	100%	100%	15 PAPs sem isenções	65%	55%	40%	< 100	55%	36	67%
	<i>Desempenho do Grupo</i>	N	39%	67%	89% (2 falharam)	100%	Ano Fiscal=100%, Agendado=74% (3 falharam)	100%	17	70%	70%	25%	167	81%		
	<i>Pontos do grupo</i>	0	2	2	0	3	0	2	1	2	2	0	0	2	24	
	<i>Nr de doadores que atingiram as metas</i>		15/19 = 79%	10/19 = 53%	17/19 = 89%	19/19 = 100%	16/19 = 84%	19/19 = 100%	14	14/19 = 74%	16/19 = 84%	12/19 = 63%		14/19 = 74%		

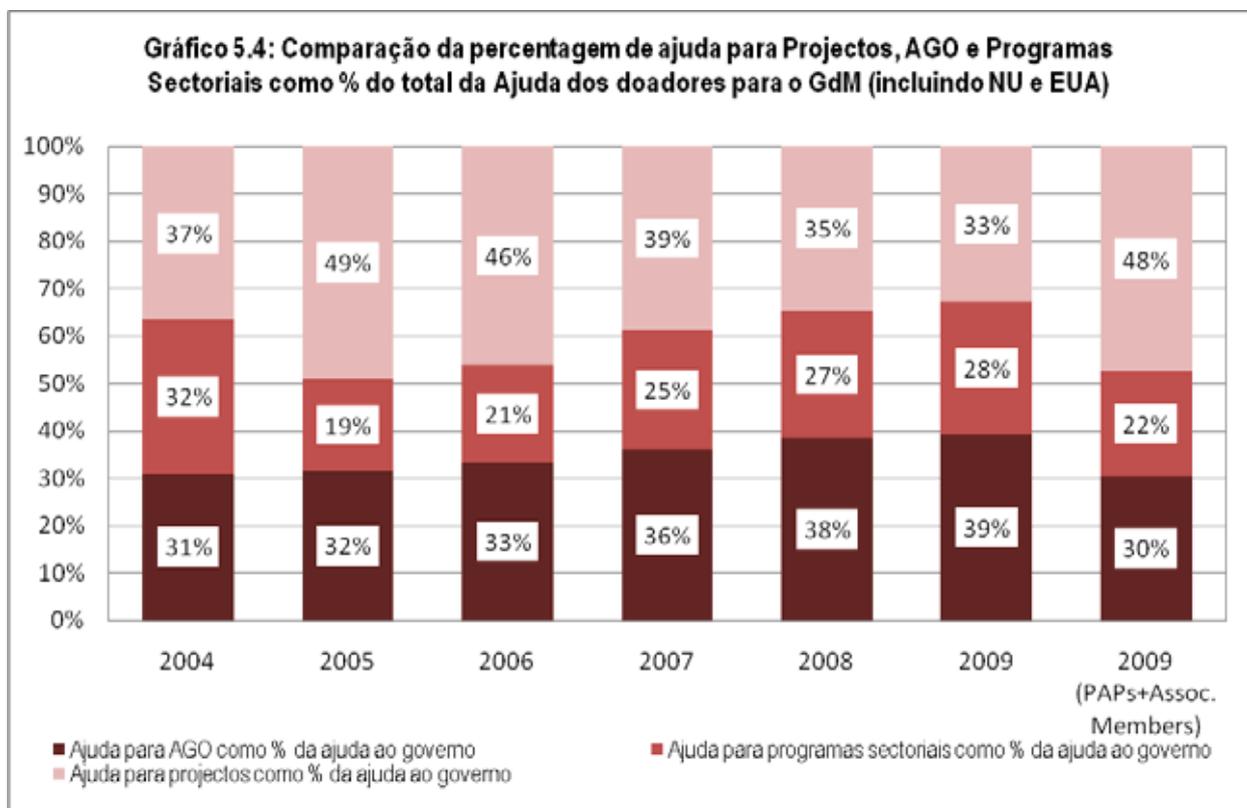
Tabela 5.2: Evolução dos PAP por indicadores comparáveis entre 2006-2009

	2006	2007	2008	2009
ODA para o GoM registada no Orçamento (a)				
<i>% do total da ODA para o GoM</i>	67%	98%	95%	69% (c)
<i>% dos PAP que atingiram a meta</i>	50%	94%	74%	37% (c)
ODA para o GoM desembolsado usando os procedimentos nacionais de execução orçamental				
<i>% do total da ajuda para o GdM</i>	44%	61%	68%	70%
<i>% dos doadores que atingiram a meta</i>	56%	83%	84%	74%
ODA desembolsado pra o GdM usando os sistemas nacionais de compras (procurement)				
<i>% do total da ajuda para o GdM</i>	52%	52%	65%	70%
<i>% dos doadores que atingiram a meta</i>	72%	78%	84%	84%
Aderência ao condicionalismo comum do AGO				
<i>Meta do grupo "alcançado" ou "não-alcançado"</i>	alcançado (b)	não-alcançado	alcançado	alcançado
<i>% dos doadores que atingiram a meta</i>	87% (b)	94%	100%	100%
Sem excepções bilaterais no Anexo 10				
<i>Meta do grupo "alcançado" ou "não-alcançado"</i>	não-alcançado (b)	não-alcançado	alcançado	alcançado
<i>% dos doadores que atingiram a meta</i>	7 (b)	12	14	17
Missões				
<i>Número de missões</i>	203	191	165	167
<i>% de Missões Conjuntas</i>	10%	18%	24%	25%
<i>Meta "alcançado" ou "não-alcançado"</i>	não-alcançado	não-alcançado	não-alcançado	não-alcançado
<i>% de doadores que alcançaram a meta</i>	66%	50%	68%	63%

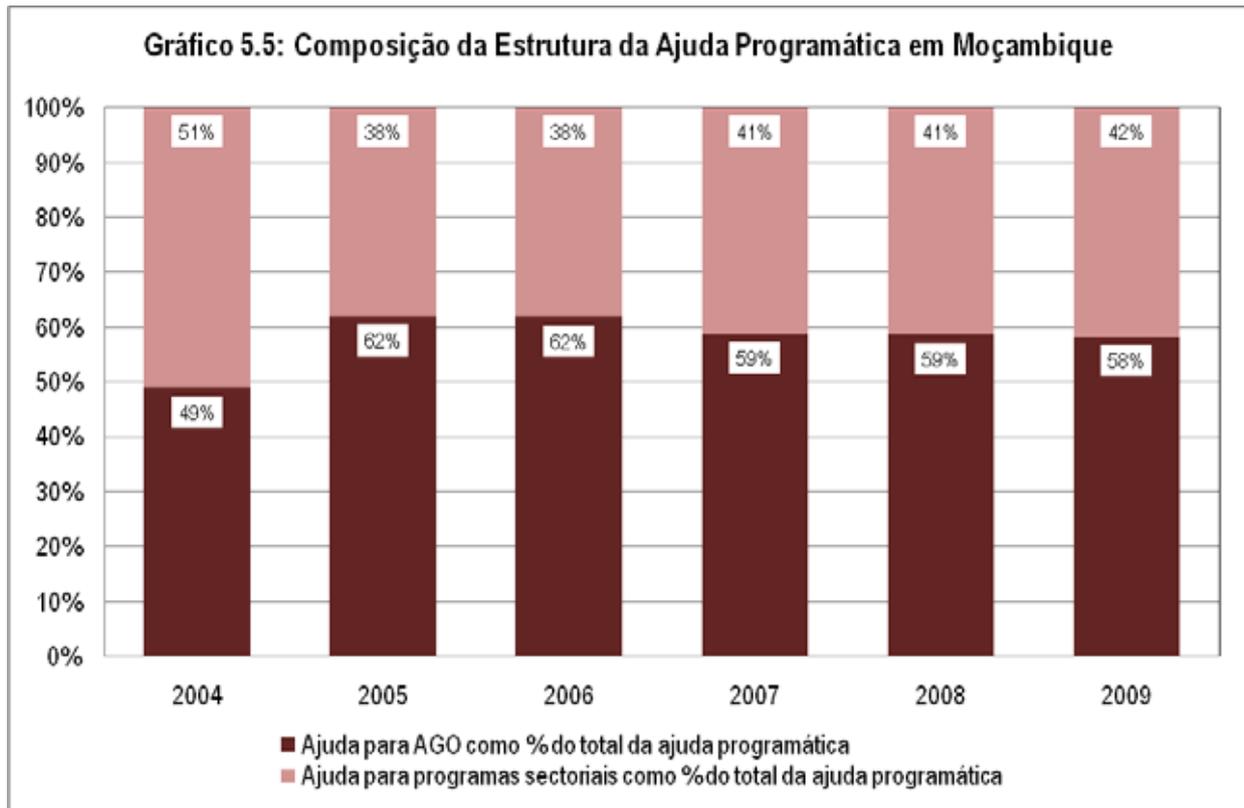
Observações: (a) Obedece "às regras e aos procedimentos do orçamento" tal como devem estar no orçamento; caso contrário, deve-se a algum erro ou a atrasos na disponibilização de informação pelos PAP, algumas decisões pelo GdM ou algumas diferenças relativas a classificação e codificação de projectos. (b) Refere-se a 2004 pelas seguintes razões: (i) por o MdE com tais excepções ser o de 2004; e (ii) por ser um indicador comum ao longo de todo o período da avaliação dos PAP (2004-2009), com metas e definições comparáveis ao longo desse período. (c) Dados de baixa fiabilidade dadas as falhas no sistema de registo e reporte de informação. Esta informação exclui os membros associados dos PAP (Nações Unidas e Estados Unidos da América).



O gráfico 5.4 mostra uma dinâmica interessante. Até à sua sexta coluna (2009), o gráfico descreve a carteira de ajuda financeira apenas dos PAP, e mostra como a ajuda programática se tornou dominante e conquistou espaço aos projectos sectoriais. Assim, em 2009, a ajuda programática constituiu 67% da ajuda dos PAP, e AGO cresceu para 39%. A sétima coluna do gráfico mostra a estrutura da carteira financeira dos PAP mais os dois membros associados (NU e EUA) em 2009. Embora a ajuda programática continue a ser maioritária (52%), projectos sectoriais são a componente mais importante (48%). Os dados deste gráfico fornecem um argumento importante para a integração de toda a ajuda na avaliação mútua, em vez de apenas a ajuda dos PAP, pois há medida em que a componente não PAP da ajuda se expande a diferença entre o “mundo dos PAP” e o “mundo dos PAP mais os não PAP” vai aumentando. Do ponto de vista do GdM, o que acontece com a ajuda externa na sua totalidade é mais importante do que o que acontece com apenas uma parte da ajuda.



O gráfico 5.5 mostra a evolução da composição da ajuda programática dos PAP. De facto, depois do grande salto no peso de AGO relativamente aos programas sectoriais, de 2004 para 2005, a proporção de AGO tem estado gradualmente a diminuir e a de programas sectoriais a aumentar. Terá AGO atingido o seu limite? Que implicações esta informação poderá ter para as estratégias dos PAP e do GdM sobre a consolidação e expansão do carácter programático e do alinhamento da ajuda?



5.2. Evolução do ordenamento por desempenho e escala do doador

A tabela 5.3 (a, b, c e d) mostra como é que os doadores evoluíram ao longo de 2006-2009 quanto ao tamanho e ao seu ordenamento por desempenho.

a) 2006

	<i>Muito bom</i>	<i>Médio Alto</i>	<i>Médio</i>	<i>Médio baixo</i>	<i>baixo</i>	<i>Total</i>
<i>Muito grande</i>				BAD, CE, Banco Mundial		3
<i>Grande</i>	DFID, Holanda	Noruega, Suécia		Dinamarca		5
<i>Médio</i>	Irlanda, Suíça	Finlândia		Itália, Portugal	Canadá, Alemanha, Espanha	8
<i>Pequeno</i>		Bélgica			França	2
<i>Total</i>	4	4	0	6	4	18

b) 2007

	<i>Muito bom</i>	<i>Médio Alto</i>	<i>Médio</i>	<i>Médio baixo</i>	<i>baixo</i>	<i>Total</i>
<i>Muito grande</i>	DFID			CE	Banco Mundial	3
<i>Grande</i>	Holanda	Irlanda	Suécia			3
<i>Médio</i>	Noruega	Finlândia	Dinamarca	Canadá	Alemanha, BAD	6
<i>Pequeno</i>	Suíça, Bélgica	Espanha	Itália	França	Portugal	6
<i>Total</i>	5	3	3	3	4	18

c) 2008

	<i>Muito bom</i>	<i>Médio Alto</i>	<i>Médio</i>	<i>Médio baixo</i>	<i>baixo</i>	<i>Total</i>
<i>Muito grande</i>	DFID	Suécia	CE	Banco Mundial		4
<i>Grande</i>	Holanda, Irlanda	Noruega, Canadá, Dinamarca		Alemanha, BAD		7
<i>Médio</i>	Finlândia			França		2
<i>Pequeno</i>	Bélgica, Espanha, Suíça,	Áustria	Itália		Portugal	6
<i>Total</i>	7	5	2	4	1	19

d) 2009

	<i>Muito bom</i>	<i>Médio Alto</i>	<i>Médio</i>	<i>Médio baixo</i>	<i>baixo</i>	<i>Total</i>
<i>Muito grande</i>	CE, DFID		Alemanha, Banco Mundial			4
<i>Grande</i>	Suécia, Holanda	Canadá	Dinamarca, Noruega	BAD	Portugal	7
<i>Médio</i>	Espanha	Irlanda	Finlândia, França			4
<i>Pequeno</i>	Suíça, Áustria	Itália	Bélgica			4
<i>Total</i>	7	3	7	1	1	19

Em termos globais, a percentagem de PAP com desempenho médio e alto aumentou de 74% (14 PAP) em 2008 para 89% (17 PAP) em 2009, apesar de a percentagem de PAP nas duas categorias mais altas (muito bom e médio alto) ter diminuído de 63% (12) em 2008 para 54% (10) em 2009. Por sua vez, a percentagem de PAP nas duas categorias mais baixas de desempenho (médio baixo e fraco) diminuiu de 26% (5) em 2008 para 11% (2) em 2009. Portanto, o grupo como um todo tende a evoluir positivamente.

Por outro lado, a evolução dos PAP multilaterais é interessante. Em 2006 e 2007 os três multilaterais (Comissão Europeia, Banco Mundial e Banco Africano de Desenvolvimento) ocupavam os dois escalões mais baixos de desempenho (médio baixo e fraco), mas em 2009 a Comissão Europeia saltou de médio (para onde havia transitado em 2008) para muito bom, o Banco Mundial continuou a sua gradual evolução positiva iniciada em 2008, passando de médio baixo para médio. Somente o Banco Africano de Desenvolvimento permanece com um desempenho médio baixo.

O grupo dos PAP com muito bom desempenho mantém o mesmo número de PAP (7), mas muda de composição: a Irlanda, a Finlândia e a Bélgica saíram do grupo, tendo descido um nível (Irlanda) e dois níveis (Finlândia e Bélgica), enquanto a Suécia (um nível), a Comissão Europeia (dois níveis) e a Áustria (um nível) entraram neste grupo. O DFID, a Holanda e a Suíça mantêm-se neste grupo desde que o ordenamento por desempenho foi iniciado (em 2006), e a Espanha manteve-se no grupo pelo segundo ano consecutivo, consolidando e confirmando a sua rápida evolução positiva (de um desempenho fraco em 2006 (quando se juntou ao grupo dos PAP) para muito bom em 2008 e 2009).

6. Comentários Finais e Conclusões

6.1 *Recomendações gerais*

Este foi a primeira avaliação que inclui os membros associados e neste sentido foi essencialmente um exercício de aprendizagem. A inclusão de membros associados com características tão diferentes dos PAP deveria, no futuro, ser antecedido de um processo de identificação e descrição das modalidades, práticas e arquitecturas seguidas pelos associados, das áreas em que estes podem e devem fazer progresso rápido (por exemplo: coordenação e alinhamento da cooperação técnica, maior utilização dos sistemas de nacionais de gestão das finanças públicas, não introdução de novos condicionalismos, minimização dos custos de transacção e de coordenação do GdM, entre outros).

A ajuda programática constitui o grosso dos desembolsos dos PAP e associados. No entanto, um terço dos desembolsos dos PAP e 48% dos desembolsos dos PAP mais associados são em projectos. Como a componente "projectos" não é avaliada em detalhe, os PAP e o GdM continuam a ter pouca informação precisa e consolidada sobre o esforço de alinhamento e harmonização que eventualmente esteja a acontecer ao nível de projectos. É importante identificar o que está a acontecer com os projectos no que diz respeito às modalidades, práticas e experiências de alinhamento e harmonização (por exemplo, utilização dos sistemas nacionais de finanças públicas, coordenação da assistência técnica, capacidade de absorção e implementação, se os desembolsos dos fundos são ou não "amarrados" (*tied aid*), entre outras questões).

As entrevistas qualitativas com o governo e com os PAP revelaram uma série de preocupações e recomendações em relação a evolução da parceria entre o governo e os PAP e entre os PAP. De um modo geral, o governo e vários parceiros, consideram que a relação entre o GdM e os PAP deixou de ser de parceria. Acusações mútuas, legalismo para prosseguir agendas fora do MdE, substituição do método de discussão aberta pelas respostas por escrito às acusações mútuas, acabaram por tornar as avaliações mútuas numa espécie de tribunal para julgar o GdM. O espírito de parceria foi enfraquecido;

O novo Memorandum de Entendimento (MdE), cuja assinatura foi mencionada por vários parceiros como um dos principais marcos positivos na relação com o governo ao longo do ano, é percebido pelos parceiros como sendo assimétrico a favor dos PAP, e que foi produzido sob grande pressão sendo que o GdM aceitou-o para garantir os desembolsos.

A questão da divisão de trabalho mereceu destaque nas considerações tanto do governo como dos PAP. Os parceiros deveriam considerar avançar mais rapidamente na concepção e implementação da divisão de trabalho, podendo assim também garantir maior especialização e foco do seu próprio pessoal, de modo a que o seu contributo seja útil e prático e não apenas um fardo pesado para o GdM. Para que os Grupos de Trabalho tenham utilidade, será necessário racionalizá-los, simplificar a arquitectura de forma muito substancial, ter muito menos pessoas em cada grupo (o que requer especialização dos parceiros) e afectar pessoal com capacidade técnica para discutir as questões concretas de cada grupo.

Um dos aspectos particulares do ponto anterior é o conceito de coordenação. Geralmente, pensa-se em coordenação *ex-post*, entre actividades desarticuladas e interesses diferenciados, onde coordenação surge como uma imposição institucional de fora, acarretando, por consequência, altos custos. Um dos exemplos deste problema é o trabalho analítico coordenado – não seria mais fácil, eficaz e eficiente tomar decisões colectivas (GdM e parceiros) sobre o trabalho analítico que deve ser feito para apoiar e viabilizar as reformas e outras políticas que o GdM pretende aplicar – isto é, coordenar *ex-ante* em torno das necessidades do programa do GdM – em vez de posteriormente tentar coordenar estudos decididos por vários parceiros individualmente e em função das suas agendas próprias? Como diria um doador, coordenação está ligada com estratégia e plano, não com reuniões apenas.

A coordenação depende também da capacidade de manutenção da memória institucional. A rotação do pessoal dos parceiros reduz as possibilidades de manter esta memória se não houver um forte secretariado profissionalizado e estável, ainda que pequeno, capaz de manter a memória institucional da parceria e prosseguir as conclusões e recomendações dos vários estudos e avaliações. Os PAP devem criar um secretariado para a parceria do grupo com o GdM, pequeno, mas forte e operacional, com tarefas claras.

O aumento do peso do diálogo político relativamente ao técnico, nas relações entre os PAP e o GdM tem tido interpretações divergentes. Alguns parceiros indicaram este facto como grande sucesso, mas pelo menos metade dos PAP e associados indicaram ter reservas em relação a esta evolução do diálogo e vêem esta mudança como um perigo e um problema. Alguns parceiros mencionam que este assunto está a dividir o grupo e reflecte tensões e conflitos sobre os centros em torno dos quais o diálogo político é estruturado. A polarização das posições está a conduzir ao enfraquecimento da unidade do grupo. No entanto, nenhum parceiro indicou discordar da existência de diálogo político sobre as direcções fundamentais do desenvolvimento social, económico e político de Moçambique. O conflito tem sido sobre como estruturar esse diálogo, a que níveis e como integrá-lo positivamente no quadro da parceria entre os PAP (e outros parceiros) e o GdM.

Do lado do governo, os pontos principais levantados relacionados com o diálogo político foram a necessidade de se clarificar o que significa diálogo político, a que nível se pode fazer diálogo político, com quem e sobre o quê. Neste momento, qualquer técnico do lado dos parceiros quer fazer diálogo político em qualquer momento, o que não é admissível. Técnicos não podem envolver-se neste tipo de diálogo e muito menos tentar dar instruções a directores nacionais e ministros. Outra preocupação levantada foi o facto de, de acordo com o MoU, os compromissos para 2010 terem sido definidos em função da avaliação em 2008. No entanto, em 2009, os parceiros tentaram mudar os compromissos de 2010 em função da sua percepção do que aconteceu em 2009 durante o diálogo político.

Em relação à adesão dos membros associados, a maioria dos parceiros considera que o alargamento do grupo dos PAP é positivo. No entanto, chamam a atenção para o facto de este assunto não estar devidamente analisado e não haver critérios claros nem para a admissão de membros associados, nem para o tipo de compromissos que estes podem assumir e com base nos quais o seu desempenho possa ser avaliado.

Por último, é preciso repisar a necessidade aprovar e por em prática uma estratégia nacional de ajuda externa que guie o desenvolvimento da parceria e do engajamento entre parceiros e GdM, que permita reduzir a pobreza e a dependência externa e ajude a criar uma economia mais robusta, articulada, diversificada e sustentável. Neste sentido, os assuntos e temas de desenvolvimento económico e social devem dominar o processo da ajuda externa a Moçambique. O desafio consiste em melhorar a eficácia e eficiência do uso da ajuda para reduzir a dependência externa de Moçambique, tornar a economia mais eficaz a reduzir pobreza, mais diversificada e articulada, e melhorar a articulação entre as áreas sociais e económicas. Isto implica, também, melhorar o papel da ajuda externa no desenvolvimento da planificação e orçamentação estratégicas, e no desenvolvimento da qualidade e articulação dos seus instrumentos (planos, cenários fiscais, orçamentos, relatórios, entre outros).

6.2 Comentários sobre a avaliação

6.2.1 Comentários do GdM ao estudo de avaliação do desempenho dos PAP:

- O relatório é produzido mas não é suficientemente estudado e trabalhado. Cada um lê a parte que lhe interessa (a sua agência) e presta pouca atenção à totalidade do relatório e às suas recomendações. O relatório é muitas das vezes citado, mas mais frequentemente para legitimar uma ou outra posição, mas não é suficientemente aprofundado e aproveitado pelos parceiros e pelo GdM.
- De um modo geral, as conclusões e recomendações dos relatórios não são transformadas em plano de acção, nem são discutidas com a profundidade necessária para se poder decidir quais das análises, conclusões e recomendações são válidas, e quais não são, e como prosseguir. Por isso, as recomendações repetem-se de relatório para relatório, às vezes sem impacto visível.
- O estudo deve também passar a abranger os principais sectores com fundos comuns, pois esses absorvem muitos recursos, têm muitos parceiros e têm experiências e problemas muito importantes para analisar. Para que isto seja possível, o estudo deve começar mais cedo e durar mais tempo;
- Provavelmente, é necessário modificar a forma como as avaliações dos parceiros e do GoM são feitas para a revisão anual. As duas avaliações (dos parceiros e do GdM) deveriam ser feitas por equipas independentes (em vez de os parceiros avaliarem o GdM e um consultor independente avaliar os PAP), e ao longo do ano para poderem cobrir e entender as diferentes questões.

6.2.2 *Comentários dos PAP ao estudo de avaliação do desempenho dos PAP:*

Sobre a relevância e qualidade do estudo anual de avaliação dos PAP, permanecem válidos os pontos mencionados na avaliação de 2008 (Castel-Branco, Ossemane, Massingue and Ali 2009: pp. 19, 22 e 67) e 2007 (Castel-Branco, Vicente e Massingue 2008: pp. 39-43). Ainda assim, alguns pontos destacados pelos PAP merecem ser mencionados (embora já o tenham sido nos relatórios anteriores):

- De uma forma geral, o relatório continua a não ser revisto e estudado em detalhe e as suas conclusões e recomendações consideradas para análise adicional. Com raras excepções, os PAP não recebem respostas dos governos dos seus países aos resultados do estudo, não trocam informações e opiniões entre si sobre o estudo, e não usam o estudo para influenciar os seus planos de acção e abordagens. O ponto é: se o estudo é relevante, por que não é usado? Se não é relevante, como é possível torná-lo relevante? Se não é possível torná-lo relevante, pela sua arquitectura ou contexto político, porque fazê-lo?
- Ocasionalmente, o estudo mostrou-se importante para dirimir conflitos e tensões sobre abordagens e sobre práticas entre parceiros localmente, e entre os escritórios locais e os escritórios centrais dos PAP. Será que esta ocasional relevância justifica um estudo desta natureza?
- Alguns PAP estão, intencionalmente ou não, a contribuir para que o estudo se transforme num conflito sobre palavras, frases, interpretações de parágrafos e outros aspectos do género, o que torna o processo irritante e desgastante e contribui para o desviar dos seus objectivos e funções principais.
- A avaliação deve ser alargada a outros objectivos: (i) avaliação do sistema e arquitectura, e avaliação dos compromissos e das regras de engajamento (incluindo sobre a sua adequação e adaptação a realidades concretas), em vez de apenas a avaliação da implementação dos compromissos; (ii) a avaliação dos fundos comuns e outras modalidades de ajuda ao GdM, e não apenas do AGO; e (iii) a avaliação de todos os parceiros relevantes, e não apenas dos PAP.
- Sobre este último ponto, avaliação dos parceiros não PAP, foi mencionado que embora seja desejável envolver outros parceiros, é preciso clarificar como fazê-lo, o que se espera atingir com o exercício, o que se espera que dos outros parceiros, e o que se espera que o GdM ganhe com a avaliação. Se estes assuntos não forem resolvidos, a avaliação fica uma mera formalidade. A experiência de inclusão de dois associados em 2009 é útil para identificar como melhorar este processo. O primeiro passo para essa melhoria seria entender todas as modalidades e práticas desses parceiros, as suas regras e o seu modo de engajamento com outros parceiros e com o GdM, de modo a poder identificar o que é que esses parceiros podem fazer, o que se deve e pode esperar deles, onde podem fazer progresso significativo, qual pode ser a sua contribuição.

- A melhoria da transparência do estudo requer que as agências demonstrem mais claramente como calculam os seus dados. Isto requer que (i) todos os indicadores estejam claramente definidos – conceitos, definições e aplicação prática dessas definições a Moçambique – quando são aprovados, pois eles são importantes não só para as avaliações mas, sobretudo, para a implementação dos compromissos assumidos; que (ii) o pessoal dos PAP esteja treinado e familiarizado com os conceitos, definições e aplicações práticas e saibam que informação é necessária, como pode ser obtida e como deve ser apresentada; e que (iii) haja um modelo de processamento da informação que demonstra claramente de onde vêm os dados – neste contexto, o modelo desenvolvido e adoptado pela AFD (França) deveria ser considerado para adopção geral por todos os PAP, depois de revisto à luz da sua aplicabilidade ao modelo de gestão de informação de cada agência.
- Os relatórios de avaliação têm identificado problemas importantes com os indicadores de avaliação, mas ano após ano os problemas na generalidade persistem (com raras excepções). Se os indicadores não são adequados, a avaliação perde foco, qualidade e credibilidade. Os PAP e o GdM deveriam, no contexto da revisão mais geral do sistema de avaliação mútua, considerar as diferentes propostas já apresentadas em relatórios anteriores (Castel-Branco, Ossemame, Massingue and Ali 2009: pp. 5-8 e 60-64; e Castel-Branco, Vicente e Massingue 2008: pp. 6-7).
- Seria importante considerar a necessidade, possibilidade e viabilidade de uma reforma completa do sistema de avaliação. Por um lado, o sistema actual é assimétrico: parceiros avaliam o GdM mas são avaliados por um consultor independente. Por outro lado, o processo está a ficar mais mecânico e apressado, o que lhe retira qualidade. Adicionalmente, o grosso da ajuda externa – a ajuda sectorial, programática ou em projectos – não é avaliada. Finalmente, o sistema actual não é muito adequado para renovar ideias, abordagens e métodos à luz da experiência internacional. Seria, pois, interessante considerar a possibilidade de desenvolver um sistema de avaliação contínua, independente (para os PAP e para o GdM) e que envolva analistas e especialistas nacionais e internacionais. Existem experiências diferentes de avaliação mútua e seria interessante conhecê-las em profundidade – como funcionam, se funcionam, em que contexto foram desenvolvidas, as avaliações dessas experiências, a suas sustentabilidade dentro de parâmetros razoáveis (nenhum modelo é nem pode ser eternamente sustentável).
- Mais uma vez, seria importante que o GdM se definisse em relação a este estudo – quer continuá-lo? Em que forma e para quê? O que espera dele e como pensa usá-lo? Não afz sentido definir este estudo como parte da avaliação mútua quando o GdM não assume a liderança do estudo – quem são as partes que fazem o “**mútuo**” da avaliação? Os parceiros avaliam o GdM, mas se o GdM não está interessado e não lidera a avaliação dos parceiros, não existe simetria nem, portanto, mutualidade.

6.3 Comentários sobre os indicadores que necessitam ser ajustados para o futuro

Três dos anteriores cinco relatórios incluem avaliação crítica detalhada dos indicadores do QAD e apresentam propostas de correcção. Em especial, o relatório sobre o desempenho dos PAP em 2008 inclui também propostas para reclassificar componentes da ajuda externa de modo a contemplar a clara distinção existente entre projectos que funcionam dentro do sistema de finanças públicas e que são o resultado do interesse e iniciativa do GdM e aqueles projectos que resultam do interesse ou iniciativa dos parceiros, ou incapacidade ou desinteresse destes em estruturar a sua ajuda em formas programáticas (Castel-Branco, Ossemane, Massingue and Ali. 2009: pp. 60-61). Esta discussão sobre indicadores e propostas de melhoria, bem como sobre a distinção entre diferentes tipos de projectos e aperfeiçoamento da avaliação dos fundos comuns de acordo com os critérios de Paris, permanece actual e em nada de substancial mudou em relação aos relatórios anteriores. Assim, este relatório não discute estes assuntos porque eles já foram discutidos em relatórios anteriores e o que nesses relatórios é dito permanece válido. Tal como permanece válida a necessidade de o GdM e os PAP se debruçarem seriamente sobre este assunto de modo a reforçar a qualidade e a credibilidade do estudo (Castel-Branco, Ossemane, Massingue and Ali. 2009: pp. 60).

Em relação ao indicador 15 referente ao impostos, que foi neste exercício avaliado pela primeira vez, é preciso notar que a informação usada é aquela que é fornecida pelos parceiros e cuja veracidade não foi possível verificar devido, essencialmente, a exiguidade do período de tempo total alocado para realização deste estudo. Um dos problemas que parece ter surgido em relação a este indicador, foi a dificuldade de fazer a distinção entre os fundos da ajuda desembolsada que não recuperam os impostos pagos e aqueles que não impõem isenção no pagamento de impostos. Este indicador pretende avaliar apenas o segundo caso e, no entanto, parece não ter ficado claro (ou foi difícil apanhar a informação exacta) para todos parceiros que esta era a informação solicitada. Desta forma, é recomendável que se faça uma verificação da informação providenciada pelos parceiros relativa à este indicador. Esta verificação seria feita ou anteriormente ao estudo de avaliação dos PAP, ou durante o estudo (no caso de ser disponibilizado tempo suficiente para o efeito).

ANEXOS

ANEXO 1a e 1b

RESUMO DO DESEMPENHO DO GRUPO EM 2009

Tabela 1a resumo dos resultados do grupo e individuais, por indicador e total

	Indicadores de desempenho do grupo																		Pontuação total	% da Pontuação Máxima Disponível	
	Composição do Portfólio			Previsibilidade				Consolidação e Harmonização						Reforço da Capacidade							
	AGO		Ajuda Programática	Compromisso de AGO		Desembolso do AGO		Condicionalismos		Utilização de Sistemas do GdM				Missões		PIUs	Cooperação Técnica				
	1a	1b	2	3	4	5	8	9	10	12a	12b	12c	13	15	16a	16b	19	20			21
	PAPs Individuais contribuem com pelo menos 40%	% AGO	% Ajuda Programática	Acordos multianuais > 3 Anos	Compromissos no ano n para o ano n+1	Desembolso do compromisso de AGO no ano fiscal para o qual foi calendarizado	Compromissos para o CFMP	Aderência dos PAPs ao conditionalismo do AGO	Número de PAPs sem exceções no Anexo 10	% do ODA que usa os procedimentos nacionais de execução orçamental	% do ODA auditada usando os procedimentos nacionais de auditoria	% do ODA que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros	% do ODA que usa os sistemas nacionais de procurement	% do ODA que não impõe licenças fiscais	% do total das missões que são conjuntas	Número total de missões	Unidades de Implementação de Projectos	% cooperação técnica coordenada			% CT sectorial
<i>Meta do Grupo</i>	Sim	40%	75%	100%	100%	100%	100%	100%	15 PAPs sem	65%	45%	60%	55%	50%	40%	< 100	< 17	55%	25%		
<i>Realizado pelo grupo</i>	Não	39%	67%	89% ¹ Dols 89% PAPs falharam	100%	74%	100%	100%	17	70%	47%	68%	70%	52%	25%	167	20	81%	33%		
<i>Pontuação do grupo</i>	0	2	2	0	3	0	2	2	1	2	1	2	2	2	0	0	0	2	1	24	67%

	Indicadores de desempenho Individual																				Pontuação total	% de Pontuação Máxima Disponível															
	Composição do		Previsibilidade				Consolidação e Harmonização								Reforço da Capacidade																						
	AGO		Ajuda Programática	Compromisso de AGO		Desembolso do AGO		Condicionalismos		Utilização de Sistemas do GdM				Impostos	Missões	PIUs	Cooperação Técnica																				
	1	2	3	4	5	8	9	10	12a	12b	12c	13	15	16a	18	19	20																				
	% AGO	% Ajuda Programática	MYA > 3 Anos	Compromissos em Yn para Yn+1	Desembolso do compromisso de AGO no ano fiscal para o qual foi calendarizado	Compromissos para o CFMP	Aderência dos PAPs ao conditionalismo comum do AGO	Número de PAPs sem exceções no Anexo 10	% do ODA que usa os procedimentos nacionais de execução orçamental	% do ODA auditada usando os procedimentos nacionais de auditoria	% do ODA que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros	% do ODA que usa os sistemas nacionais de procurement	% do ODA que não impõe licenças fiscais	% do total das missões que são conjuntas	Unidades de Implementação de Projectos	% cooperação técnica coordenada	% CT sectorial																				
<i>Objectivos Individuais (pontuação)</i>	Sim se >20% (1) >30% (2) >40% (3)	>66% (2) >75% (4)	Sim (3)	Sim (3)	Sim (1) para trimestral (3) para mensal	Sim (2)	Sim (2)	Sim (1)	66% (2)	45% (1)	60% (2)	55% (2)	Metas Individuais	40% (1)	Zero ou número reduzido (2)	55% (2)	25% (1)																				
	Alcancado (%)	pontos	Alcancado (%)	pontos	Alcancado (%)	pontos	Alcancado (%)	pontos	Alcancado (%)	pontos	Alcancado (%)	pontos	Alcancado (%)	pontos	Alcancado (%)	pontos	Alcancado (%)	pontos	Alcancado (%)	pontos	36																
BAD	40	3	40	0	SIM	3	SIM	3	Dentro do Mês	3	SIM	2	SIM	2	SIM	1	40	0	40	0	40	0	0	19	0	Não	0	91	2	0	0	19	53%				
Áustria	50	3	65	2	SIM	3	SIM	3	Dentro do Mês	3	SIM	2	SIM	2	SIM	1	65	2	50	1	65	2	65	2	100	2	0	missões	1	Não	0	100	2	100	1	32	89%
Bélgica	0	0	31	0	SIM	3	SIM	3	NAO	0	SIM	2	SIM	2	SIM	1	83	2	52	1	83	2	100	2	100	2	50	1	0	2	80	2	80	1	26	72%	
Canadá	21	1	84	4	SIM	3	SIM	3	Dentro do	1	SIM	2	SIM	2	SIM	1	84	2	35	0	79	2	81	2	100	2	0	0	0	2	100	2	86	1	30	83%	
Dinamarca	15	0	49	0	SIM	3	SIM	3	Dentro do Mês	3	SIM	2	SIM	2	SIM	1	50	0	33	0	69	2	84	2	93	2	0	0	NAO	0	95	2	31	1	23	64%	
DFID	66	3	98	4	SIM	3	SIM	3	Dentro do Mês	3	SIM	2	SIM	2	SIM	1	98	2	77	1	98	2	98	2	95	2	1	missão	1	0	2	100	2	65	1	36	100%
Comissão Europeia	57	3	77	4	SIM	3	SIM	3	Dentro do Mês	3	SIM	2	SIM	2	NAO	0	77	2	65	1	77	2	77	2	47	2	42	1	0	2	25	0	25	1	33	92%	
Finlândia	27	1	90	4	NAO	0	SIM	3	Dentro do	1	SIM	2	SIM	2	SIM	1	90	2	51	1	90	2	92	2	100	2	0	0	0	2	46	0	46	1	26	72%	
França	13	0	33	0	SIM	3	SIM	3	Dentro do Mês	3	SIM	2	SIM	2	SIM	1	81	2	54	1	79	2	90	2	40	0	42	1	0	2	27	0	14	0	24	67%	
Alemanha	21	1	63	0	NAO	0	SIM	3	Dentro do Mês	3	SIM	2	SIM	2	SIM	1	63	0	21	0	63	2	63	2	90	2	62	1	0	2	100	2	19	0	23	64%	
Irlanda	32	2	94	4	SIM	3	SIM	3	NAO	0	SIM	2	SIM	2	SIM	1	94	2	73	1	92	2	92	2	1	0	1	missão	1	0	2	100	2	94	1	30	83%
Itália	48	3	67	2	SIM	3	SIM	3	Dentro do Mês	3	SIM	2	SIM	2	SIM	1	100	2	48	1	48	0	67	2	100	2	2	missões	1	NAO	0	100	2	100	1	30	83%
Holanda	32	2	85	4	SIM	3	SIM	3	Dentro do Mês	3	SIM	2	SIM	2	SIM	1	100	2	38	0	90	2	100	2	100	2	0	0	0	2	100	2	51	1	33	92%	
Noruega	44	3	65	0	SIM	3	SIM	3	Dentro do Mês	3	SIM	2	SIM	2	SIM	1	65	2	44	0	58	0	65	2	38	0	100	1	0	2	100	2	100	1	27	75%	
Portugal	3	0	4	0	SIM	3	SIM	3	NAO	0	SIM	2	SIM	2	SIM	1	4	0	3	0	3	0	4	0	0	0	0	0	0	2	16	0	1	0	13	36%	
Espanha	44	3	75	4	SIM	3	SIM	3	Dentro do Mês	3	SIM	2	SIM	2	SIM	1	75	2	62	1	75	2	75	2	100	2	1	missões	1	Não	0	50	0	50	1	32	89%
Suécia	53	3	72	2	SIM	3	SIM	3	Dentro do Mês	3	SIM	2	SIM	2	SIM	1	72	2	54	1	71	2	71	2	98	2	8	0	0	2	100	2	60	1	33	92%	
Suíça	48	3	83	4	SIM	3	SIM	3	Dentro do Mês	3	SIM	2	SIM	2	SIM	1	83	2	74	1	83	2	83	2	100	2	40	1	0	2	92	2	52	1	36	100%	
Banco Mundial	43	3	60	0	SIM	3	SIM	3	Dentro do Mês	3	SIM	2	SIM	2	Não	0	60	0	43	0	55	0	55	2	0	0	42	1	0	2	100	2	27	1	24	67%	

<i>Pontuação máxima por indicador</i>	3	4	3	3	3	2	2	1	2	1	2	2	2	1	2	2	1	2	2	1	36	100%
---------------------------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	------

<i>Pontuação média por doador</i>	1.9	2.0	2.7	3.0	2.3	2.0	2.0	0.9	1.5	0.6	1.5	1.8	1.4	0.6	1.6	1.6	0.8	530.0	77%
-----------------------------------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-------	-----

Em média os doadores atingiram 77% da pontuação máxima possível

<i>Nº de Doadores que atingiram as metas</i>	15	10	17	19	16	19	19	17	14	11	14	16	13	12	14	14	14	264.0	15
<i>% dos Doadores que atingiram as metas</i>	79%	53%	89%	100%	84%	100%	100%	89%	74%	58%	74%	84%	68%	63%	74%	74%	74%	79%	

Em média 15 doadores atingiram a meta de cada indicador

ou seja 79% dos doadores

Tabela 1b resumo dos resultados do grupo e Individuals, por Indicador e total

	Indicadores de desempenho do grupo																			Pontuação total	% da Pontuação Máxima Disponível
	Composição do Portfólio			Previsibilidade				Consolidação e Harmonização						Reforço da Capacidade							
	AGO		Ajuda Program	Compromisso de AGO		Desemboio do AGO		Condicionalismos		Utilização de Sistemas do GdM				Missões		PIUs	Cooperação Técnica				
	1a	1b	2	3	4	5	8	9	10	12a	12b	12c	13	15	16a	16b	19	20	21		
	PAPs Individuais contribuem com pelo menos 40%	% AGO	% Ajuda Programática	Acordos multi- anuais > 3 Anos	Compromissos no ano n para o ano n+1	Desemboio do compromisso de AGO no ano fiscal para o qual foi calendarizado	Compromissos para o CFMP	Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO	Número de PAPs sem excepções no Anexo 10	% do ODA que usa os procedimentos nacionais de execução orçamental	% do ODA auditada usando os procedimentos nacionais de auditoria	% do ODA que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros	% do ODA que usa os sistemas nacionais de procurement	% do ODA que não impõe isenções fiscais	% do total das missões que são conjuntas	Número total de missões	Unidades de Implementação de Projectos	% cooperação técnica coordenada	% CT sectorial		
<i>Meta do Grupo</i>	Sim	40%	75%	100%	100%	100%	100%	100%	15 PAPs sem isenções	66%	45%	60%	55%	50%	40%	< 100	< 17	55%	25%		
<i>Realizado pelo grupo</i>	Não	30%	52%	81% Dols falharam	90%	67%	90%	90%	17	54%	36%	53%	55%	35%	24%	2%	25	71%	29%		
<i>Pontuação do grupo</i>	0	2	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2	0	0	0	0	2	1	8	22%

	Indicadores de desempenho Individual																				Pontuação total	% de Pontuação Máxima Disponível																
	Composição do		Previsibilidade				Consolidação e Harmonização								Reforço de Capacidade																							
	AGO	Ajuda Program	Compromisso de AGO		Desemboio do AGO		Condicionalismos		Utilização de Sistemas do GdM				Impostos	Missões	PIUs	Cooperação Técnica																						
	1	2	3	4	5	8	9	10	12a	12b	12c	13	15	16a	18	19	20																					
	% AGO	% Ajuda Programática	MYA > 3 Anos	Compromissos em Yn para Yn+1	Desemboio do compromisso de AGO no ano fiscal para o qual foi calendarizado	Compromissos para o CFMP	Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO	Número de PAPs sem excepções no Anexo 10	% do ODA que usa os procedimentos nacionais de execução orçamental	% do ODA auditada usando os procedimentos nacionais de auditoria	% do ODA que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros	% do ODA que usa os sistemas nacionais de procurement	% do ODA que não impõe isenções fiscais	% do total das missões que são conjuntas	Unidades de Implementação de Projectos	% cooperação técnica coordenada	% CT sectorial																					
<i>Objectivos Individuais (pontos)</i>	Sim se >20% (1) >30% (2) >40% (3)	>66% (2) >75% (4)	Sim (3)	Sim (3)	Sim (1) para trimestral (3) para mensal	Sim (2)	Sim (2)	Sim (1)	66% (2)	45% (1)	60% (2)	55% (2)	Metas Individuais	40% (1)	Zero ou número reduzido (2)	55% (2)	25% (1)																					
	Alcanceado (%) pontos	Alcanceado (%) pontos	Alcanceado (%) pontos	Alcanceado (%) pontos	Alcanceado (%) pontos	Alcanceado (%) pontos	Alcanceado (%) pontos	Alcanceado (%) pontos	Alcanceado (%) pontos	Alcanceado (%) pontos	Alcanceado (%) pontos	Alcanceado (%) pontos	Alcanceado (%) pontos	Alcanceado (%) pontos	Alcanceado (%) pontos	Alcanceado (%) pontos	Alcanceado (%) pontos																					
BAD	40	3	40	0	SIM	3	SIM	3	Dentro do Mês	3	SIM	2	SIM	2	SIM	1	40	0	40	0	40	0	0	19	0	Não	0	91	2	0	0	19	53%					
Áustria	50	3	65	2	SIM	3	SIM	3	Dentro do Mês	3	SIM	2	SIM	2	SIM	1	65	2	50	1	65	2	65	2	100	2	0	missões	1	Não	0	100	2	100	1	32	89%	
Bélgica	0	0	31	0	SIM	3	SIM	3	NÃO	0	SIM	2	SIM	2	SIM	1	83	2	52	1	83	2	100	2	100	2	50	1	0	2	80	2	80	1	26	72%		
Canadá	21	1	84	4	SIM	3	SIM	3	Dentro do	1	SIM	2	SIM	2	SIM	1	84	2	35	0	79	2	81	2	100	2	0	0	0	2	100	2	86	1	30	83%		
Dinamarca	15	0	49	0	SIM	3	SIM	3	Dentro do Mês	3	SIM	2	SIM	2	SIM	1	50	0	33	0	69	2	84	2	93	2	0	0	NÃO	0	95	2	31	1	23	64%		
DFID	66	3	98	4	SIM	3	SIM	3	Dentro do Mês	3	SIM	2	SIM	2	SIM	1	98	2	77	1	98	2	98	2	95	2	1	missão	1	0	2	100	2	65	1	36	100%	
Comissão Europeia	57	3	77	4	SIM	3	SIM	3	Dentro do Mês	3	SIM	2	SIM	2	NÃO	0	77	2	65	1	77	2	77	2	47	2	42	1	0	2	25	0	25	1	33	92%		
Finlândia	27	1	90	4	NÃO	0	SIM	3	Dentro do	1	SIM	2	SIM	2	SIM	1	90	2	51	1	90	2	92	2	100	2	0	0	0	2	46	0	46	1	26	72%		
França	13	0	33	0	SIM	3	SIM	3	Dentro do Mês	3	SIM	2	SIM	2	SIM	1	81	2	54	1	79	2	90	2	40	0	42	1	0	2	27	0	14	0	24	67%		
Alemanha	21	1	63	0	NÃO	0	SIM	3	Dentro do Mês	3	SIM	2	SIM	2	SIM	1	63	0	21	0	63	2	63	2	90	2	62	1	0	2	100	2	19	0	23	64%		
Irlanda	32	2	94	4	SIM	3	SIM	3	NÃO	0	SIM	2	SIM	2	SIM	1	94	2	73	1	92	2	92	2	1	0	1	missão	1	0	2	100	2	94	1	30	83%	
Itália	48	3	67	2	SIM	3	SIM	3	Dentro do Mês	3	SIM	2	SIM	2	SIM	1	100	2	48	1	48	0	67	2	100	2	2	missões	1	NÃO	0	100	2	100	1	30	83%	
Holanda	32	2	85	4	SIM	3	SIM	3	Dentro do Mês	3	SIM	2	SIM	2	SIM	1	100	2	38	0	90	2	100	2	100	2	0	0	0	2	100	2	51	1	33	92%		
Noruega	44	3	65	0	SIM	3	SIM	3	Dentro do Mês	3	SIM	2	SIM	2	SIM	1	65	2	44	0	58	0	65	2	38	0	100	1	0	2	100	2	100	1	27	75%		
Portugal	3	0	4	0	SIM	3	SIM	3	NÃO	0	SIM	2	SIM	2	SIM	1	4	0	3	0	3	0	4	0	0	0	0	0	0	0	2	16	0	1	0	13	36%	
Espanha	44	3	75	4	SIM	3	SIM	3	Dentro do Mês	3	SIM	2	SIM	2	SIM	1	75	2	62	1	75	2	75	2	100	2	1	missões	1	Não	0	50	0	50	1	32	89%	
Suécia	53	3	72	2	SIM	3	SIM	3	Dentro do Mês	3	SIM	2	SIM	2	SIM	1	72	2	54	1	71	2	71	2	98	2	8	0	0	2	100	2	60	1	33	92%		
Suíça	48	3	83	4	SIM	3	SIM	3	Dentro do Mês	3	SIM	2	SIM	2	SIM	1	83	2	74	1	83	2	83	2	100	2	40	1	0	2	92	2	52	1	36	100%		
Banco Mundial	43	3	60	0	SIM	3	SIM	3	Dentro do Mês	3	SIM	2	SIM	2	Não	0	60	0	43	0	55	0	55	2	0	0	42	1	0	2	100	2	27	1	24	67%		
Estados Unidos	0	0	0	0	n/a	0	n/a	0	n/a	0	n/a	0	n/a	0	n/a	0	0	0	n/a	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Sem	0	Sem	0	0	0%
Nações Unidas	0	0	3	0	n/a	0	n/a	0	n/a	0	n/a	0	n/a	0	n/a	0	3	0	0	0	0	0	11	0	0	0	23	0	4	0	4	0	1	0	0	0%		

<i>Pontuação máxima por indicador</i>	3	4	3	3	3	2	2	1	2	1	2	2	2	2	1	2	2	1	36	100%
---------------------------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	------

<i>Pontuação média por doador</i>	1.9	2.0	2.7	3.0	2.3	2.0	2.0	0.9	1.5	0.6	1.5	1.8	1.4	0.6	1.6	1.6	0.8	530.0	70%
-----------------------------------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-------	-----

Em média os doadores atingiram 70% da pontuação máxima possível

<i>Nº de Doadores que atingiram as metas</i>	15	10	17	19	16	19	19	17	14	11	14	16	13	12	14	14	14	254.0	15
<i>% dos Doadores que atingiram as metas</i>	71%	48%	81%	90%	76%	90%	90%	81%	67%	52%	67%	76%	62%	57%	67%	67%	67%	71%	15

Em média 15 doadores atingiram a meta de cada indicador

ou seja 71% dos doadores

ANEXO 2

RESUMO DOS DESEMBOLSOS DE AJUDA PELOS PAP PARA MOÇAMBIQUE

Tabela 2a: ODA Total para Moçambique (ODA para o GdM e não-GdM) (em US\$)

	2009	
	Comprometido	Desembolsado
ODA Programático (1)	794,336,809	836,589,475
<i>Apoio Geral ao Orçamento (AGO)</i>	476,366,590	487,524,435
Programas sectoriais	317,970,219	349,065,040
Projectos ODA (2)		402,933,073
Apoio ao Orçamento Provincial (3)		5,257,316
ODA total para o GdM (4)=(1)+(3)		1,244,779,863
ODA não-Gov.		
<i>Apoio ao sector privado (5)</i>		15,807,605
<i>ONGs (6)</i>		103,755,753
<i>Outros (7)</i>		11,696,875
ODA Não-Gov. (8) = (5)+(6)+(7)		131,260,233
ODA Total para Moçambique (9) = (4)+(8)		1,376,040,097

Tabela 2b: ODA Total para Moçambique (ODA para o GdM e não-GdM) (em US\$)
Incluindo NU e EUA

	2009	
	Comprometido	Desembolsado
ODA Programático (1)	797,336,809	839,589,475
<i>Apoio Geral ao Orçamento (AGO)</i>	476,366,590	487,524,435
Programas sectoriais	320,970,219	352,065,040
Projectos ODA (2)		753,418,901
Apoio ao Orçamento Provincial (3)		8,631,996
ODA total para o GdM (4)=(1)+(3)		1,601,640,371
ODA não-Gov.		
<i>Apoio ao sector privado (5)</i>		15,807,605
<i>ONGs (6)</i>		115,960,302
<i>Outros (7)</i>		12,796,965
ODA Não-Gov. (8) = (5)+(6)+(7)		144,564,873
ODA Total para Moçambique (9) = (4)+(8)		1,746,205,244

ANEXO 3

COMPOSIÇÃO DE PORTFÓLIO

1. Estrutura do Portfólio Geral de Ajuda 2009 (em US\$)

Doadores	ODA para o GdM (Tabela 1A)						ODA Não-Gov (Tabela 1B)				Total ODA para Moçambique (11) = 6+10
	ODA Programático			Projectos ODA (4)	Apoio ao Governo Provincial não-PBS (5)	ODA Total para GdM (6) = 3+4+5	Apoio ao sector privado (7)	ONGs (8)	Outros (9)	Ajuda Não-Gov (10) = 7+8+9	
	AGO (1)	Programas sectoriais (2)	ODA Programático Total (3) = 1+2								
BAD	30,827,600	0	30,827,600	46,943,469	0	77,771,069	0	0	0	0	77,771,069
Áustria	4,571,429	1,428,571	6,000,000	3,212,884	0	9,212,884	0	690,499	0	690,499	9,903,383
Bélgica	0	1,388,889	1,388,889	3,079,408	0	4,468,297	59,561	4,401,072	1,237,857	5,698,490	10,166,787
Canada	11,363,636	33,272,727	44,636,363	7,981,231	454,545	53,072,139	0	5,799,932	149,493	5,949,425	59,021,564
Dinamarca	9,259,259	21,488,464	30,747,723	31,608,784	0	62,356,507	8,000,198	12,479,708	189,865	20,669,770	83,026,278
DFID	70,000,000	34,350,000	104,350,000	1,821,318	0	106,171,318	0	10,697,986	1,821,318	12,519,304	118,690,622
Comissão Europeia	84,448,857	29,228,571	113,677,428	33,236,894	0	146,914,322	0	7,972,358	0	7,972,358	154,886,680
Finlândia	10,000,000	22,971,429	32,971,429	3,525,249	0	36,496,678	0	1,060,220	0	1,060,220	37,556,898
França	2,857,143	4,285,714	7,142,857	14,534,464	0	21,677,321	0	767,452	0	767,452	22,444,773
Alemanha	21,428,571	43,064,525	64,493,096	37,186,885	0	101,679,981	4,284,334	5,595,000	0	9,879,334	111,559,315
Irlanda	15,068,493	29,514,974	44,583,467	220,588	2,802,771	47,606,826	0	3,649,945	1,754,837	5,404,782	53,011,609
Itália	5,428,571	2,142,857	7,571,429	3,811,500	0	11,382,929	0	5,109,691	5,950,649	11,060,339	22,443,268
Holanda	25,714,286	41,857,142	67,571,428	12,242,856	0	79,814,284	357,142	10,848,571	592,857	11,798,570	91,612,854
Noruega	25,396,820	12,030,635	37,427,455	19,962,441	0	57,389,896	427,930	9,726,032	0	10,153,962	67,543,858
Portugal	1,500,000	575,000	2,075,000	53,576,161	0	55,651,161	0	635,349	0	635,349	56,286,510
Espanha	10,000,000	7,142,857	17,142,857	3,742,857	2,000,000	22,885,714	0	14,343,840	0	14,343,840	37,229,554
Suécia	42,857,143	15,820,671	58,677,814	22,862,396	0	81,540,210	2,174,804	6,470,826	0	8,645,630	90,185,840
Suiça	6,818,182	4,909,091	11,727,273	2,348,931	0	14,076,204	503,636	3,507,273	0	4,010,909	18,087,113
Banco Mundial	109,984,445	43,592,922	153,577,367	101,034,756	0	254,612,123	0	0	0	0	254,612,123
TOTAL PAP	487,524,435	349,065,040	836,589,475	402,933,073	5,257,316	1,244,779,863	15,807,605	103,755,753	11,696,875	131,260,233	1,376,040,097
Estados Unidos	0	0	0	263,331,583	0	263,331,583	0	0	0	0	263,331,583
Nações Unidas	0	3,000,000	3,000,000	87,154,245	3,374,680	93,528,925	0	12,204,549	1,100,090	13,304,639	106,833,564
TOTAL PAP + NU + EUA	487,524,435	352,065,040	839,589,475	753,418,901	8,631,996	1,601,640,371	15,807,605	115,960,302	12,796,965	144,564,873	1,746,205,244

2. Proporção de diferentes modalidades de ODA no "ODA Total para o GdM" (em %)

Doadores por agência	AGO	Programas sectoriais	ODA Programático Total	Projectos ODA para o GdM	Apoio ao Orçamento Provincial
BAD	39.6	0.0	39.6	60.4	0.0
Áustria	49.6	15.5	65.1	34.9	0.0
Bélgica	0.0	31.1	31.1	68.9	0.0
Canada	21.4	62.7	84.1	15.0	0.9
Dinamarca	14.8	34.5	49.3	50.7	0.0
DFID	65.9	32.4	98.3	1.7	0.0
Comissão Europeia	57.5	19.9	77.4	22.6	0.0
Finlândia	27.4	62.9	90.3	9.7	0.0
França	13.2	19.8	33.0	67.0	0.0
Alemanha	21.1	42.4	63.4	36.6	0.0
Irlanda	31.7	62.0	93.6	0.5	5.9
Itália	47.7	18.8	66.5	33.5	0.0
Holanda	32.2	52.4	84.7	15.3	0.0
Noruega	44.3	21.0	65.2	34.8	0.0
Portugal	2.7	1.0	3.7	96.3	0.0
Espanha	43.7	31.2	74.9	16.4	8.7
Suécia	52.6	19.4	72.0	28.0	0.0
Suiça	48.4	34.9	83.3	16.7	0.0
Banco Mundial	43.2	17.1	60.3	39.7	0.0
TOTAL PAP	39.2	28.0	67.2	32.4	0.4
Estados Unidos	0.0	0.0	0.0	100.0	0.0
Nações Unidas	0.0	3.2	3.2	93.2	3.6
TOTAL PAP + NU + EUA	30.4	22.0	52.4	47.0	0.5

3. Proporção de diferentes modalidades de ODA no ODA total para Moçambique (em %)

Doadores	AGO	Programas sectoriais	ODA Programático total	Projectos ODA para o GdM	Apoio ao Orçamento Provincial	ODA Total para o GdM	ODA não-Governamental total
BAD	39.6	0.0	39.6	60.4	0.0	100.0	0.0
Áustria	46.2	14.4	60.6	32.4	0.0	93.0	7.0
Bélgica	0.0	13.7	13.7	30.3	0.0	43.9	56.1
Canada	19.3	56.4	75.6	13.5	0.8	89.9	10.1
Dinamarca	11.2	25.9	37.0	38.1	0.0	75.1	24.9
DFID	59.0	28.9	87.9	1.5	0.0	89.5	10.5
Comissão Europeia	54.5	18.9	73.4	21.5	0.0	94.9	5.1
Finlândia	26.6	61.2	87.8	9.4	0.0	97.2	2.8
França	12.7	19.1	31.8	64.8	0.0	96.6	3.4
Alemanha	19.2	38.6	57.8	33.3	0.0	91.1	8.9
Irlanda	28.4	55.7	84.1	0.4	5.3	89.8	10.2
Itália	24.2	9.5	33.7	17.0	0.0	50.7	49.3
Holanda	28.1	45.7	73.8	13.4	0.0	87.1	12.9
Noruega	37.6	17.8	55.4	29.6	0.0	85.0	15.0
Portugal	2.7	1.0	3.7	95.2	0.0	98.9	1.1
Espanha	26.9	19.2	46.0	10.1	5.4	61.5	38.5
Suécia	47.5	17.5	65.1	25.4	0.0	90.4	9.6
Suíça	37.7	27.1	64.8	13.0	0.0	77.8	22.2
Banco Mundial	43.2	17.1	60.3	39.7	0.0	100.0	0.0
TOTAL PAP	35.4	25.4	60.8	29.3	0.4	90.5	9.5
Estados Unidos	0.0	0.0	0.0	100.0	0.0	100.0	0.0
Nações Unidas	0.0	2.8	2.8	81.6	3.2	87.5	12.5
TOTAL PAP + NU + EUA	27.9	20.2	48.1	43.1	0.5	91.7	8.3

4. Composição estrutural do "ODA Programático" em Moçambique (em %)

Doadores	AGO	Programas Sectoriais	Total
BAD	100.0	0.0	100.0
Áustria	76.2	23.8	100.0
Bélgica	0.0	100.0	100.0
Canadá	25.5	74.5	100.0
Dinamarca	30.1	69.9	100.0
DFID	67.1	32.9	100.0
Comissão Europeia	74.3	25.7	100.0
Finlândia	30.3	69.7	100.0
França	40.0	60.0	100.0
Alemanha	33.2	66.8	100.0
Irlanda	33.8	66.2	100.0
Itália	71.7	28.3	100.0
Holanda	38.1	61.9	100.0
Noruega	67.9	32.1	100.0
Portugal	72.3	27.7	100.0
Espanha	58.3	41.7	100.0
Suécia	73.0	27.0	100.0
Suíça	58.1	41.9	100.0
Banco Mundial	71.6	28.4	100.0

Total PAP	58.3	41.7	100.0
------------------	-------------	-------------	--------------

Estados Unidos	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Nações Unidas	0.0	100.0	100.0

Total PAP + NU + EUA	58.1	41.9	100.0
-----------------------------	-------------	-------------	--------------

1. FUNDOS DESEMBOLSADOS EM AJUDA PROGRAMÁTICA POR AGÊNCIA E POR SECTOR, EM USD

	Gestão de Finanças Públicas	Reforma do Sector Público	Estatísticas Nacionais	Agricultura	Saúde	Educação	Impostos	Tribunal administrativo	HIV/SIDA	Apoio a Niassa	Água e Saneamento	Estradas	Acção Social	Pescas	Total
Doadores	UTRAFE	UTRESP	INE	PROAGRI	PROSAUDE II	FASE	ATA	TAA	CNCS	Apoio ao Orçamento Provincial	ASAS	PRISE	INAS	FC Pescas	
BAD															0
Áustria				1,428,571											1,428,571
Bélgica	1,388,889														1,388,889
Canada		1,363,636	1,363,636	3,636,364	7,272,727	18,181,818			1,454,545						33,272,727
Dinamarca	2,548,347	2,352,985	1,481,481	3,532,927	4,643,228	6,254,935			674,561						21,488,464
DFID	1,250,000	833,333			11,666,667	7,500,000	1,666,667		600,000			7,500,000	3,333,333		34,350,000
Comissão Europeia				17,800,000	11,428,571										29,228,571
Finlândia				6,185,714	8,571,429	7,142,857		1,071,429							22,971,429
França					4,285,714										4,285,714
Alemanha						37,921,668	2,857,143	2,285,714							43,064,525
Irlanda		432,071		1,369,863	19,562,355	7,534,247			616,438						29,514,974
Itália			2,142,857												2,142,857
Holanda					5,000,000	27,142,857					7,857,142		1,857,142		41,857,141
Noruega	3,300,476		4,126,984											4,603,175	12,030,635
Portugal			325,000			250,000									575,000
Espanha					4,285,714	2,857,143									7,142,857
Suécia	1,298,701			5,454,545				1,363,636	779,220	1,283,838		5,640,731			15,820,671
Suiça					3,636,364		1,272,727								4,909,091
Banco Mundial						30,000,000			13,592,922						43,592,922

Total PAP	9,786,413	4,982,025	9,439,959	39,407,984	80,352,770	144,785,524	5,796,537	4,720,779	17,717,687	1,283,838	7,857,142	13,140,731	5,190,475	4,603,175	349,065,039
-----------	-----------	-----------	-----------	------------	------------	-------------	-----------	-----------	------------	-----------	-----------	------------	-----------	-----------	-------------

Estados Unidos															
Nações Unidas			300,000		1,700,000	1,000,000									3,000,000

Total PAP + NU + EUA	9,786,413	4,982,025	9,739,959	39,407,984	82,052,770	145,785,524	5,796,537	4,720,779	17,717,687	1,283,838	7,857,142	13,140,731	5,190,475	4,603,175	352,065,039
----------------------	-----------	-----------	-----------	------------	------------	-------------	-----------	-----------	------------	-----------	-----------	------------	-----------	-----------	-------------

3. PESO DE CADA SECTOR NA AJUDA SECTORIAL PROGRAMÁTICA POR DOADOR (EM % DA AJUDA SECTORIAL PROGRAMÁTICA TOTAL DE CADA DOADOR)

Doadores	Gestão de Finanças Públicas	Reforma do Sector Público	Estatísticas Nacionais	Agricultura	Saúde	Educação	Impostos	Tribunal administrativo	HIV/SIDA	Apoio a Niassa	Água e Saneamento	Estradas	Acção Social	Pescas	Total	Número de sectores por doador
	<i>UTRAFE</i>	<i>UTRESP</i>	<i>INE</i>	<i>PROAGRI</i>	<i>PROSAUDE</i>	<i>FASE</i>	<i>ATA</i>	<i>TAA</i>	<i>CNCS</i>	<i>Apoio ao Orçamento Provincial</i>	<i>ASAS</i>	<i>PRISE</i>	<i>INAS</i>	<i>FC Pescas</i>		
BAD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Áustria	0	0	0	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100	1
Bélgica	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100	1
Canada	0	4	4	11	22	55	0	0	4	0	0	0	0	0	100	6
Dinamarca	12	11	7	16	22	29	0	0	3	0	0	0	0	0	100	7
DFID	4	2	0	0	34	22	5	0	2	0	0	22	10	0	100	8
Comissão Europeia	0	0	0	61	39	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100	2
Finlândia	0	0	0	27	37	31	0	5	0	0	0	0	0	0	100	4
França	0	0	0	0	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100	1
Alemanha	0	0	0	0	0	88	7	5	0	0	0	0	0	0	100	3
Irlanda	0	1	0	5	66	26	0	0	2	0	0	0	0	0	100	5
Itália	0	0	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100	1
Holanda	0	0	0	0	12	65	0	0	0	0	19	0	4	0	100	4
Noruega	27	0	34	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	38	100	3
Portugal	0	0	57	0	0	43	0	0	0	0	0	0	0	0	100	2
Espanha	0	0	0	0	60	40	0	0	0	0	0	0	0	0	100	2
Suécia	8	0	0	34	0	0	0	9	5	8	0	36	0	0	100	6
Suiça	0	0	0	0	74	0	26	0	0	0	0	0	0	0	100	2
Banco Mundial	0	0	0	0	0	69	0	0	31	0	0	0	0	0	100	2

Peso do sector no total de PBAs	3	1	3	11	23	41	2	1	5	0	2	4	1	1	100
---------------------------------	---	---	---	----	----	----	---	---	---	---	---	---	---	---	-----

Número de doadores	5	4	5	7	10	10	3	3	6	1	1	2	2	1	19
--------------------	---	---	---	---	----	----	---	---	---	---	---	---	---	---	----

Estados Unidos	#DIV/0!	0														
Nações Unidas	0	0	10	0	57	33	0	0	0	0	0	0	0	0	100	3

Peso do sector no total de PBAs	3	1	3	11	23	41	2	1	5	0	2	4	1	1	100
------------------------------------	---	---	---	----	----	----	---	---	---	---	---	---	---	---	-----

Número de doadores	5	4	6	7	11	11	3	3	6	1	1	2	2	1	19
-----------------------	---	---	---	---	----	----	---	---	---	---	---	---	---	---	----

FUNDOS DESEMBOLSADOS POR CADA DOADOR EM AJUDA PARA PROJECTOS, EM USD

Doadores	Agricultura	Cultura	Descentralização	Gestão de Risco de Calamidades	Education	Emergência	Energy	Ambiente	Sector Financeiro	Pescas	Silvicultura	Governação	Governo e Sociedade Civil	Saúde	HIV/SIDA	Infraestrutura	Justiça	Terra	Exploração Minera	Microfinanças
BAD	13,347,904						7,187,486		763,178										71,159	
Áustria													1,661,614			51,845				
Bélgica									210,785					1,500,557		1,368,067				
Canada					6,806,764									1,174,466						
Dinamarca	703,654				7,377,160		3,996,244	5,171,140						4,835,281	453,758		1,389,530			
DFID																				
Comissão Europeia	416,463											940,095		5,936,730						
Finlândia					565,857					343,804										
França					843,243			5,071,231				644,355		3,058,233						102,156
Alemanha			7,880,805		8,479,952		1,965,887	2,446,698	9,263,505						1,823,871					
Irlanda													220,588					0		
Itália																				
Holanda			357,142		112,857											171,428		224,285		
Noruega							15,566,581	391,904		317,460										
Portugal		843,027			4,573,510															
Espanha			2,421,429		1,142,857												178,571			
Suécia					720,761		7,049,102		1,501,833											
Suíça			1,318,182																	
Banco Mundial	885,264				14,810,180		15,752,449							-1,586,432						
Total	15,353,285	843,027	11,977,558	0	45,433,142	0	51,517,748	13,080,973	11,739,301	317,460	343,804	1,584,450	1,882,202	14,918,835	2,277,629	1,591,340	1,568,101	224,285	71,159	102,156

Doadores	Multisectorial	Gestão de Recursos Naturais	ODAMoz	PFM	Sector Privado	Sector Público	Research	Estradas	Desenvolvimento Rural	Clência e Tecnologia	Sector Social	Estatísticas	Fundo de Estudos	Impostos	Assistência Técnica	Telecomunicações	Transporte	Urbano	Água	Outros	TOTAL
BAD	690,230										8,837,551						3,144,420		12,901,542		46,943,469
Áustria																			1,499,425		3,212,884
Bélgica																					3,079,409
Canada																					7,981,231
Dinamarca								6,864,756												817,261	31,608,784
DFID															1,821,318						1,821,318
Comissão Europeia							11,826,230	370,531					191,911			1,741,183	1,626,844		10,186,905		33,236,892
Finlândia								2,258,445	357,143												3,525,249
França															349,986				4,375,269	89,993	14,534,465
Alemanha					2,051,986												3,274,180				37,186,884
Irlanda																					220,588
Itália									3,811,500												3,811,500
Holanda					307,145														11,069,999		12,242,856
Noruega			24,444		87,302	1,516,660		2,010,630						47,460							19,962,441
Portugal		175,985				2,155,189					1,928,057										53,576,161
Espanha																					3,742,857
Suécia					645,732		6,708,026	3,461,773											2,775,169		22,862,396
Suíça					528,021														502,727		2,348,930
Banco Mundial					6,402,751	4,405,589										1,428,207	44,634,077	5,935,285	8,360,387	7,001	101,034,757
Total	690,230	175,985	24,444	0	8,542,039	9,558,336	6,708,026	24,163,389	6,440,476	357,143	10,765,608	0	191,911	47,460	2,171,304	3,169,390	52,679,521	5,935,285	51,671,421	44,814,649	402,933,072

FUNDOS DESEMBOLSADOS POR CADA DOADOR EM AJUDA PARA PROJECTOS, EM USD (INCLUINDO NU E EUA)

	Agricultura	Cultura	Descentralização	Desminagem	Educação	Emergência	Energy	Ambiente	Sector Financeiro	Pescas	Sivicultura	Governança	Governo e Sociedade Civil	Saúde	HIV/SIDA	Infraestrutura	Justiça	Terra	Exploração Mineira	Microfinanças	
BAD	13,347,904						7,187,486		763,178											71,159	
Áustria													1,661,614			51,845					
Bélgica									210,785					1,500,557		1,368,067					
Canada					6,806,764									1,174,466							
Dinamarca	703,654				7,377,160		3,996,244	5,171,140						4,835,281	453,758		1,389,530				
DFID																					
Comissão Europeia	416,463											940,095		5,936,730							
Finlândia					565,857						343,804										
França					843,243			5,071,231				644,355		3,058,233							102,156
Alemanha			7,880,805		8,479,952		1,965,887	2,446,698	9,263,505						1,823,871						
Irlanda													220,588						#REF!		
Itália																					
Holanda			357,142		112,857											171,428			224,285		
Noruega							15,566,581	391,904		317,460											
Portugal		843,027			4,573,510																
Espanha			2,421,429		1,142,857												178,571				
Suécia					720,761		7,049,102		1,501,833												
Suíça			1,318,182																		
Banco Mundial	885,264				14,810,180		15,752,449							-1,586,432							
Estados Unidos	20,194,338			2,000,000		19,920,000		1,337,407				626,927		207,243,648							
Nações Unidas	7,717,491		8,000,000		13,658,146			3,183,869		1,083,000		2,655,648		14,724,354	13,989,362	10,710,891	4,257,963				
Total	43,265,115	843,027	19,977,558		59,091,288	19,920,000	51,517,748	17,602,249	11,739,301	1,400,460	343,804	4,867,025	1,882,202	236,886,837	16,266,990	12,302,231	5,826,064	#REF!	71,159	102,156	

	Multisectorial	Gestão de Recursos Naturais	ODAMoz	Sector Privado	Sector Público	Research	Estradas	Desenvolvimento Rural	Clência e Tecnologia	Sector Social	Estafísticas	Fundo de Estudos	Impostos	Assistência Técnica	Telecomunicações	Transporte	Turismo	Urbano	Água	Outros	TOTAL
BAD	690,230									8,837,551						3,144,420			12,901,542		46,943,469
Áustria																			1,499,425		3,212,884
Bélgica																					3,079,409
Canada																					7,981,231
Dinamarca							6,864,756														817,261
DFID														1,821,318							1,821,318
Comissão Europeia							11,826,230	370,531				191,911			1,741,183	1,626,844			10,186,905		33,236,892
Finlândia								2,258,445	357,143												3,525,249
França														349,986					4,375,269	89,993	14,534,465
Alemanha				2,051,986												3,274,180					37,186,884
Irlanda																					220,588
Itália								3,811,500													3,811,500
Holanda					307,145														11,069,999		12,242,856
Noruega			24,444	87,302	1,516,660		2,010,630						47,460								19,962,441
Portugal		175,985			2,155,189					1,928,057											43,900,393
Espanha																					3,742,857
Suécia					645,732	6,708,026	3,461,773												2,775,169		22,862,396
Suíça					528,021														502,727		2,348,930
Banco Mundial				6,402,751	4,405,589										1,428,207	44,634,077		5,935,285	8,360,387	7,001	101,034,757
Estados Unidos				5,407,045			2,323,727			40,000				240,000					3,940,391	58,100	263,331,583
Nações Unidas					613,204					3,225,174	1,908,578						46,256			1,380,308	87,154,245
Total	690,230	175,985	24,444	13,949,084	10,171,540	6,708,026	26,487,116	6,440,476	357,143	14,030,782	1,908,578	191,911	47,460	2,411,304	3,169,390	52,679,521	46,256	5,935,285	55,611,812	46,253,057	751,372,644

ANEXO 4

HARMONIZAÇÃO E CONDICIONALISMOS

Doadores	Sem exceções bilaterais no Anexo 10	Aderência ao condicionalismo comum do AGO	Compromisso de AGO feito dentro das 4 semanas da Revisão Conjunta (RC)	Acordos plurianuais não inferiores a 3 anos	O doador desembolsou todos os fundos comprometidos para 2009 de acordo com a agenda de desembolsos acordada?	AGO comprometido desembolsado no ano fiscal (2009)	Compromisso com o MTFF	Novos acordos bilaterais de AGO perfeitamente harmonizados com o MoU
BAD	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Áustria	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Bélgica	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
Canadá	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM
Dinamarca	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
DFID	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	n.a.
Comissão Europeia	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Finlândia	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	SIM
França	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Alemanha	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM
Irlanda	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	n.a.
Itália	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
Holanda	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Noruega	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Portugal	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM
Espanha	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	n.a.
Suécia	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Suiça	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Banco Mundial	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	Nao respondeu

Total (SIM) PAP	17	19	19	17	14	18	19	13
------------------------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------

Estados Unidos	n/a							
Nações Unidas	n/a							

Total (SIM) PAP + NU + EUA	17	19	19	17	14	18	19	13
-----------------------------------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------

ANEXO 5

UTILIZAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO DE FINANÇAS DO GOVERNO

Doadores	ODA para o GdM registado no orçamento	ODA desembolsado para o GdM usando os procedimentos nacionais de execução orçamental	ODA desembolsado para o GdM que foi auditada usando apenas os procedimentos nacionais de auditoria	ODA desembolsado para o GdM usando os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros	ODA desembolsado pra o GdM usando os sistemas nacionais de <i>Procurement</i>	ODA desembolsada ao GdM	ODA comprometido ao GdM (ajuda programática)	Ajuda programática (desembolsada)
BAD	62,341,180	30,827,600	30,827,600	30,827,600	30,827,600	77,771,069	30,827,600	30,827,600
Áustria	6,000,000	6,000,000	4,571,429	6,000,000	6,000,000	9,212,884	6,000,000	6,000,000
Bélgica	4,468,297	3,729,232	2,340,343	3,729,232	4,468,297	4,468,297	6,944,000	1,388,889
Canada	42,580,624	44,636,364	18,636,364	41,818,182	43,181,818	53,072,139	35,909,091	44,636,363
Dinamarca	56,208,987	31,393,401	20,611,366	43,210,875	52,682,758	62,356,507	31,666,667	30,747,723
DFID	106,171,318	104,350,000	81,666,667	103,750,000	103,750,000	106,171,318	101,166,667	104,350,000
Comissão Europeia	72,678,170	113,734,571	95,877,158	113,734,571	113,734,571	146,914,322	102,142,857	113,677,428
Finlândia	35,229,874	32,971,429	18,571,429	32,971,429	33,448,596	36,496,678	32,971,429	32,971,429
França	?	17,595,456	11,705,928	17,145,039	19,464,031	21,677,321	10,571,428	11,518,126
Alemanha	71,225,894	64,493,096	21,428,571	64,493,096	64,493,096	101,679,981	48,285,714	64,493,096
Irlanda	47,656,997	44,583,467	34,630,849	43,967,029	43,967,029	47,606,826	42,922,078	44,583,467
Itália	54,297,700	11,382,929	5,428,571	5,428,571	7,571,429	11,382,929	5,428,571	7,571,429
Holanda	79,814,284	79,814,284	30,714,285	71,957,142	79,814,284	79,814,284	67,571,428	67,571,428
Noruega	37,423,460	37,427,455	25,396,825	33,300,471	37,427,455	57,389,896	34,436,820	37,427,455
Portugal	4,803,214	2,075,000	1,500,000	1,750,000	2,075,000	55,651,161	2,075,000	2,075,000
Espanha	18,571,429	17,142,857	14,285,714	17,142,857	17,142,857	22,885,714	17,142,857	17,142,857
Suécia	58,667,814	58,677,814	44,140,981	57,898,594	57,898,594	81,540,210	56,382,979	58,677,814
Suiça	11,730,118	11,727,273	10,454,546	11,727,273	11,727,273	14,076,204	11,727,273	11,727,273
Banco Mundial	85,000,000	153,577,367	109,984,445	139,984,445	139,984,445	254,612,123	153,592,922	153,577,367

Total PAP	854,869,359	866,139,594	582,773,071	840,836,406	869,659,133	1,244,779,863	797,765,380	840,964,744
------------------	--------------------	--------------------	--------------------	--------------------	--------------------	----------------------	--------------------	--------------------

Estados Unidos	49,000,000	0	0	0	0	263,331,583	0	0
Nações Unidas	26,849,240	3,000,000	0	3,000,000	10,301,200	93,528,925	3,000,000	3,000,000

Total PAP + NU + EUA	930,718,599	869,139,594	582,773,071	843,836,406	879,960,333	1,601,640,371	800,765,380	843,964,744
-----------------------------	--------------------	--------------------	--------------------	--------------------	--------------------	----------------------	--------------------	--------------------

SISTEMAS DE GESTÃO DE FINANÇAS GOVERNAMENTAIS (dados em %)

Doadores	ODA para o GdM registado no orçamento	ODA desembolsado para o GdM usando os procedimentos nacionais de execução orçamental	ODA desembolsado para o GdM que foi auditada usando apenas os procedimentos nacionais de auditoria	ODA desembolsado para o GdM usando os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros	ODA desembolsado pra o GdM usando os sistemas nacionais de Procurement	ODA desembolsado como % do ODA registado	% de ODA comprometido que é desembolsado
BAD	80	40	40	40	40	125	100
Áustria	65	65	50	65	65	154	100
Bélgica	100	83	52	83	100	100	20
Canada	80	84	35	79	81	125	124
Dinamarca	90	50	33	69	84	111	97
DFID	100	98	77	98	98	100	103
Comissão Europeia	49	77	65	77	77	0	111
Finlândia	97	90	51	90	92	104	100
França	#VALUE!	81	54	79	90	#VALUE!	109
Alemanha	70	63	21	63	63	143	134
Irlanda	100	94	73	92	92	100	104
Itália	477	100	48	48	67	21	139
Holanda	100	100	38	90	100	100	100
Noruega	65	65	44	58	65	153	109
Portugal	9	4	3	3	4	1,159	100
Espanha	81	75	62	75	75	123	100
Suécia	72	72	54	71	71	139	104
Suíça	83	83	74	83	83	120	100
Banco Mundial	33	60	43	55	55	300	100
Total PAP	68.7	69.6	46.8	67.5	69.9	145.6	105.4
Estados Unidos	19	0	0	0	0	537	#DIV/0!
Nações Unidas	29	3	0	3	11	348	100
Total PAP + NU + EUA	58.1	54.3	36.4	52.7	54.9	172.1	105.4

ANEXO 6

TRABALHO CONJUNTO

TRABALHO CONJUNTO (em unidades)

Doadores	Missões Totais	Missões Conjuntas	Missões Individuais	Trabalho Analítico	Trabalho Analítico Coordenado	Trabalho Analítico Não-Coordenado
BAD	27	5	22	3	1	2
Áustria	0	0	0	1	1	0
Bélgica	4	2	2	0	0	0
Canadá	6	0	6	1	1	0
Dinamarca	6	0	6	10	5	5
DFID	1	0	1	4	3	1
Comissão Europeia	12	5	7	5	1	4
Finlândia	16	0	16	0	0	0
França	12	5	7	5	4	1
Alemanha	21	13	8	23	18	5
Irlanda	1	0	1	0	0	0
Itália	2	0	2	0	0	0
Holanda	3	0	3	1	1	0
Noruega	1	1	0	0	0	0
Portugal	5	0	5	0	0	0
Espanha	1	0	1	1	0	1
Suécia	12	1	11	0	0	0
Suíça	5	2	3	1	1	0
Banco Mundial	43	18	25	0	0	0

Total PAP	167	41	126	55	36	19
------------------	------------	-----------	------------	-----------	-----------	-----------

Estados Unidos	0	0	0	0	0	0
Nações Unidas	129	30	99	29	18	11

Total PAP + NU + EUA	296	71	225	84	54	30
-----------------------------	------------	-----------	------------	-----------	-----------	-----------

MISSÕES CONJUNTAS E TRABALHO ANALÍTICO COORDENADO (em %)

Doadores	% Missões Conjuntas	% Trabalho Analítico Coordenado
BAD	19	33
Áustria	#DIV/0!	100
Bélgica	50	#DIV/0!
Canadá	0	100
Dinamarca	0	50
DFID	0	75
Comissão Europeia	42	20
Finlândia	0	#DIV/0!
França	42	80
Alemanha	62	78
Irlanda	0	#DIV/0!
Itália	0	#DIV/0!
Holanda	0	100
Noruega	100	#DIV/0!
Portugal	0	#DIV/0!
Espanha	0	0
Suécia	8	#DIV/0!
Suíça	40	100
Banco Mundial	42	#DIV/0!

Total PAP	25	65
------------------	-----------	-----------

Estados Unidos	#DIV/0!	#DIV/0!
Nações Unidas	23	62

Total PAP + NU + EUA	24	64
-----------------------------	-----------	-----------

ANEXO 7

UNIDADES DE IMPLEMENTAÇÃO DE PROJECTOS

Doadores	Número	Reduzido relativamente a 2008?	PIUS 2008
BAD	8	No	8
Áustria	3	No	2
Bélgica	0	n/a	0
Canadá	0	n/a	0
Dinamarca	2	No	2
DFID	0	n/a	0
Comissão Europeia	0	n/a	0
Finlândia	0	n/a	0
França	0	n/a	0
Alemanha	0	n/a	0
Irlanda	0	n/a	0
Itália	5	No	0
Holanda	0	n/a	0
Noruega	0	n/a	0
Portugal	0	n/a	0
Espanha	2	No	2
Suécia	0	n/a	0
Suíça	0	n/a	0
Banco Mundial	0	n/a	0

Total PAP	20		14
------------------	-----------	--	-----------

Estados Unidos	1	n/a	n/a
Nações Unidas	4	n/a	n/a

Total PAP + NU + EUA	25		14
-----------------------------	-----------	--	-----------

ANEXO 8

COOPERAÇÃO TÉCNICA

COOPERAÇÃO TÉCNICA (em unidades de US\$)

Doadores	CT total	CT Coordenada			CT não-coordenada
		Sectorial	Não-sectorial	Total	
BAD	5,575,687	0	5,070,103	5,070,103	505,584
Áustria	164,286	164,286	0	164,286	0
Bélgica	1,044,621	833,333	0	833,333	211,288
Canadá	2,830,815	2,440,909	389,906	2,830,815	0
Dinamarca	10,858,866	3,323,092	7,030,786	10,353,878	504,988
DFID	5,212,153	3,390,835	1,821,318	5,212,153	0
Comissão Europeia	11,080,381	2,732,714	0	2,732,714	8,347,667
Finlândia	4,544,857	2,082,786	0	2,082,786	2,462,071
França	1,783,796	257,143	221,374	478,517	1,305,279
Alemanha	24,369,697	4,563,618	19,687,649	24,251,267	118,430
Irlanda	2,000,018	1,880,018	120,000	2,000,018	0
Itália	321,429	321,429	0	321,429	0
Holanda	3,175,713	1,614,285	1,561,428	3,175,713	0
Noruega	2,829,492	2,829,492	0	2,829,492	0
Portugal	6,792,791	60,000	994,790	1,054,790	5,738,001
Espanha	767,583	385,714	0	385,714	381,869
Suécia	3,908,464	2,356,970	1,558,218	3,915,188	-6,724
Suíça	1,905,294	981,818	768,931	1,750,749	154,545
Banco Mundial	15,155,213	4,068,584	11,086,629	15,155,213	0

Total PAP	104,321,156.3	34,287,026.0	50,311,132.7	84,598,158.7	70,034,130.3
------------------	----------------------	---------------------	---------------------	---------------------	---------------------

Estados Unidos	Não foi possível reunir informação				
Nações Unidas	15,085,181	192,000	368,337	560,337	14,524,844

Total PAP + NU + EUA	122,258,845.0	34,709,184.7	53,301,818.7	88,011,003.4	87,549,660.3
-----------------------------	----------------------	---------------------	---------------------	---------------------	---------------------

CT COORDENADA E SECTORIAL COMO % DA CT TOTAL

Doadores	% de CT coordenada não sectorial	% de CT sectorial	% de CT coordenada total
BAD	91	0	91
Áustria	0	100	100
Bélgica	0	80	80
Canadá	14	86	100
Dinamarca	65	31	95
DFID	35	65	100
Comissão Europeia	0	25	25
Finlândia	0	46	46
França	12	14	27
Alemanha	81	19	100
Irlanda	6	94	100
Itália	0	100	100
Holanda	49	51	100
Noruega	0	100	100
Portugal	15	1	16
Espanha	0	50	50
Suécia	40	60	100
Suiça	40	52	92
Banco Mundial	73	27	100

Total PAP	48.2	32.9	81.1
------------------	-------------	-------------	-------------

Estados Unidos	#VALUE!	#VALUE!	#VALUE!
Nações Unidas	2	1	4

Total PAP + NU + EUA	43.6	28.4	72.0
-----------------------------	-------------	-------------	-------------

TABELAS DE SUPORTE PARA O CÁLCULO DA % DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM PBAs

	Gestão de Finanças Públicas	Reforma do Sector Público	Estatísticas Nacionais	Agricultura	Saúde	Educação	Impostos	Tribunal administrativo	HIV/SIDA	Apoio a Niassa	Água e Saneamento	Estradas	Acção Social	Pescas	Total	Total de cooeração técnica sectorial por doador
	UTRAFE	UTRESP	INE	PROAGRI	PROSAUDE II	FASE	ATA	TAA	CNCS	Apoio ao Orçamento Provincial	ASAS	PRISE	INAS	FC Pescas		
BAD															0	0
Áustria				1,428,571											1,428,571	164,286
Bélgica	1,388,889														1,388,889	833,333
Canada		1,363,636	1,363,636	3,636,364	7,272,727	18,181,818			1,454,545						33,272,727	2,440,909
Dinamarca	2,548,347	2,352,985	1,481,481	3,532,927	4,643,228	6,254,935			674,561						21,488,464	3,323,092
DFID	1,250,000	833,333			11,666,667	7,500,000	1,666,667		600,000			7,500,000	3,333,333		34,350,000	3,390,833
Comissão Europeia				17,800,000	11,428,571										29,228,571	2,732,714
Finlândia				6,185,714	8,571,429	7,142,857		1,071,429							22,971,429	2,082,786
França				4,285,714											4,285,714	257,143
Alemanha					37,921,668	2,857,143	2,285,714								43,064,525	4,563,618
Irlanda		432,071		1,369,863	19,562,355	7,534,247			616,438						29,514,974	1,880,018
Itália			2,142,857												2,142,857	321,429
Holanda					5,000,000	27,142,857					7,857,142		1,857,142		41,857,141	1,614,286
Noruega	3,300,476		4,126,984											4,603,175	12,030,635	3,059,651
Portugal			325,000			250,000									575,000	60,000
Espanha					4,285,714	2,857,143									7,142,857	385,714
Suécia	1,298,701			5,454,545				1,363,636	779,220	1,283,838		5,640,731			15,820,671	2,356,970
Sulça				3,636,364			1,272,727								4,909,091	981,818
Banco Mundial						30,000,000			13,592,922						43,592,922	4,068,584

Total	9,786,413	4,982,025	9,439,959	39,407,984	80,352,770	144,785,524	5,796,537	4,720,779	17,717,687	1,283,838	7,857,142	13,140,731	5,190,475	4,603,175	349,065,039	34,517,185
--------------	------------------	------------------	------------------	-------------------	-------------------	--------------------	------------------	------------------	-------------------	------------------	------------------	-------------------	------------------	------------------	--------------------	-------------------

Total de cooeração técnica por programa sectorial	5,871,848	996,405	1,415,994	4,531,918	4,821,166	6,515,349	3,477,922	2,360,390	3,543,537	0	0	262,815	259,524	460,318	34,517,185
--	------------------	----------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	----------	----------	----------------	----------------	----------------	-------------------

% de CT por Ajuda Programática	60%	20%	15%	11.5%	6%	4.5%	60%	50%	20%	0%	2%	5%	10%
---------------------------------------	------------	------------	------------	--------------	-----------	-------------	------------	------------	------------	-----------	-----------	-----------	------------

Estados Unidos																
Nações Unidas																

Total	9,786,413	4,982,025	9,439,959	39,407,984	80,352,770	144,785,524	5,796,537	4,720,779	17,717,687	1,283,838	7,857,142	13,140,731	5,190,475	4,603,175	349,065,039	34,517,185
--------------	------------------	------------------	------------------	-------------------	-------------------	--------------------	------------------	------------------	-------------------	------------------	------------------	-------------------	------------------	------------------	--------------------	-------------------

Total de cooeração técnica por programa sectorial	5,871,848	996,405	1,415,994	4,531,918	4,821,166	6,515,349	3,477,922	2,360,390	3,543,537	0	0	262,815	259,524	460,318	34,517,185
--	------------------	----------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	----------	----------	----------------	----------------	----------------	-------------------

% de CT por Ajuda Programática	60%	20%	15%	11.5%	6%	4.5%	60%	50%	20%	0%	2%	5%	10%
---------------------------------------	------------	------------	------------	--------------	-----------	-------------	------------	------------	------------	-----------	-----------	-----------	------------

ANEXO 9

IMPOSTOS

Doadores	Programas sectoriais (PS)	Montante que não impõe isenção ao pagamento de impostos e direitos	Projectos	Montante que está sujeito ao pagamento de impostos e direitos	Programas sectoriais e projectos	Montante total que não impõe isenção de pagamento de impostos e direitos	% da ajuda a PS e projectos que não impõe isenção de pagamento de impostos
BAD	0	0	46,943,469	0	46,943,469	0	0
Áustria	1,428,571	1,428,571			1,428,571	1,428,571	100
Bélgica	1,388,889	1,388,889	3,079,409	3,079,409	4,468,298	4,468,298	100
Canada	33,272,727	33,272,727	7,981,231	7,981,231	41,253,958	41,253,958	100
Dinamarca	21,488,464	21,488,464	31,608,784	27,960,325	53,097,248	49,448,789	93
DFID	34,350,000	34,350,000	1,821,318	0	36,171,318	34,350,000	95
Comissão Europeia	29,228,571	29,228,571	33,236,892	0	62,465,463	29,228,571	47
Finlândia	22,971,429	22,971,429	3,525,249	3,525,249	26,496,678	22,971,429	100
França	8,660,983	4,285,714	10,159,197	3,168,746	18,820,179	7,454,460	40
Alemanha	43,064,525	43,064,525	37,186,884	29,280,985	80,251,409	72,345,510	90
Irlanda	29,514,974	0	220,588	220,588	29,735,562	220,588	1
Itália	2,142,857	2,142,857	3,811,500	3,811,500	5,954,357	5,954,357	100
Holanda	41,857,141	41,857,141	12,242,856	12,242,856	54,099,997	54,099,997	100
Noruega	12,030,635	12,030,635	19,962,441	0	31,993,076	12,030,635	38
Portugal	575,000	0	53,576,161	0	54,151,161	0	0
Espanha	7,142,857	7,142,857	3,742,857	3,742,857	10,885,714	10,885,714	100
Suécia	15,820,671	15,041,451	22,862,396	22,862,396	38,683,067	37,903,847	98
Suíça	4,909,091	4,909,091	2,348,930	2,348,930	7,258,021	7,258,021	100
Banco Mundial	43,592,922	0	101,027,756	0	144,620,678	0	0

Total PAP	353,440,307	274,602,923	395,337,918	116,699,823	748,778,226	391,302,746	53
------------------	--------------------	--------------------	--------------------	--------------------	--------------------	--------------------	-----------

Estados Unidos	0	0	263,331,583	0	263,331,583	0	0
Nações Unidas	3,000,000	0	87,154,245	0	90,154,245	0	0

Total PAP + NU + EUA	356,440,307	274,602,923	745,823,746	116,699,823	1,102,264,054	391,302,746	35
-----------------------------	--------------------	--------------------	--------------------	--------------------	----------------------	--------------------	-----------

ANEXO 10
QUESTIONÁRIO DOS PAP

Questionnaire for the Study:

"Mozambique Programme Aid Partners Performance: Review – 2009"

Important Information

This questionnaire is an integral part of the study "Mozambique Programme Aid Partners Performance: Review – 2009", which forms part of the mutual accountability exercise agreed between the Programme Aid Partners (PAPs) and the Government of Mozambique (GoM). The aim of the questionnaire is to gather information related to the performance of each of the 19 PAPs and each of the 2 associated members in 2009 with respect to the agreed PAPs' Performance Assessment Framework (PAF) indicators and targets (approved in the PAF CoG, 12.09.08).

The final report of this study needs to be submitted by the 26th of March 2010 in order to be included in the Joint Review (JR). A draft report needs to be submitted by the 16th of March. Hence, this questionnaire, fully answered, should be sent back to the consultant not later than the 22nd of February 2010. Late arrival of questionnaires, or incomplete questionnaires, will affect the schedule of the interviews and the remaining schedule of the study. The answered questionnaires should be sent to the following email addresses:

carlos.castelbranco@gmail.com; carlos.castel-branco@iese.ac.mz; rogerio.ossemame@iese.ac.mz and sofia.amarcy@iese.ac.mz

Interviews with all PAPs, associated members and the GoM will take place between the 1st and 5th of February. In these interviews, the answers to the questionnaires will be revised and other issues will be discussed. The PAPs will have the opportunity to redo the questionnaires.

The schedule for this study is very tight and only five working days have been allocated for the interviews with 19 PAPs, two associated members and relevant GoM departments. This means that we will need to have 5-6 interviews per day, and that we need to set up the final interview schedule as early as possible (Form for interview is attached to the questionnaire). For this, we need the full understanding and cooperation of all parties involved.

The consultant can also be contacted by phone: +258 82 (or 84) 3150310 (Carlos Castel-Branco); +258 82 8502470 (Rogério Ossemame) and +258 82 4819820 (Sofia Amarcy).

Attached to this questionnaire are: (i) a questionnaire with qualitative questions, which need also to be answered; (ii) identification of funds that are defined as programme-based sector aid; (iii) table with percentages of coordinated TC per programme; (iv) note with technical information including exchange rates; and (v) form for the schedule of interviews to be filled by PAPs, associated members and GoM.

Thank you for your collaboration.

Identification of the Organization

Date (dd-mm-yy):

Country:

Agency:

Address:

Phone number:

Fax number:

Person who filled the form (name/post):

Phone number (land line and mobile phone):

Email:

Supervisor/Person in Charge (name/post):

Phone number (land line and mobile phone):

Email:

1 Portfolio Composition

Aggregated portfolio composition: Commitments and Disbursements of ODA in 2009 (The tables 1A, 1B and 1C provide background information to calculate answers for PAF indicators 1a); 1b); 2; 6); and 7)

Table 1A: ODA to the GoM committed and disbursed (in units of USD) for 2009

OECD/DAC equivalent	Aid Modality		Committed	Disbursed
		1	Program Aid	0
I.3 Q.14	1.1	General Budget Support		
	1.2	Programme-based Sector Aid (see note 2 below)		
	2	Project Aid	DO NOT FILL	
	3	Support to Provincial Government (non - PBS)	DO NOT FILL	
I.3 Q.3		Sub-Total ODA to GoM	DO NOT FILL	0

Notes: (1) Please, make sure that you fill in the data in units of USD (for example, 10,000,000 instead of 10 million); (2) Programme-based sector aid includes only the sector common funds identified in the attached tables. If the PAP believes that other sector aid programmes qualify as programme-based sector aid given the OECD/DAC criteria, please present the case duly justified to the relevant reference group; (3) Use the same exchange rate for both disbursements and commitments as provided in the questionnaire's technical notes (attached); (4) Please do not fill cells in orange, as they contain automatic formulae.

For item 1.1 only (GBS) in Table 1A (above), please, explain the reasons for the difference between "Committed" and "Disbursed".

Is the difference:

(a) Related to the Government of Mozambique (GoM)

i. Breaching of underlying principles (Y/N):

Please, specify:

ii. Others:

(b) Related to the donor (Y/N):

Please, specify:

(c) Related to both GoM and donors (Y/N):

Please, specify:

(d) Other reasons:

Were the causes, mentioned above, for the differences between commitments and disbursements:

(a) Discussed with the GoM ? (Y/N):

(b) Agreed with the GoM ? (Y/N):

(c) Discussed with other PAPs? (Y/N):

(d) Agreed with other PAPs? (Y/N):

Add additional explanatory information if necessary:

Table 1B: Non-GoM AID disbursed (in units USD) for 2009 (beneficiary and executing agencies are non-GoM)

Private Sector Support	
NGOs	
Agency Internal Costs	
Others (specify)	
Sub-Total non-GoM ODA	0

Notes: (1) Please, make sure that you fill in the data in units of USD; (2) Items in this table refer to primary beneficiaries and executing agencies. (3) If your agency provides AID to "others" than private sector, NGOs and internal agency costs, please write the specification for "others" in the allocated cell, and insert as many rows as necessary. Please do not fill cells in orange, as they contain automatic formulae.

Add explanatory information if necessary:

Table 1C: Total ODA disbursed to Mozambique
 (Please, do not fill this table)

OECD/DAC equivalent	Summary of ODA	In units of USD
I.3 Q3	Sub-Total ODA to GoM (1)	0
= I.3 (Q.1-Q3)	Sub-Total non-GoM ODA (2)	0
I.3 Q.1	Total ODA disbursed (1+2)	0

2 Predictability

2.1 Multi-Year Indicative Commitments for GBS (PAF indicator 3.)

Do you have a multi-year agreement with the GoM for GBS (Y/N)?	Which years are covered?	Does it include firm financial pledges and/or commitments?

Add additional information if necessary:

Please, add any details deemed relevant to clarify the answers given above:

2.2. Disbursements and the State Budget

2.2.1 Schedule of commitments and disbursements of GBS in 2009 (in units of USD) (PAF indicators 4 and 5.)

	Yes	No	Explain
Were your financial commitments for GBS in 2009 made within 4 weeks after the JR in 2008?			
Did your organization disburse all the committed funds for 2009 according to the disbursement schedule agreed?			

Note: Answers will be cross checked with information provided by the PAPs' secretariat and by the Treasury.

Please, add details deemed necessary to clarify the answers given above:

2.2.2 ODA recorded in the budget in 2009 (in US\$) (PAF indicators 6 and 7.)

	Value (in units of USD)	Explain
How much ODA was recorded in the budget?		
Is it possible to identify specific categories of items NOT recorded in the State Budget that should have been recorded? Please, indicate the items.		

Note: The points allocated to indicators 6 and 7 of the PAPs PAF (which require the information provided on the table above) will be excluded from the classification because the accuracy of the amounts recorded in the budget is not solely under PAPs responsibility. Hence, in cases of no compliance with the target it is difficult to know when it was due to PAPs or not. However, even if it is excluded from the classification, this issue is going to be discussed during the interviews and the consultants would like to have a detailed report by each PAP of inconsistencies regarding the record of ODA in the budget. In the final report, there will be a detailed note on this issue.

Please, add details deemed necessary to clarify the answers given above:

2.3 Commitment for the CFMP (PAF indicator 8.)

Where the commitment for the CFMP sent to the GoM on the 15th of February? ____ (Y/N) If the answer is "No", please explain Why:

2.4 Sectors

Of the key sectors with sector-aid programs in which you participate, please indicate,

2.4.1 Programme-based sector aid for 2009 (This table provides background information to answer PAF indicators 1a) 2) 12) 13) 14) and 15)

OECD/DAC equivalent	SECTORS	Programme	How do you participate (A)	Funds disbursed (in units of USD) (B)	Have you delegated cooperation to another donor? (Y/N, specify donor)	Has another donor delegated cooperation on your organization? (Y/N, specify donor)	On which of the programmes mentioned you do not impose any tax exemption conditions?
= I.3 Q.3-GBS	Public Finance Management	UTRAFE					
	Public Sector Reform	UTRESP					
	National Statistic	INE					
	Agriculture	PROAGRI					
	Health	PROSAUDE II					
	Education	FASE					
	Tax	ATA					
	Tribunal Administrativo	TAA					
	HIV/SIDA	CNCS					
	Support to Niassa	Provincial Budget Support					
	Water and Sanitation	ASAS					
	Roads	PRISE					
	Ação Social	INAS					
Fisheries	FC-Pescas						
	TOTAL			0			0

Notes: (A) Donor, Coordinating Donor or Observer. (B) Please put data only for programme-based aid (for example, agriculture: PROAGRI; health: ProSaude II, education: FASE). If the PAP believes that other sector aid programmes qualify as programme-based sector aid given the OECD/DAC criteria, please present the case duly justified to the relevant reference group.

2.4.2 Project-based sector aid for 2009 (This table provides background information to answer PAF indicators 1a) 2) 12) 13) 14) and 15).

OECD/DAC equivalent	SECTORS (fill in the names of the sectors where your agency operates with projects)	Designation of the Project	How do you participate (A)	Funds disbursed (in units of USD) (B)	Have you delegated cooperation to another donor? (Y/N, specify donor)	Has another donor delegated cooperation on your organization? (Y/N, specify donor)	On which of the Projects mentioned you do not impose any tax exemption conditions?
= I.3 Q.3-GBS							
	TOTAL			0			0

Notes: (A) Donor, Coordinating Donor or Observer. (B) Please put data only for project-based, example in agriculture - which is not PROAGRI, in Health - which is not ProSaude II. Please fill in the sectors in which you are involved financing projects.

3 Harmonization and Alignment

3.1. Harmonization of conditionality

3.1.1 Common conditionality in 2009 (PAF indicator 9)

	Yes	No	Explain
Has your organization adhered to the common conditionalities of GBS as defined by the PAF and basic principles?			
Has any particular event (or set of events) triggered a decision from your organization that in any way changed the amounts committed and disbursed and/or the schedule of disbursements?			
Can you justify your decision to change amounts/schedule on the basis of the common conditionalities?			
Would you, instead, justify your decision on the basis of the bilateral agreement?			
Have the other PAFs agreed with your analysis of the problem?			
Have they supported your decision?			
If they did not support your position, did you reconsider and change your decision?			
How did the GoM react to your decision?			

Please, add details deemed necessary to clarify the answers given above:

3.1.2 Annex 10 bilateral exceptions in the MoU in 2009 (PAF indicator 10.)

	Yes	No	Explain
Does/did your organization have annex 10 exceptions in the MoU?			
Have you eliminated your annex 10 exceptions?			
Have you taken steps, or are taking steps, to eliminate annex 10 exceptions?			
Which exceptions have been, or are going to be, eliminated and why?			
Which exceptions remain and why?			

Please, add details deemed necessary to clarify the answers given above:

3.1.3 Harmonization of bilateral agreements (PAF indicator 11)

Is your bilateral agreement strictly harmonized with the MoU? ___(Y/N) If the answer is "No", please explain which aspects are not harmonized and what you intend to do about it:

Note: this indicator will not be counted for the ranking of PAPs but the information from the PAPs is still important.

3.2 Utilisation of government systems and reporting in 2009 (PAF indicators 12, 13 and 14.)

OECD/DAC equivalent		Amount (in units of USD)	Explain
I.5a Q.7	ODA that is disbursed according to national procedures of budget execution.		
I.5a Q.9	ODA that is audited using ONLY national auditing systems.		
I.5a Q.8	ODA that requires ONLY national financial reporting systems.		
I.5b Q.11	ODA that utilises ONLY national procurement systems.		

For common funds please fill in the information according to the criteria defined in the Sector Budget Support Assessment table (attached). This information will be cross checked and corrected by the consultants for consistency with the Sector Budget Support Assessment table. If you include non-programme based sector aid, please use the third column to specify the projects you have included. This information will be discussed during each PAP interview.

Please, add details deemed necessary to clarify the answers given above:

3.3 PAPs' joint work in 2009 (PAF indicators 16a) 16b) 17.)

OECD/DAC equivalent		Number	Other agencies involved	Description
I.10a Q.17	Total joint missions (a)			
I.10a Q.16	Total missions			
I.10b Q.19	Analytical work that is coordinated (b)			
I.10b Q.18	Analytical work undertaken			

Note: (a) please, make sure that you list the joint missions and indicate the other agencies involved, such that we can avoid double counting. (b) please, make sure that you list the analytical work done and the other agencies involved, such that we can avoid double counting.

Please, add any details deemed necessary to clarify the answers above:

4 Capacity Strengthening

4.1 Number of parallel Project Implementation Units (PIUs) in 2009 (PAF indicator 19)

OECD/DAC equivalent		Number	Sector	Other agencies involved
I.6 Q.12	Number of parallel PIUs in place			
	What do you intend to do with existing PIUs?			

Please, add any details deemed necessary to clarify the answers above:

4.2 Technical Cooperation in 2009 (PAF indicators 20 and 21.)

OECD/DAC equivalent	Indicator	Amount (in Units of USD)	Comment
I.4 Q.5	Total value of TC provided		
	Total sector-wide TC provided		
	Total non sector-wide coordinated TC provided		

Note: For sector wide (common funds) TC provided please consider the percentages of TA component for each of the programme based sector aid, according to the Sector Budget Support Assessment table (attached). For non-sector wide coordinated TC please make sure you also provide information about sectors, other agencies involved and how you have calculated the respective amounts of coordinated TC provided. Put this information in the third column of the table (comment).

Please, add any details deemed necessary to clarify the answers above:

Evaluation of Progress in Development Partnership involving the PAPs/GoM MoU signatories (please, present your analysis and give concrete examples)

What is your opinion regarding the following issues involving the PAPs/GoM MoU signatories	In 2009 relative to 2008	Over the period 2004/2009
Areas of development partnership that have recorded significant improvement...		
Of the areas with significant progress mentioned above, please identify and list the 2-3 you think were the most important		
Areas that are lagging behind and need significant improvement...		
Of the areas lagging behind mentioned above, please identify and list the 2-3 you think were the most important		
What could have/or still can be done to value progress and address the areas lagging behind (lessons for the future)		

Challenges ahead for the PAPs regarding the development partnership in Mozambique

What are your opinion about challenges with respect to....	General identification/analysis of the challenge and concrete examples	How to deal with the challenge
...aid volumes and portfolio composition		
...predictability and use of national systems		
...technical cooperation		
...policy dialogue		
...coordination amongst donors (PAPs, DPG, working groups, code of conduct, etc.)		
...changing bilateral rules of the PAPs (for example, annex 10 exceptions) to adjust to common and best trends and practices		
...aid policy and strategy in Mozambique		
...the impact of the "international crisis"		
...any other challenges you may identify related to your agency or to the PAPs as a whole.		

Evaluation of the PAFs Performance Review 2004/2009

With respect to the PAFs performance review, what is your opinion about...	General evaluation	Concrete examples for each of your comments
Major positive impacts and usefulness made of the study		
Major problems with the study		
Suggestions about what should this evaluation aim at in the future		
Suggestions about PAF indicators and procedures that should be reviewed/changed for the future		
Suggestions about what can be done to improve/change the entire exercise of performance review in the future (more globally)		

ANEXO 10

INDICADORES DA DECLARAÇÃO DE PARIS

Joint Progress
Toward Enhanced
Aid Effectiveness



Harmonisation,
Alignment,
Results

High Level Forum
Paris ■ February 28 - March 2, 2005

PARIS DECLARATION ON AID EFFECTIVENESS

Ownership, Harmonisation, Alignment, Results
and Mutual Accountability

I. Statement of Resolve

1. We, Ministers of developed and developing countries responsible for promoting development and Heads of multilateral and bilateral development institutions, meeting in Paris on 2 March 2005, resolve to take far-reaching and monitorable actions to reform the ways we deliver and manage aid as we look ahead to the UN five-year review of the Millennium Declaration and the Millennium Development Goals (MDGs) later this year. As in Monterrey, we recognise that while the volumes of aid and other development resources must increase to achieve these goals, aid effectiveness must increase significantly as well to support partner country efforts to strengthen governance and improve development performance. This will be all the more important if existing and new bilateral and multilateral initiatives lead to significant further increases in aid.

2. At this High-Level Forum on Aid Effectiveness, we followed up on the Declaration adopted at the High-Level Forum on Harmonisation in Rome (February 2003) and the core principles put forward at the Marrakech Roundtable on Managing for Development Results (February 2004) because we believe they will increase the impact aid has in reducing poverty and inequality, increasing growth, building capacity and accelerating achievement of the MDGs.

Scale up for more effective aid

3. We reaffirm the commitments made at Rome to harmonise and align aid delivery. We are encouraged that many donors and partner countries are making aid effectiveness a high priority, and we reaffirm our commitment to accelerate progress in implementation, especially in the following areas:

- i. Strengthening partner countries' national development strategies and associated operational frameworks (e.g., planning, budget, and performance assessment frameworks).
- ii. Increasing alignment of aid with partner countries' priorities, systems and procedures and helping to strengthen their capacities.
- iii. Enhancing donors' and partner countries' respective accountability to their citizens and parliaments for their development policies, strategies and performance.
- iv. Eliminating duplication of efforts and rationalising donor activities to make them as cost-effective as possible.
- v. Reforming and simplifying donor policies and procedures to encourage collaborative behaviour and progressive alignment with partner countries' priorities, systems and procedures.
- vi. Defining measures and standards of performance and accountability of partner country systems in public financial management, procurement, fiduciary safeguards and environmental assessments, in line with broadly accepted good practices and their quick and widespread application.

4. We commit ourselves to taking concrete and effective action to address the remaining challenges, including:

- i. Weaknesses in partner countries' institutional capacities to develop and implement results-driven national development strategies.
- ii. Failure to provide more predictable and multi-year commitments on aid flows to committed partner countries.

- iii. Insufficient delegation of authority to donors' field staff, and inadequate attention to incentives for effective development partnerships between donors and partner countries.
- iv. Insufficient integration of global programmes and initiatives into partner countries' broader development agendas, including in critical areas such as HIV/AIDS.
- v. Corruption and lack of transparency, which erode public support, impede effective resource mobilisation and allocation and divert resources away from activities that are vital for poverty reduction and sustainable economic development. Where corruption exists, it inhibits donors from relying on partner country systems.

5. We acknowledge that enhancing the effectiveness of aid is feasible and necessary across all aid modalities. In determining the most effective modalities of aid delivery, we will be guided by development strategies and priorities established by partner countries. Individually and collectively, we will choose and design appropriate and complementary modalities so as to maximise their combined effectiveness.

6. In following up the Declaration, we will intensify our efforts to provide and use development assistance, including the increased flows as promised at Monterrey, in ways that rationalise the often excessive fragmentation of donor activities at the country and sector levels.

Adapt and apply to differing country situations

7. Enhancing the effectiveness of aid is also necessary in challenging and complex situations, such as the tsunami disaster that struck countries of the Indian Ocean rim on 26 December 2004. In such situations, worldwide humanitarian and development assistance must be harmonised within the growth and poverty reduction agendas of partner countries. In fragile states, as we support state-building and delivery of basic services, we will ensure that the principles of harmonisation, alignment and managing for results are adapted to environments of weak governance and capacity. Overall, we will give increased attention to such complex situations as we work toward greater aid effectiveness.

Specify indicators, timetable and targets

8. We accept that the reforms suggested in this Declaration will require continued high-level political support, peer pressure and coordinated actions at the global, regional and country levels. We commit to accelerate the pace of change by implementing, in a spirit of mutual accountability, the Partnership Commitments presented in Section II and to measure progress against 12 specific indicators that we have agreed today and that are set out in Section III of this Declaration.

9. As a further spur to progress, we will set targets for the year 2010. These targets, which will involve action by both donors and partner countries, are designed to track and encourage progress at the global level among the countries and agencies that have agreed to this Declaration. They are not intended to prejudge or substitute for any targets that individual partner countries may wish to set. We have agreed today to set five preliminary targets against indicators as shown in Section III. We agree to review these preliminary targets and to adopt targets against the remaining indicators as shown in Section III before the UNGA Summit in September 2005; and we ask the partnership of donors and partner countries hosted by the DAC to prepare for this urgently. Meanwhile, we welcome initiatives by partner countries and donors to establish their own targets for improved aid effectiveness within the framework of the agreed Partnership Commitments and Indicators of Progress. For example, a number of partner countries have presented action plans, and a large number of donors have announced important new commitments. We invite all participants who wish to provide information on such initiatives to submit it by 4 April 2005 for subsequent publication.

Monitor and evaluate implementation

10. Because demonstrating real progress at country level is critical, under the leadership of the partner country we will periodically assess, qualitatively as well as quantitatively, our mutual progress at country level in implementing agreed commitments on aid effectiveness. In doing so, we will make use of appropriate country level mechanisms.

11. At the international level, we call on the partnership of donors and partner countries hosted by the DAC to broaden partner country participation and, by the end of 2005, to propose arrangements for the medium term monitoring of the commitments in this Declaration. In the meantime, we ask the partnership to

co-ordinate the international monitoring of the Indicators of Progress included in Section III; to refine targets as necessary; to provide appropriate guidance to establish baselines; and to enable consistent aggregation of information across a range of countries to be summed up in a periodic report. We will also use existing peer review mechanisms and regional reviews to support progress in this agenda. We will, in addition, explore independent cross-country monitoring and evaluation processes—which should be applied without imposing additional burdens on partners – to provide a more comprehensive understanding of how increased aid effectiveness contributes to meeting development objectives.

12. Consistent with the focus on implementation, we plan to meet again in 2008 in a developing country and conduct two rounds of monitoring before then to review progress in implementing this Declaration.

II. Partnership Commitments

13. Developed in a spirit of mutual accountability, these Partnership Commitments are based on the lessons of experience. We recognise that commitments need to be interpreted in the light of the specific situation of each partner country.

OWNERSHIP

Partner countries exercise effective leadership over their development policies, and strategies and co-ordinate development actions

14. **Partner countries** commit to:

- Exercise leadership in developing and implementing their national development strategies¹ through broad consultative processes.
- Translate these national development strategies into prioritised results-oriented operational programmes as expressed in medium-term expenditure frameworks and annual budgets (**Indicator 1**).
- Take the lead in co-ordinating aid at all levels in conjunction with other development resources in dialogue with donors and encouraging the participation of civil society and the private sector.

15. **Donors** commit to:

- Respect partner country leadership and help strengthen their capacity to exercise it.

ALIGNMENT

Donors base their overall support on partner countries' national development strategies, institutions and procedures

Donors align with partners' strategies

16. **Donors** commit to:

- Base their overall support — country strategies, policy dialogues and development co-operation programmes — on partners' national development strategies and periodic reviews of progress in implementing these strategies² (**Indicator 3**).
- Draw conditions, whenever possible, from a partner's national development strategy or its annual review of progress in implementing this strategy. Other conditions would be included only when a sound justification exists and would be undertaken transparently and in close consultation with other donors and stakeholders.

¹ The term "national development strategies" includes poverty reduction and similar overarching strategies as well as sector and thematic strategies.

² This includes for example the Annual Progress Review of the Poverty Reduction Strategies (APR).

- Link funding to a single framework of conditions and/or a manageable set of indicators derived from the national development strategy. This does not mean that all donors have identical conditions, but that each donor's conditions should be derived from a common streamlined framework aimed at achieving lasting results.

Donors use strengthened country systems

17. Using a country's own institutions and systems, where these provide assurance that aid will be used for agreed purposes, increases aid effectiveness by strengthening the partner country's sustainable capacity to develop, implement and account for its policies to its citizens and parliament. Country systems and procedures typically include, but are not restricted to, national arrangements and procedures for public financial management, accounting, auditing, procurement, results frameworks and monitoring.

18. Diagnostic reviews are an important—and growing—source of information to governments and donors on the state of country systems in partner countries. Partner countries and donors have a shared interest in being able to monitor progress over time in improving country systems. They are assisted by performance assessment frameworks, and an associated set of reform measures, that build on the information set out in diagnostic reviews and related analytical work.

19. **Partner countries** and **donors** jointly commit to:

- Work together to establish mutually agreed frameworks that provide reliable assessments of performance, transparency and accountability of country systems (**Indicator 2**).
- Integrate diagnostic reviews and performance assessment frameworks within country-led strategies for capacity development.

20. **Partner countries** commit to:

- Carry out diagnostic reviews that provide reliable assessments of country systems and procedures.
- On the basis of such diagnostic reviews, undertake reforms that may be necessary to ensure that national systems, institutions and procedures for managing aid and other development resources are effective, accountable and transparent.
- Undertake reforms, such as public management reform, that may be necessary to launch and fuel sustainable capacity development processes.

21. **Donors** commit to:

- Use country systems and procedures to the maximum extent possible. Where use of country systems is not feasible, establish additional safeguards and measures in ways that strengthen rather than undermine country systems and procedures (**Indicator 5**).
- Avoid, to the maximum extent possible, creating dedicated structures for day-to-day management and implementation of aid-financed projects and programmes (**Indicator 6**).
- Adopt harmonised performance assessment frameworks for country systems so as to avoid presenting partner countries with an excessive number of potentially conflicting targets.

Partner countries strengthen development capacity with support from donors

22. The capacity to plan, manage, implement, and account for results of policies and programmes, is critical for achieving development objectives — from analysis and dialogue through implementation, monitoring and evaluation. Capacity development is the responsibility of partner countries with donors playing a support role. It needs not only to be based on sound technical analysis, but also to be responsive to the broader social, political and economic environment, including the need to strengthen human resources.

23. **Partner countries** commit to:

- Integrate specific capacity strengthening objectives in national development strategies and pursue their implementation through country-led capacity development strategies where needed.

24. **Donors** commit to:

- Align their analytic and financial support with partners' capacity development objectives and strategies, make effective use of existing capacities and harmonise support for capacity development accordingly (**Indicator 4**).

Strengthen public financial management capacity

25. **Partner countries** commit to:
- Intensify efforts to mobilise domestic resources, strengthen fiscal sustainability, and create an enabling environment for public and private investments.
 - Publish timely, transparent and reliable reporting on budget execution.
 - Take leadership of the public financial management reform process.
26. **Donors** commit to:
- Provide reliable indicative commitments of aid over a multi-year framework and disburse aid in a timely and predictable fashion according to agreed schedules (**Indicator 7**).
 - Rely to the maximum extent possible on transparent partner government budget and accounting mechanisms (**Indicator 5**).
27. **Partner countries** and **donors** jointly commit to:
- Implement harmonised diagnostic reviews and performance assessment frameworks in public financial management.

Strengthen national procurement systems

28. **Partner countries** and **donors** jointly commit to:
- Use mutually agreed standards and processes³ to carry out diagnostics, develop sustainable reforms and monitor implementation.
 - Commit sufficient resources to support and sustain medium and long-term procurement reforms and capacity development.
 - Share feedback at the country level on recommended approaches so they can be improved over time.
29. **Partner countries** commit to take leadership and implement the procurement reform process.
30. **Donors** commit to:
- Progressively rely on partner country systems for procurement when the country has implemented mutually agreed standards and processes (**Indicator 5**).
 - Adopt harmonised approaches when national systems do not meet mutually agreed levels of performance or donors do not use them.

Untie aid: getting better value for money

31. Untying aid generally increases aid effectiveness by reducing transaction costs for partner countries and improving country ownership and alignment. **DAC Donors** will continue to make progress on untying as encouraged by the 2001 DAC Recommendation on Untying Official Development Assistance to the Least Developed Countries (**Indicator 8**).

³ Such as the processes developed by the joint OECD-DAC—World Bank Round Table on Strengthening Procurement Capacities in Developing Countries.

HARMONISATION

Donors' actions are more harmonised, transparent and collectively effective

Donors implement common arrangements and simplify procedures

32. **Donors** commit to:

- Implement the donor action plans that they have developed as part of the follow-up to the Rome High-Level Forum.
- Implement, where feasible, common arrangements at country level for planning, funding (e.g. joint financial arrangements), disbursement, monitoring, evaluating and reporting to government on donor activities and aid flows. Increased use of programme-based aid modalities can contribute to this effort (**Indicator 9**).
- Work together to reduce the number of separate, duplicative, missions to the field and diagnostic reviews (**Indicator 10**); and promote joint training to share lessons learnt and build a community of practice.

Complementarity: more effective division of labour

33. Excessive fragmentation of aid at global, country or sector level impairs aid effectiveness. A pragmatic approach to the division of labour and burden sharing increases complementarity and can reduce transaction costs.

34. **Partner countries** commit to:

- Provide clear views on donors' comparative advantage and on how to achieve donor complementarity at country or sector level.

35. **Donors** commit to:

- Make full use of their respective comparative advantage at sector or country level by delegating, where appropriate, authority to lead donors for the execution of programmes, activities and tasks.
- Work together to harmonise separate procedures.

Incentives for collaborative behaviour

36. **Donors** and **partner countries** jointly commit to:

- Reform procedures and strengthen incentives—including for recruitment, appraisal and training—for management and staff to work towards harmonisation, alignment and results.

Delivering effective aid in fragile states⁴

37. The long-term vision for international engagement in fragile states is to build legitimate, effective and resilient state and other country institutions. While the guiding principles of effective aid apply equally to fragile states, they need to be adapted to environments of weak ownership and capacity and to immediate needs for basic service delivery.

38. **Partner countries** commit to:

- Make progress towards building institutions and establishing governance structures that deliver effective governance, public safety, security, and equitable access to basic social services for their citizens.
- Engage in dialogue with donors on developing simple planning tools, such as the transitional results matrix, where national development strategies are not yet in place.
- Encourage broad participation of a range of national actors in setting development priorities.

⁴ The following section draws on the draft Principles for Good International Engagement in Fragile States, which emerged from the Senior Level Forum on Development Effectiveness in Fragile States (London, January 2005).

39. **Donors** commit to:

- Harmonise their activities. Harmonisation is all the more crucial in the absence of strong government leadership. It should focus on upstream analysis, joint assessments, joint strategies, co-ordination of political engagement; and practical initiatives such as the establishment of joint donor offices.
- Align to the maximum extent possible behind central government-led strategies or, if that is not possible, donors should make maximum use of country, regional, sector or non-government systems.
- Avoid activities that undermine national institution building, such as bypassing national budget processes or setting high salaries for local staff.
- Use an appropriate mix of aid instruments, including support for recurrent financing, particularly for countries in promising but high-risk transitions.

Promoting a harmonised approach to environmental assessments

40. Donors have achieved considerable progress in harmonisation around environmental impact assessment (EIA) including relevant health and social issues at the project level. This progress needs to be deepened, including on addressing implications of global environmental issues such as climate change, desertification and loss of biodiversity.

41. **Donors** and **partner countries** jointly commit to:

- Strengthen the application of EIAs and deepen common procedures for projects, including consultations with stakeholders; and develop and apply common approaches for "strategic environmental assessment" at the sector and national levels.
- Continue to develop the specialised technical and policy capacity necessary for environmental analysis and for enforcement of legislation.

42. Similar harmonisation efforts are also needed on other cross-cutting issues, such as gender equality and other thematic issues including those financed by dedicated funds.

MANAGING FOR RESULTS

Managing resources and improving decision-making for results

43. Managing for results means managing and implementing aid in a way that focuses on the desired results and uses information to improve decision-making.

44. **Partner countries** commit to:

- Strengthen the linkages between national development strategies and annual and multi-annual budget processes.
- Endeavour to establish results-oriented reporting and assessment frameworks that monitor progress against key dimensions of the national and sector development strategies; and that these frameworks should track a manageable number of indicators for which data are cost-effectively available (**Indicator 11**).

45. **Donors** commit to:

- Link country programming and resources to results and align them with effective partner country performance assessment frameworks, refraining from requesting the introduction of performance indicators that are not consistent with partners' national development strategies.
- Work with partner countries to rely, as far as possible, on partner countries' results-oriented reporting and monitoring frameworks.
- Harmonise their monitoring and reporting requirements, and, until they can rely more extensively on partner countries' statistical, monitoring and evaluation systems, with partner countries to the maximum extent possible on joint formats for periodic reporting.

46. **Partner countries** and **donors** jointly commit to:
- Work together in a participatory approach to strengthen country capacities and demand for results based management.

MUTUAL ACCOUNTABILITY

Donors and partners are accountable for development results

47. A major priority for partner countries and donors is to enhance mutual accountability and transparency in the use of development resources. This also helps strengthen public support for national policies and development assistance.

48. **Partner countries** commit to:

- Strengthen as appropriate the parliamentary role in national development strategies and/or budgets.
- Reinforce participatory approaches by systematically involving a broad range of development partners when formulating and assessing progress in implementing national development strategies.

49. **Donors** commit to:

- Provide timely, transparent and comprehensive information on aid flows so as to enable partner authorities to present comprehensive budget reports to their legislatures and citizens.

50. **Partner countries** and **donors** commit to:

- Jointly assess through existing and increasingly objective country level mechanisms mutual progress in implementing agreed commitments on aid effectiveness, including the Partnership Commitments. (**Indicator 12**).

III. Indicators of Progress

To be measured nationally and monitored internationally

OWNERSHIP		TARGETS FOR 2010
1	<i>Partners have operational development strategies</i> — Number of countries with national development strategies (including PRSs) that have clear strategic priorities linked to a medium-term expenditure framework and reflected in annual budgets.	At least 75%* of partner countries
ALIGNMENT		TARGETS FOR 2010
2	<i>Reliable country systems</i> — Number of partner countries that have procurement and public financial management systems that either (a) adhere to broadly accepted good practices or (b) have a reform programme in place to achieve these.	Target for improvement to be set by September 2005
3	<i>Aid flows are aligned on national priorities</i> — Percent of aid flows to the government sector that is reported on partners' national budgets.	85%* of aid flows reported on budgets
4	<i>Strengthen capacity by co-ordinated support</i> — Percent of donor capacity-development support provided through co-ordinated programmes consistent with partners' national development strategies.	Target for improvement to be set by September 2005
5	<i>Use of country systems</i> — Percent of donors and of aid flows that use partner country procurement and/or public financial management systems in partner countries, which either (a) adhere to broadly accepted good practices or (b) have a reform programme in place to achieve these.	Target for improvement to be set by September 2005
6	<i>Strengthen capacity by avoiding parallel implementation structures</i> — Number of parallel project implementation units (PIUs) per country.	Target for improvement to be set by September 2005
7	<i>Aid is more predictable</i> — Percent of aid disbursements released according to agreed schedules in annual or multi-year frameworks.	At least 75%* of such aid released on schedule
8	<i>Aid is untied</i> — Percent of bilateral aid that is untied.	Continued progress
HARMONISATION		TARGETS FOR 2010
9	<i>Use of common arrangements or procedures</i> — Percent of aid provided as programme-based approaches ⁵	At least 25%*
10	<i>Encourage shared analysis</i> — Percent of (a) field missions and/or (b) country analytic work, including diagnostic reviews that are joint.	Target for improvement to be set by September 2005
MANAGING FOR RESULTS		TARGET FOR 2010
11	<i>Results-oriented frameworks</i> — Number of countries with transparent and monitorable performance assessment frameworks to assess progress against (a) the national development strategies and (b) sector programmes.	75%* of partner countries
MUTUAL ACCOUNTABILITY		TARGET FOR 2010
12	<i>Mutual accountability</i> — Number of partner countries that undertake mutual assessments of progress in implementing agreed commitments on aid effectiveness including those in this Declaration.	Target for improvement to be set by September 2005

* These figures will be confirmed or amended by September 2005.

⁵ See methodological notes for a definition of programme based approaches.

Appendix A:

Methodological Notes on the Indicators of Progress

The Partnership Objectives provides a framework in which to make operational the responsibilities and accountabilities that are framed in the Paris Declaration on Aid Effectiveness. This framework draws selectively from the Partnership Commitments presented in Section II of this Declaration.

Purpose—The Partnership Objectives provide a framework in which to make operational the responsibilities and accountabilities that are framed in the Paris Declaration on Aid Effectiveness. They measure principally **collective behaviour at the country level**.

Country level vs. global level — The indicators are to be **measured at the country level** in close collaboration between partner countries and donors. Values of country level indicators can then be statistically aggregated at the **regional or global level**. This global aggregation would be done both for the country panel mentioned below, for purposes of statistical comparability, and more broadly for all partner countries for which relevant data are available.

Donor / Partner country performance — The indicators of progress also provide a **benchmark against which individual donor agencies or partner countries can measure their performance** at the country, regional, or global level. In measuring individual donor performance, the indicators should be applied with flexibility in the recognition that donors have different institutional mandates.

Targets — The targets are set at the global level. Progress against these targets is to be measured by aggregating data measured at the country level. In addition to global targets, partner countries and donors in a given country might agree on country-level targets.

Baseline — A baseline will be established for 2005 in a panel of self-selected countries. The partnership of donors and partner countries hosted by the DAC (Working Party on Aid Effectiveness) is asked to establish this panel.

Definitions and criteria — The partnership of donors and partner countries hosted by the DAC (Working Party on Aid Effectiveness) is asked to provide specific guidance on definitions, scope of application, criteria and methodologies to assure that results can be aggregated across countries and across time.

Note on Indicator 9 — Programme based approaches are defined in Volume 2 of Harmonising Donor Practices for Effective Aid Delivery (OECD, 2005) in Box 3.1 as a way of engaging in development cooperation based on the principles of co-ordinated support for a locally owned programme of development, such as a national development strategy, a sector programme, a thematic programme or a programme of a specific organisation. Programme-based approaches share the following features: (a) leadership by the host country or organisation; (b) a single comprehensive programme and budget framework; (c) a formalised process for donor co-ordination and harmonisation of donor procedures for reporting, budgeting, financial management and procurement; (d) Efforts to increase the use of local systems for programme design and implementation, financial management, monitoring and evaluation. For the purpose of indicator 9 performance will be measured separately across the aid modalities that contribute to programme-based approaches.

APPENDIX B: List of Participating Countries and Organisations

Participating Countries

Albania	Australia	Austria
Bangladesh	Belgium	Benin
Bolivia	Botswana	[Brazil]*
Burkina Faso	Burundi	Cambodia
Cameroon	Canada	China
Congo D.R.	Czech Republic	Denmark
Dominican Republic	Egypt	Ethiopia
European Commission	Fiji	Finland
France	Gambia, The	Germany
Ghana	Greece	Guatemala
Guinea	Honduras	Iceland
Indonesia	Ireland	Italy
Jamaica	Japan	Jordan
Kenya	Korea	Kuwait
Kyrgyz Republic	Lao PDR	Luxembourg
Madagascar	Malawi	Malaysia
Mali	Mauritania	Mexico
Mongolia	Morocco	Mozambique
Nepal	Netherlands	New Zealand
Nicaragua	Niger	Norway
Pakistan	Papua New Guinea	Philippines
Poland	Portugal	Romania
Russian Federation	Rwanda	Saudi Arabia
Senegal	Serbia and Montenegro	Slovak Republic
Solomon Islands	South Africa	Spain
Sri Lanka	Sweden	Switzerland
Tajikistan	Tanzania	Thailand
Timor-Leste	Tunisia	Turkey
Uganda	United Kingdom	United States of America
Vanuatu	Vietnam	Yemen
Zambia		

* To be confirmed by April 2005.

Participating Organisations

African Development Bank	Arab Bank for Economic Development in Africa
Asian Development Bank	Commonwealth Secretariat
Consultative Group to Assist the Poorest (CGAP)	Council of Europe Development Bank (CEB)
Economic Commission for Africa (ECA)	Education for All Fast Track Initiative (EFA-FTI)
European Bank for Reconstruction and Development (EBRD)	European Investment Bank (EIB)
Global Fund to Fight Aids, Tuberculosis and Malaria	G24
Inter-American Development Bank	International Fund for Agricultural Development (IFAD)
International Monetary Fund (IMF)	International Organisation of the Francophonie
Islamic Development Bank	Millennium Campaign
New Partnership for Africa's Development (NEPAD)	Nordic Development Fund
Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD)	Organisation of Eastern Caribbean States (OECS)
OPEC Fund for International Development	Pacific Islands Forum Secretariat
United Nations Development Group (UNDG)	World Bank

Civil Society Organisations

Africa Humanitarian Action	AFRODAD
Bill and Melinda Gates Foundations	Canadian Council for International Cooperation (CCIC)
Comité Catholique contre la Faim et pour le Développement (CCFD)	Coopération Internationale pour le Développement et la Solidarité (CIDSE)
Comisión Económica (Nicaragua)	ENDA Tiers Monde
EURODAD	International Union for Conservation of Nature and Natural Resources (IUCN)
Japan NGO Center for International Cooperation (JANIC)	Reality of Aid Network
Tanzania Social and Economic Trust (TASOET)	UK Aid Network



ANEXO 11
TERMOS DE REFERÊNCIA

Termos de Referência

Avaliação do Desempenho dos Parceiros de Apoio Programático ao Programa de Moçambique - 2009

1. Antecedentes

Um grupo de 19 Parceiros de Apoio Programático (PAPs) providencia apoio ao Orçamento do Estado à Moçambique. Em 2009, um novo Memorando de Entendimento (MdE) para o apoio geral ao orçamento foi assinado entre o Governo de Moçambique (GdM) e os Parceiros de Apoio Programático (PAPs), o qual obriga ao Governo de Moçambique (GdM) e os Parceiros de Apoio Programático (PAPs) aos princípios de mútua prestação de contas, de forma a permitir o sentido de pertença, a previsibilidade dos fluxos de ajuda, o alinhamento com os processos do Governo, e harmonização na monitoria e avaliação dos processos. O novo MdE atribui o estatuto de Membro Associado à EUA e NU, que também subscrevem-se estes princípios de mútua prestação de contas.

Um dos requisitos no MdE é a avaliação conjunta uma vez por ano do desempenho dos PAPs e Membros Associados em relação aos seus compromissos, feita com base num relatório independente do progresso em relação aos indicadores da matriz do Quadro de Avaliação de Desempenho (QAD) dos PAPs. Com base no relatório independente do progresso o GdM avaliará o desempenho individual e conjunto dos PAPs e os Membros Associados em relação aos compromissos feitos. A base para este exercício é criar incentivos para os PAPs e os Membros Associados melhorarem a eficácia da ajuda externa.

O QAD dos PAPs, que estabelece os indicadores e metas para 2009, acordadas durante a Revisão Semestral (RS) em Setembro de 2008, providencia a base para a avaliação do desempenho dos PAPs e os Membros Associados em 2009. A matriz do QAD dos PAPs está inserida no anexo 1.

A avaliação do desempenho será feita de forma agregada para todos os 19 PAPs, e de forma individual para todos os 19 PAPs e 2 Membros Associados, usando o mecanismo acordado (Matriz QAD dos PAPs) durante a Revisão Semestral de 2008 (vide anexo destes TdR).

2. Objectivos

O objectivo principal desta consulta é proporcionar uma revisão independente do desempenho dos parceiros em 2009 contra os seus compromissos avaliados através dos indicadores e metas na matriz do QAD dos PAPs, comparada ao desempenho em 2008.

O consultor deve fazer a avaliação do desempenho dos doadores em termos agregados (para o grupo como um todo – os 19 PAPs) e individual para cada doador (os 19 PAPs e 2 membros associados).

O exercício acima referido requer que o consultor(es) prepare um questionário a ser preenchido individualmente por cada doador dos PAPs e os Membros Associados. O questionário deve ser elaborado em torno da matriz do QAD dos PAPs, tendo em atenção o novo MdE, em especial os artigos 17, 29 e 40. O consultor deve organizar uma sessão de esclarecimento de dúvidas ou definições e da metodologia usada com representantes de todos os doadores para evitar que o questionário seja interpretado de forma diferente pelos diferentes parceiros.

O consultor deverá entrevistar o GdM e todos os PAPs pelo menos uma vez conforme a tabela abaixo indicada.

3. Requisitos de Competência e Experiência

É necessária uma equipa com 2 consultores no máximo. Os consultores devem estar familiarizados com as práticas dos doadores em Moçambique, com o trabalho na harmonização e alinhamento do OECD DAC e SPA, e com a literatura sobre a eficácia de ajuda externa.

4. Cronograma

O número total de dias de trabalho será até 15 dias para o chefe da equipa e 14 dias para o outro membro. Os resultados deverão ser apresentados ao GdM e aos PAPs em forma de sumários e relatórios.

Calendário:

1-5 de Fevereiro	Leituras preparatórias e preparação de questionários (incluindo consulta com o Grupo de Referência sobre o conteúdo do questionário)
8 de Fevereiro	Envio dos Questionários finais a todos os doadores.
11 de Fevereiro	Apresentação sumária a todos os PAPs do questionário para esclarecimento de dúvidas/definições etc.
25 de Fevereiro	Prazo para devolução dos questionários ao consultor.
1-5 de Março	Reuniões do consultor com o GdM e os PAPs individuais
12 de Março	Primeiro esboço do relatório enviado ao GdM e aos PAPs
19 de Março	Envio de comentários/correcções pelo Grupo de Referência ao consultor
26 de Março	Envio do relatório final ao GdM e doadores (em Português)
13 de Abril	Apresentação dos resultados ao GdM e aos PAPs no PAFCoG

5. Grupo de Referência

O consultor submeterá relatórios ao GdM e PAPs. O grupo de referência para o consultor consistirá de representantes do GdM (Hanifa Ibrahimo, Arginaldo Muandula, representante de DIC/MPD e representante de MINEC) e PAPs (Sandra Diesel, Wim Ulens, Miguel Aragon, Lotta Valtonen).

6. Relatórios e resultados esperados

Os resultados devem ser distribuídos em Português em formato electrónico e em caderno. O relatório consistirá em: um sumário executivo reflectindo o resultado da avaliação, orientação geral sobre o desempenho dos PAPs e Membros Associados, uma matriz completa do QAD dos PAPs (PAPs PAF matriz) comparando metas aos resultados actuais para 2009, e matrizes completas e resultados do posicionamento de cada PAP. O matriz agregado será elaborado só para os G19 sem os Membros Associados. Uma matriz individual deverá ser elaborada para cada Membro Associado, tal como para cada PAP.

7. Principais Referências Bibliográficas

- Moçambique: Revisão do Desempenho dos Parceiros de Ajuda Programática em 2008 e Análise das Tendências entre 2004-2008, IESE, Abril 2009
- Review of the PAPs' Performance in 2007 and PAPs' PAF matrix targets for 2008 – Ernst & Young – April 2008
- "Perfect Partners? The performance of Programme Aid Partners in Mozambique, 2004: A report to the Programme Aid Partners and Government of Mozambique." Prepared by Tony Killick (team leader), Carlos N. Castel-Branco, and Richard Gerster, May 2005
- Baseline Study on PAP Performance in 2003 – September 2004 – Report to the G15 Programme Aid Partners and Government of Mozambique by Richard Gerster and Alan Harding.
- 2004 Memorandum of Understanding between the Government of Mozambique and the Programme Aid Partners for the provision of Direct Budget and Balance of Payment Support.
- 2009 Memorandum of Understanding between the Government of Mozambique and the Programme Aid Partners on the provision of General Budget Support
- Study on Alignment of Sectoral Aid with Government Planning and Budgeting Cycle – Ernst & Young – October 2006
- SPA BSWG – 2008 Survey of the Alignment of Budget Support and Balance of Payments Support with National PRS Processes
- Responses to 2007 and 2008 DAC/SPA questionnaires
- OECD/DAC GBS evaluation – Mozambique case study (preliminary report)
- OECD/DAC survey on progress in harmonisation and alignment – Mozambique report
- The PAP website www.pap.org.mz
- Paris Declaration on Aid Effectiveness and targets
- Accra Action Agenda

Anexo 1 – Matriz dos PAFs PAF e metas para 2009

Objectivos	Actividades	No	MATRIZ AGREGADA EM TODOS OS PAPS (RS 2008) (aprovada no PAF CdG, em 12.09.08) Indicadores	Meta 2008	Antiga Meta 2009	Prop. Nova Meta 2009	Meta de Paris 2010
Composição do Portfolio	<i>AGO (Apoio Geral ao Orçamento)</i>	1a	PAPs individuais contribuem com pelo menos 40% para o AGO (como % do ODA para o Governo).	Sim	Sim	Sim	
		1b	% AGO no ODA ³ total dos PAPS.	40%	40%	40%	
	<i>Ajuda Programática</i>	2	% de Ajuda Programática no total de ODA desembolsado pelos PAPS (<i>Indicador 9 de Paris</i>).	75%	80%	75%	(66%)
Previsibilidade	<i>Compromisso de AGO</i>	3	% de PAPS com acordos multi-anuais não inferiores a 3 anos.	100%	100%	100%	
		4	Compromissos de AGO para o ano n+1 feito dentro das 4 semanas após a Revisão Conjunta (RC) no ano n.	100%	100%	100%	
	<i>Desembolso do AGO</i>	5	Desembolso do compromisso confirmado de AGO no ano fiscal para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	100%	100%	100%	
		6	% do ODA dos PAPS registada no orçamento do Estado (<i>Indicador 3 de Paris</i>).	85%	90%	95%	(>85%)
	<i>Todo ODA para o governo</i>	7	ODA desembolsada pelos PAPS como percentagem da ajuda registada no orçamento do Estado (<i>Indicador 7 de Paris</i>).	85%	90%	95%	(reduzir em 50% a diferença)
		8	Compromissos para o CFMP enviados ao GdM em 15 de Fevereiro.	100%	100%	100%	
Harmonização e Alinhamento	<i>Harmonização dos condicionais</i>	9	Aderência dos PAPS ao condicionalismo comum do AGO.	100%	100%	100%	
		10	Número de PAPS sem excepções no Anexo10.	14	15	15	
		11	Harmonização estrita entre os acordos bilaterais para o AGO e o MdE.	100%	100%	100%	
	<i>Utilização dos sistemas de prestação de contas do governo</i>	12	% do ODA dos PAPS que utiliza os Sistemas de Gestão das Finanças Públicas do País (<i>Indicador 5a de Paris</i>).				
		12a	% do ODA desembolsada pelos PAPS que usa os procedimentos nacionais de execução orçamental (<i>Indicador 5a de Paris</i>).	55%	60%	65%	
		12b	% do ODA desembolsada pelos PAPS auditada usando os procedimentos nacionais de auditoria (<i>Indicador 5a de Paris</i>).	42%	45%	45%	
		12c	% do ODA desembolsada pelos PAPS que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros (<i>Indicador 5a Paris</i>).	55%	60%	60%	
		13	% do ODA desembolsada pelos PAPS que usa os sistemas nacionais de <i>procurement</i> (<i>Indicador 5b de Paris</i>).	55%	60%	55%	(redução em 2/3 na não utilização)
		14	% dos programas sectoriais que cumpriram com os indicadores 12a, 12c e 13.	70%	85%	85%	
		15	% de fundos de projectos e de fundos comuns de ajuda ao GdM para os quais são feitos pagamentos de impostos.		Dado de base + 10%	A ser definida	

³ O ODA dos PAPS nesta matriz apenas inclui o ODA para o Governo

		16 a	% do total das missões que são conjuntas (<i>Indicador 10a de Paris</i>).	35%	40%	40%	(40% conjuntas)
		16 b	Número total de missões.	120	100	100	
		17	% de trabalho analítico que é coordenado (<i>Indicador 10b de Paris</i>).	60%	60%	66%	(66% conjunto)
		18	Doadores e o GdM acordam sobre o "período calmo" e sua implementação.	Sim	Sim	Sim	
Reforço da Capacidade	<i>Unidades de Implementação de Projectos</i>	19	Número de Unidades de Implementação de Projectos (PIUs) paralelas (<i>Indicador 6 de Paris</i>).	22	17	17	(Redução de 2/3)
	<i>Cooperação técnica (CT)</i>	20	% da CT dos PAPs dada através de programas coordenados (<i>Indicador 4 de Paris</i>)	55%	60%	55%	(50%)
		21	% da CT sectorial (alargada) como percentagem do total da CT dos PAPs.	16%	20%	25%	

Objectivos	Actividades	No.	Pontos	MATRIZ INDIVIDUAL (PAPs' PAF) (RS 2008) (aprovada no PAF CdG de 12.09.08) Indicadores	Meta 2008	Antiga Meta 2009	Prop. nova Meta 2009	Meta de Paris 2010
Composição do Portfolio	<i>AGO</i>	1	>20%= 1p >30%= 2p >40%= 3p	PAP contribui com pelo menos 40% do AGO (como % do ODA para o Governo).	Sim	Sim	Sim	
	<i>Ajuda Programática</i>	2	>66%= 2p >75%= 3p	% da ajuda programática no total do ODA desembolsado pelo PAP (<i>Indicador 9 de Paris</i>).	75%	80%	75%	(66%)
Previsibilidade de	<i>Compromisso de AGO</i>	3	3p	PAP tem acordos plurianuais não inferiores a 3 anos.	Sim	Sim	Sim	
		4	3p	Compromisso de AGO para o ano n+1 feito dentro de 4 semanas após a Revisão Conjunta (RC) no ano n.	Sim	Sim	Sim	
	<i>Desembolso do AGO</i>	5	1p dentro trimestre, 3p adicional dentro mês	Desembolso do compromisso confirmado de AGO no ano fiscal para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	Sim	Sim	Sim	
		6	2p	% do ODA do PAP registada no orçamento do Estado (<i>Indicador 3 de Paris</i>).	85%	90%	95%	(>85%)
	<i>Toda ODA para o governo</i>	7	2p	ODA desembolsado pelo PAP como percentagem da sua ajuda registada no orçamento do estado (<i>Indicador 7 de Paris</i>).	85%	90%	95%	(reduzir em 50% a diferencç)
		8	2p	Compromissos para o MTFE enviados ao GdM em 15 de Fevereiro.	Sim	Sim	Sim	

Harmonização e Alinhamento	<i>Harmonização dos condicionalismos</i>	9	2p	Aderência do PAP ao condicionalismo comum do AGO.	Sim	Sim	Sim	
		10	1p	PAP NÃO tem excepções no Anexo 10 do MdE	Sim	Sim	Sim	
		11	1p	Harmonização estrita entre o acordo bilateral do PAP para AGO e o MdE.	Sim	Sim	Sim	
	<i>Utilização dos sistemas e da prestação de contas do governo</i>	12		% do ODA desembolsado pelo PAP que usa os Sistemas de Gestão das Finanças Públicas do País (<i>Indicador 5a de Paris</i>).				
		12a	2p	% do ODA desembolsado pelo PAP que usa os procedimentos nacionais de execução orçamental (<i>Indicador 5a de Paris</i>).	55%	60%	65%	
		12b	1p	% do ODA desembolsado pelo PAP que foi auditada usando apenas os procedimentos nacionais de auditoria (<i>Indicador 5a de Paris</i>).	42%	45%	45%	
		12c	2p	% do ODA desembolsado pelo PAP que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros (<i>Indicador 5a de Paris</i>).	55%	60%	60%	
		13	2p	% do ODA desembolsado pelo PAP que usa os sistemas nacionais de <i>procurement</i> (<i>Indicador 5a de Paris</i>).	55%	60%	55%	(2/3 redução na não utilização)
		15	2p	% de fundos de projectos e de fundos comuns do PAP para ajuda ao governo para os quais são feitos pagamentos de impostos.		Dado de base + 10%	A ser definida	
		16a	1p	% do total de missões do PAP que são feitas em conjunto (<i>Indicador 10a de Paris</i>).	35%	40%	40%	(40% conjuntas)
		17	1p	% de trabalho analítico feito pelo PAP que é coordenado (<i>Indicador 10b de Paris</i>).	60%	60%	66%	(66% conjunto)
Reforço da Capacidade	<i>Unidades de Implementação de Projectos (PIU)</i>	18	2p	Número de PIUs paralelos (com base na lista acordada para o questionário da OECD/DAC) (<i>Indicador 6 de Paris</i>).	Zero ou número reduzido	Zero ou número reduzido	Zero ou número reduzido	(2/3 redução)
		<i>Cooperação técnica (CT)</i>	19	2p	% da CT dos PAPs dada através de programas coordenados (<i>Indicador 4 de Paris</i>).	55%	60%	55%
	20		1p	% de CT sectorial (alargada) do PAP como percentagem do total da CT do PAP.	16%	20%	25%	

ANEXO 12

DADOS COMPARATIVOS DE DESEMPENHO 2004-2009

	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<i>Ajuda Programática (1)</i>	497,598,071	532,930,551	580,535,693	686,501,453	779,709,866	836,589,475
<i>Apoio ao Orçamento geral</i>	243,393,834	329,906,147	359,094,372	403,513,586	448,185,992	487,524,435
Programas sectoriais	254,204,238	203,024,403	221,441,321	282,987,867	331,523,874	349,065,040
<i>Projectos (2)</i>	287,590,656	504,344,199	488,015,664	433,692,078	399,281,696	402,933,073
<i>Apoio ao Governo-Provincial (3)</i>		9,956,189	8,306,053		7,754,959	5,257,316
<i>ODA total ao GdM (4)=(1)+(3)</i>	785,188,727	1,047,230,939	1,076,857,410	1,120,193,531	1,186,746,521	1,244,779,864
ODA Não- Gov.						
<i>Apoio ao sector privado (5)</i>	25,710,822	19,712,870	28,431,012	51,784,474	30,305,288	15,807,605
<i>ONGs (6)</i>	57,902,273	72,586,831	70,874,686	113,292,774	112,495,796	103,755,753
<i>Outros (7)</i>	26,873,256	8,316,317	11,642,544	27,164,989	35,770,814	11,696,875
ODA total não-Gov. (8) = (5)+(6)+(7)	110,486,351	100,616,018	110,948,242	192,242,237	178,571,898	131,260,233
Total ODA to Mozambique (9) = (4)+(8)	895,675,078	1,147,846,957	1,187,805,652	1,312,435,768	1,365,318,419	1,376,040,097

Percentagem da ajuda Total a Moç.	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Program ODA as % of total ODA to Moz	56%	46%	49%	52%	57%	61%
<i>Apoio ao Governo Provincial como % do total da ajuda para Moç.</i>	27%	29%	30%	31%	33%	35%
Programas sectoriais como % da ajuda total para Moç.	28%	18%	19%	22%	24%	25%
Projectos como % do total da ajuda para Moç.	32%	44%	41%	33%	29%	29%
Apoio ao Governo Provincial como % do total da ajuda para Moç.	0%	1%	1%	0%	1%	0%
ODA total para o GdM como % da ajuda total para Moç	88%	91%	91%	85%	87%	90%
ODA não-Gov.						
<i>Apoio ao sector privado como % do total da ajuda para Moç.</i>	3%	2%	2%	4%	2%	1%
<i>ONGs como % da ajuda total para Moç.</i>	6%	6%	6%	9%	8%	8%
<i>Outros como % do total da ajuda para Moç.</i>	3%	1%	1%	2%	3%	1%
ODA não-Gov. Total como % do total da ajuda para Moç.	12%	9%	9%	15%	13%	10%
ODA total para Moçambique	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Percentagem da ajuda Total a Moç.	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<i>Program ODA as % of total ODA to Moz</i>	63%	51%	54%	61%	66%	67%
<i>Apoio ao Governo Provincial como % do total da ajuda para Moç.</i>	31%	32%	33%	36%	38%	39%
Programas sectoriais como % da ajuda total para Moç.	32%	19%	21%	25%	28%	28%
<i>Projectos ODA como % do total da ajuda para Moç.</i>	37%	48%	45%	39%	34%	32%
<i>Apoio ao Governo Provincial como % do total da ajuda para Moç.</i>	0%	1%	1%	0%	1%	0%
<i>ODA total para o GdM como % da ajuda total para Moç</i>	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Percentagem do total da Ajuda não-Gov.	2004	2005	2006	2007	2008	2009
ODA não-Gov.						
<i>Apoio ao sector privado como % do total da ajuda para Moç.</i>	23%	20%	26%	27%	17%	12%
<i>ONGs como % da ajuda total para Moç.</i>	52%	72%	64%	59%	63%	79%
<i>Outros como % do total da ajuda para Moç.</i>	24%	8%	10%	14%	20%	9%
ODA não-Gov. Total como % do total da ajuda para Moç.	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Errata ao Relatório

“Moçambique: Avaliação Independente do Desempenho dos PAP em 2009 e Tendências de Desempenho no Período 2004-2009”

1. Na segunda frase do último parágrafo da página 3: *“Os restantes cinco mantiveram as suas posições”, substitua o “cinco” por “sete”.*
2. No ponto 4.3 (página 26) relativo ao desempenho do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) **substitua** as duas últimas frases: *“O BAD recebeu 19 dos 36 pontos possíveis, isto é 53%. Esta deterioração do desempenho em 2 pontos percentuais significa que o BAD piorou, ainda que ligeiramente, o seu já fraco desempenho”, por “O BAD recebeu 21 dos 36 pontos possíveis, isto é 58%, uma melhoria de 3 pontos percentuais no seu desempenho em relação ao ano anterior”.*
3. Na tabela 4.3 (página 26) referente ao resumo do desempenho do BAD por indicador, **substitua** o número 0 na coluna dos pontos atribuídos ao desempenho do BAD no indicador 18, referente ao número de Unidades de Implementação de Projectos paralelas, **pelo** número 2. Na mesma tabela, **substitua** a pontuação total de 19 **por** 21.
4. No ponto 4.10 (página 36) relativo ao desempenho individual da Espanha, **elimine** as duas últimas frases: *“No entanto é preciso notar que a Espanha foi o PAP que procedeu à maior redução nos montantes de ajuda ao país. Esta redução incidiu sobre a ajuda não para o Governo em quase US\$ 30 milhões (aproximadamente 70%), tendo a ajuda ao governo aumentado em cerca de US\$ 5 milhões (aproximadamente 30%).” Esta correcção deve-se ao facto de a Espanha ter mantido o seu montante total de ajuda ao País.*
5. Na tabela 4.20 (página 51) referente ao ordenamento geral dos PAP por pontos, **substitua** o número 13, correspondente ao posicionamento da França e do Banco Mundial, **pelo** número 14.